



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

A influência do fenómeno terrorista na arquitetura da segurança em Angola

Whitney Alexandra Leite Falcão

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

Especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Orientação Científica:

Professor Doutor Hermínio Joaquim De Matos

Dezembro 2017



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

A influência do fenómeno terrorista na arquitetura da segurança em Angola

Whitney Alexandra Leite Falcão

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais
Especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Orientação Científica:

Professor Doutor Hermínio Joaquim De Matos

Dezembro 2017

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, na especialidade de Criminologia e Investigação Criminal, sob orientação científica do Professor Doutor Hermínio Joaquim De Matos.

Aos meus pais devo todas as vitórias de uma vida

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho só foi possível com o apoio das diversas entidades que acompanharam este percurso investigativo.

Primeiramente, agradeço ao Professor Doutor Hermínio Joaquim De Matos, que desde a primeira hora demonstrou disponibilidade em orientar o presente trabalho.

Ao ISCPSI, na pessoa do Professor Doutor Nuno Poiares, pelo constante incentivo aos seus discentes, um apoio fundamental na conclusão desta dissertação.

Agradeço à Polícia Nacional de Angola, especialmente aos elementos que deram o seu contributo direto ao presente estudo, através das entrevistas a que não hesitaram responder.

À Cátia Fonseca, pelo companheirismo, amizade e auxílio durante uma vida.

Ao Fábio, por manter a sua crença no meu potencial.

Por todo o apoio prestado em momentos de menor inspiração, deixo os meus sinceros agradecimentos à Bergano, à Lúcia e ao Caracol.

A todos os familiares, amigos e colegas, um agradecimento especial pelo contributo na formação da minha pessoa, que em muito influenciou o meu percurso académico.

RESUMO

A questão desta investigação assenta no entendimento das características do fenómeno terrorista que pode ser uma ameaça para Angola. Uma vez que os esforços no combate ao terrorismo ao nível do continente africano se fazem sentir cada vez mais em resposta ao crescimento do fenómeno em África, materializado através da presença de diversos grupos terroristas e as suas respetivas ações, surge a necessidade de perceber se o combate ao fenómeno terrorista deve, ou não, constituir uma prioridade no planeamento da segurança em Angola. Procuramos entender a perspetiva sobre a qual os arquitetos da segurança em Angola interpretam o fenómeno terrorista, qual a tipologia dos potenciais alvos de uma hipotética ação terrorista em Angola, e ainda analisar o alcance dos instrumentos legais existentes que visam fazer face à ameaça.

Palavras-chave: Angola, Terrorismo, Contraterrorismo, Infraestruturas críticas, Segurança

ABSTRACT

The purpose of our investigation rests on the understanding of the characteristics of the terrorist phenomenon that can be a threat to Angola. As efforts to combat terrorism on the African continent are increasingly felt, in response to the growth of the phenomenon in Africa, through the presence of various terrorist groups and their actions, there is a need to understand if the terrorist phenomenon should be a priority in Angola's security planning. We seek to understand how security architects in Angola perceive the terrorist phenomenon, the typology of the potential targets of a hypothetical terrorist action in Angola, and also to analyze the scope of existing legal instruments to deal with the threat.

Keywords: Angola, Terrorism, Counterterrorism, Critical Infrastructure, Security

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAN	Campeonato Africano das Nações
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CIA	Central Intelligence Agency
CIRGL	Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOE	Comando de Proteção de Objetivos Estratégicos
CRA	Constituição da República de Angola
CRP	Constituição da República Portuguesa
DAESH	Acrónimo árabe de <i>Dawlah al-Islamiyah fil Iraq wa ash-Sham</i> que serve para designar o Estado Islâmico
EI	Estado Islâmico
ETAR	Estação de tratamento de águas
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FBI	Federal Bureau of Investigation
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
PN	Polícia Nacional
SADC	Southern Africa Development Community/Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UA	União Africana
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Infraestruturas Críticas	36
Tabela 2 - Terrorismo no período pós-colonial	112
Tabela 3 - Preocupação com o fenómeno terrorista	118
Tabela 4 - Tipos de Terrorismo em Angola no presente.....	123
Tabela 5 - Resposta ao fenómeno terrorista.....	134
Tabela 6 - Potenciais alvos de ataques terroristas em Angola	139
Tabela 7 - Cidadanias vulneráveis a ataques	141
Tabela 8 - Fatores que contribuem para o recrutamento de cidadãos Angolanos para grupos terroristas	143

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I - Remessa de Documento.....	88
Anexo II - Requerimento para autorização de entrevista	90
Anexo III - Remessa de Pedido de Autorização para Entrevista	92
Anexo IV - Informações sobre o grupo “Predicar Angola”	95
Anexo V - Presença do Movimento Street DaWah nas Redes Sociais	97
Anexo VI - Exemplos de Análise Comparativa entre as religiões na página do grupo “Predicar Angola”	99
Anexo VII – Ilustração da World System Theory	101
Anexo VIII – Quadro comparativo entre diferentes tipos de conflitos	103
Apêndice I - Guião de entrevista	106
Apêndice II – Análise de Conteúdo	108
Apêndice III – Transcrição das Entrevistas	1

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO.....	II
ABSTRACT.....	III
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	V
LISTA DE TABELAS	VI
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES.....	VII
ÍNDICE	VIII
INTRODUÇÃO	1
Metodologia	7
Estado da Arte	8
Capítulo I.....	15
I.1 O conceito de terrorismo	15
I.2 Infraestruturas críticas	29
Capítulo II	37
II.1 O fenómeno Terrorista no Continente Africano	37
II.2 A segurança de África no âmbito da Cooperação	39
II.3 Angola e o Fenómeno Terrorista Contemporâneo.....	42
II.4 Documentos Legislativos que influenciam o ordenamento jurídico Angolano na resposta ao fenómeno Terrorista	47
Capítulo III.....	54
III.1 Terrorismo, Contraterrorismo e a sua relação com os direitos humanos.....	54
Capítulo IV.....	59
IV.1 Procedimento	59
IV.2 Apresentação e Discussão dos Resultados	63

CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78
LEGISLAÇÃO CONSULTADA.....	86
ANEXOS	87
APÊNDICES	105

INTRODUÇÃO

Os atentados de 11 de Setembro de 2001 contribuíram para a alteração de paradigmas das Relações Internacionais, o fenómeno terrorista passa a ocupar um lugar de destaque no planeamento securitário dos Estados. Torna-se premente entender este fenómeno cujo terror é instrumento e consequência da ação dos perpetradores. Assim, trava-se hoje uma batalha contra um fenómeno cujos protagonistas não têm rosto, nome, ou morada fixa. Ataques terroristas podem ocorrer em qualquer lugar, sem aviso prévio e sem o respeito pelo que consideramos, hoje em dia, ser dos maiores bens da sociedade em que vivemos: a liberdade e a vida humana. Contudo, consideramos que esta questão tem tido maior destaque no que concerne à sua representação na Europa e na América do Norte, não pela maior frequência de ataques, mas sim pela importância dada aos países que compõem estes continentes. Os ataques terroristas que decorrem em solo africano não têm merecido destaque semelhante aos que ocorrem no velho continente. Esta questão suscitou em nós o interesse em procurar um argumento plausível para explicar o facto da menor importância dada ao fenómeno terrorista noutros pontos que não os mencionados anteriormente. Bem sabemos que este é um fenómeno global, pelo que poderá afetar todos os países sem exceção.

O nosso estudo centra-se na República de Angola, nomeadamente na perspetiva de análise do Estado Angolano no que concerne à prevenção e resposta ao fenómeno terrorista contemporâneo. O nosso foco aponta para este país pela relação de proximidade que os investigadores responsáveis pelo presente trabalho nutrem pela identidade dessa nação, na qual, à partida, não encontraríamos entraves à nossa investigação.

A relação diplomática entre Angola e Portugal, motivada pelo passado histórico em comum, bem como a ligação linguística¹, e a vocação atlântica de ambos, fazem destes Estados parceiros por natureza. Deste modo, importa

¹ “A especificidade da cooperação portuguesa assenta nos particulares laços, culturais e afetivos comuns ao espaço lusófono, bem como em matrizes histórico-culturais, linguísticas e jurídicas semelhantes.” (Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, 2014, p. 11).

também aos portugueses as questões securitárias em África², e especialmente em solo Angolano, uma vez que os interesses económicos e políticos de Portugal perante Angola podem ser postos em causa se a estabilidade de Angola for comprometida. Desde logo, importa ressaltar a questão dos fluxos migratórios que sucedem crises securitárias, fluxos esses que constituem para a União Europeia³ uma debilidade, na medida em que esta organização é chamada a absorver pelas suas fronteiras os cidadãos estrangeiros que buscam a oportunidade de uma vida melhor, ao abrigo da segurança que as comunidades europeias oferecem. A segurança em África importa à União Europeia, e particularmente a segurança de Angola deve importar a Portugal⁴.

Angola ocupa uma posição de destaque em organizações regionais de relevo para a política externa portuguesa. A presença de Angola em organizações como a SADC, a CEDEAO e a UA⁵, potenciam o interesse dos portugueses sobre este país, uma vez que Portugal procurará incrementar a sua influência em África através da relação de proximidade com estas organizações regionais.

² “A África Austral, por razões que são por demais conhecidas, é em África a região com a qual Portugal mantém, e quer continuar a manter, um diálogo político mais forte, uma parceria económica mais bem sucedida, e uma cooperação mais diversificada. Naturalmente, esta opção tem por base laços históricos, culturais, linguísticos, mas também económicos que não devem ser ignorados.” (Antunes, 2007, p. 15).

³ Sobre as questões dos movimentos migratórios ilegais dirigidos aos Estados da União Europeia: “Está à vista de todos que efectivamente uma África pobre, uma África com dificuldades, uma África que não oferece perspectivas de vida, de progresso e de bem estar aos seus cidadãos só pode naturalmente ser motivo de situações que põem também pressão sobre a própria União Europeia, como de resto está à vista de toda a gente.” (Antunes, 2007, p. 17). “Não esqueçamos, por outro lado, que as fronteiras europeias e africanas são demasiado próximas e um eventual clima de perturbação de grande dimensão em África poderá provocar um fluxo de refugiados imigrantes ilegais e criminalidade com os quais a Europa terá de se confrontar.” (Bembe, O terrorismo transnacional: sistematização do fenómeno e estratégias para o seu combate, 2012, p. 89).

⁴ “A África necessita tanto da Europa, como esta necessita de África. As nossas economias são complementares e portanto os conflitos de interesses são mínimos. É necessário que a Europa invista em África, (...)” (Centro de Estudos Estratégicos de Angola, 2006, p. 32).

⁵ “Queremos naturalmente desenvolver relações particulares e aprofundadas com as organizações regionais e subregionais africanas, designadamente a União Africana (UA), a SADC e a CEDEAO.” (Antunes, 2007, p. 12).

Dos vetores da política externa portuguesa fazem parte a manutenção das relações pós-coloniais⁶ e as questões securitárias no mundo⁷, especialmente nas zonas de atuação preferenciais da política externa portuguesa. O terrorismo está incluído no acervo de problemáticas que põe em causa a segurança dos Estados, e por isso é de magna importância que as forças de segurança de qualquer Estado estejam prontas para dar uma resposta efetiva ao crescendo deste fenómeno.

Angola, em 2017, foi considerado um país com alto nível de ameaça terrorista (AON empower results, 2017). Importa sublinhar que o terrorismo hodierno⁸ encara como seu inimigo os Estados Ocidentais, com destaque para os Estados Unidos da América e aliados; bem como os Estados islâmicos apóstatas⁹ e, obviamente, o Estado Judaico, Israel¹⁰. Falamos do terrorismo de matriz islamista, aquele que está na ordem do dia. Do ponto de vista dos que professam a jihad global, Angola pode ser conotada como um país ocidental, uma vez que se trata de uma democracia laica, ainda que a maioria da sua população professe a fé cristã¹¹; acrescendo o facto de nutrir relações com Estados que a jihad¹² global considera inimigos. Huntington (1996), com a sua obra “O choque de civilizações”, parecia adivinhar o que vivemos nos dias que

⁶ Sobre os vetores da política externa portuguesa: “Decorrem dos factores estruturais e geopolíticos que não se alteram e respeitam, fundamentalmente, às áreas de interesse estratégico de Portugal que se mantêm: a Europa, o Atlântico e as relações pós-coloniais.” (Teixeira, 2010, p. 55).

⁷ O recurso às Organizações intergovernamentais como instrumento de manutenção da segurança pode ser entendido através da seguinte citação: “No plano multilateral, é do interesse português que a CPLP possa constituir um instrumento diplomático credível e operacional para os países de língua portuguesa. Mais, pode e deve alargar as suas áreas de intervenção, para além da língua e da cultura, às esferas económica e da segurança.” (idem, p.59).

⁸ “(...) o terrorismo internacional, de que o de matriz islamita é apenas o rosto mais visível, mas também a ameaça mais premente.” (Matos H. , 2014, p. 133).

⁹ Característica daquele que renunciou uma crença religiosa.

¹⁰ Sobre a questão dos inimigos dos seguidores das ideologias islamistas: “Para estes, a jihad deixava de consistir numa luta individual pelo aprimorar da alma e guerra defensiva do povo muçulmano para vestir o papel de luta armada contra o governo de apóstatas e controlo ocidental.” (Valentim, 2014, p. 19).

A expressão “Judeus e Cruzados” surge “Particularmente aqui simbolizados por Israel e pelos Estados Unidos da América, respetivamente.” (Matos H. , Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo, 2016, p. 162).

¹¹ “A igreja Católica calcula que 55% da população seja católica, mas isto não pôde ser verificado.” (Bembe, O terrorismo transnacional: sistematização do fenómeno e estratégias para o seu combate, 2012, p. 101).

¹² “jihad: Palavra arábica que significa «luta». Tem sido usada para descrever um vasto leque de ações, da luta espiritual ao conflito armado.” (Stern & Berger, 2015, p. 9).

correm. A paz perpétua¹³ de Kant está longe de ser atingida, devido às diferenças civilizacionais que opõe as partes. Em parte, culpa das fronteiras mal traçadas pelos descobridores dos territórios, fronteiras desenhadas ao sabor de quem explorava a terra, sem ter em conta os laços civilizacionais, os hábitos e costumes, o conceito de nação¹⁴. É por esta razão que o fenómeno terrorista é, e deve continuar a ser, uma preocupação transversal a todos os Estados, particularmente em Angola, dada a proximidade do fenómeno, manifestado através de ações terroristas no continente Africano¹⁵. A proximidade com o fenómeno exige uma adequação das políticas de segurança no sentido de repelir qualquer tentativa de prossecução de ações terroristas em solo angolano. Assim, a preocupação das entidades angolanas responsáveis pela arquitetura da segurança no país, deve ser proporcional ao incremento do fenómeno em África. Internamente, as ações dos movimentos independentistas, dos quais salientamos o caso do enclave de Cabinda, consideradas ações terroristas¹⁶ pelas autoridades angolanas, demonstram a importância do conceito de terrorismo na delineação dos mecanismos de segurança em Angola.

Face ao exposto, surge a necessidade de **analisar a influência do fenómeno terrorista contemporâneo na arquitetura da segurança em Angola**. Assim, a questão central da nossa investigação assenta na análise da influência do fenómeno terrorista junto dos responsáveis pela ordem e segurança da República de Angola. É nossa pretensão entender de que modo esta pode ser uma questão que condicione o planeamento da Segurança do Estado. No que concerne às questões derivadas precisamos primeiramente entender se o fenómeno se faz presente em Angola. Para isso, pretendemos averiguar de que maneira o fenómeno terrorista se manifesta em solo angolano;

¹³ “Mas não uma paz qualquer – Kant pretende uma *paz perpétua*, entre países democráticos, num ambiente de hospitalidade cosmpolita [*cosmos* + *polis* = cidade universal], e sempre sob a égide do Direito. (Note-se que é este, precisamente, o objectivo principal da ONU).” (Amaral, 2012, p. 307).

¹⁴ “Assim, quando de sua independência, grande parte dos países africanos eram entidades artificiais, tendo o Estado precedido a Nação.” (Santos, 2011, p. 32).

¹⁵ A propósito da preocupação externa face ao incremento do fenómeno terrorista no continente africano: “Ao lado do petróleo, a luta antiterrorista suscitou um interesse renovado pelo continente africano por parte dos Estados Unidos.” (Gnesotto & Grevi, 2007, p. 139).

¹⁶ Como teremos oportunidade de analisar no Capítulo II.

qual a motivação do terrorismo que se evidencia (se estamos perante a presença de um fenómeno terrorista de ideologia independentista, de matriz islamista ou outro), e de que forma a ideologia é propagandeada. Pretendemos ainda analisar de que maneira os agentes da autoridade percecionam o fenómeno terrorista no período que vai dos primórdios da guerra colonial até ao presente; a prontidão da resposta das autoridades competentes face a um ataque terrorista, bem como a articulação entre os órgãos responsáveis pela resposta. Por conseguinte, necessitamos de analisar quais as infraestruturas críticas que constituem potenciais alvos, e identificar os mecanismos que se encontram ao dispor das autoridades para a proteção das referidas infraestruturas. Em adição às questões derivadas anteriores, importa-nos ainda verificar a existência de diplomas legislativos que visem retrair o fenómeno terrorista, e analisá-los. Pretendemos também perceber a relação dos cidadãos Angolanos com o fenómeno terrorista, através da análise da reação destes perante a presença da manifestação de ideologias terroristas no seu país (se, por um lado, existiria uma rejeição do fenómeno por não se coadunar com a realidade cultural da nação, ou se, por outro lado, o fenómeno encontraria uma população fértil em cidadãos dispostos a juntar-se à luta pela implementação da sua ideologia) com recurso aos comentários de cidadãos angolanos sobre o tema em plataformas online.

Uma vez que o território da República de Angola ocupa uma superfície de cerca de 1246700 Km^2 , dividido em 18 províncias¹⁷, o nosso estudo centrou-se na Província de Luanda, por ser a capital, local onde se encontram algumas das principais infraestruturas críticas do país.

O presente trabalho divide-se em quatro capítulos. Primeiramente, dedicamo-nos à explicitação da metodologia a que recorremos para a realização da nossa dissertação. Segue-se o Estado da Arte, parte que consiste no

¹⁷ Para uma explanação exaustiva sobre as características do território da República de Angola consultar a obra Bernardino, L. (2013). *A posição de Angola na arquitetura de paz e segurança africana: análise da função estratégica das Forças Armadas angolanas*. Edições Almedina, S.A.

enquadramento temático através da interpretação das obras existentes relacionadas com o tema em estudo.

No primeiro capítulo dedicamo-nos à exploração de quatro conceitos que consideramos fulcrais para o entendimento da nossa questão de partida: o conceito de Terrorismo, Contraterrorismo, Infraestruturas Críticas e a Tipologia dos alvos. No segundo capítulo dedicamo-nos ao enquadramento do fenómeno terrorista no contexto do continente africano, onde é feita uma análise à manifestação do fenómeno terrorista em África e aos instrumentos de cooperação no âmbito da segurança no continente. Ainda nesse capítulo, dedicamo-nos a entender a influência que o fenómeno terrorista contemporâneo exerce sobre a atuação do Estado Angolano. Para isso, procurámos perceber quais os fatores que motivam as autoridades a preocuparem-se com o fenómeno terrorista; de que maneira é que o fenómeno se manifesta em Angola; e qual a legislação existente que objetiva o combate ao terrorismo. No terceiro capítulo debruçamo-nos sobre a relação do terrorismo com a vigilância sobre o cumprimento dos direitos humanos. O quarto capítulo é dedicado à explanação do procedimento por nós utilizado, e à apresentação e discussão de resultados, fruto da análise feita às entrevistas. Por último surge a conclusão, onde damos resposta à nossa pergunta de investigação e identificamos aspetos que condicionaram a dimensão da nossa amostra de entrevistados, bem como a diferença entre alguns resultados esperados e os obtidos.

Metodologia

O investigador tem que optar por um método, um caminho que o leve ao encontro da resposta ao problema que este se propôs estudar. A técnica de pesquisa e o processamento de toda a informação que daí resulte faz parte do método eleito pelo investigador.

A pesquisa bibliográfica foi um dos meios por nós utilizado, por considerarmos que a visão única de cada investigador não deve ser menosprezada. “Muitos pensadores são investigadores medíocres, mas em ciências sociais não existe um único investigador que não seja também um pensador.”¹⁸, pois a pesquisa bibliográfica dota o investigador de instrumentos que o encaminhem num percurso repleto de questões que o obrigam a pensar sobre as diversas perspetivas de um mesmo objeto.

O instrumento privilegiado desta investigação foi a entrevista. Uma técnica considerada eficaz¹⁹, na medida em que permite ao entrevistado expor os seus pontos de vista, transmitir o seu conhecimento, ao mesmo tempo que o entrevistador consegue delimitar a conversa dentro das fronteiras que o seu objeto de estudo exige. Assim, o investigador consegue obter a informação pertinente para o seu estudo, ao mesmo tempo que dá liberdade ao entrevistado para discorrer sobre o tema sem constrangimentos de maior. Diferentes pessoas percecionam o mesmo objeto de diferentes maneiras, influenciadas pelas experiências cumulativas que vivenciaram, pelo que achamos importante entrevistar diversas entidades relacionadas com o tema²⁰.

Optámos por entrevistas do tipo semiestruturadas, perguntas previamente elaboradas, com a possibilidade de incluir novas questões no decorrer da entrevista.

¹⁸ (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 50).

¹⁹ Sobre as vantagens da entrevista como instrumento privilegiado da investigação consultar a obra Guerra, I. (2006). Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo- Sentidos e formas de uso. Lisboa: Príncipe editora, Lda.

²⁰ Sobre as vantagens do método de pesquisa de terreno consultar a obra Silva, A. S., & Pinto, J. M. (1986). Metodologia das Ciências Sociais (16ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.

A população alvo do nosso inquérito por entrevista foram os representantes da Polícia Nacional de Angola. O nosso objetivo era recolher o máximo de entrevistas entre os diversos elementos da PN, desde aqueles que fazem o policiamento de proximidade até às altas patentes desta entidade. “Os factos sociais não são “coisas” e a sociedade não é um organismo natural, mas sim um artefacto humano.”²¹ Por esse motivo, propusemo-nos a perceber qual visão dos arquitetos da segurança interna sobre o assunto terrorismo em solo Angolano; perceber sobretudo se o tema terrorismo deve ser uma real preocupação para a República de Angola.

O paradigma qualitativo, pelo qual se rege o nosso trabalho, é mais facilmente permeável por obstáculos epistemológicos, como são disso exemplo as crenças. Razão pela qual comprometemo-nos a manter uma constante revisão epistemológica.

Estado da Arte

A questão da presença do fenómeno terrorista em Angola remonta aos primórdios do conflito colonial entre Angola e Portugal.

A década de sessenta ficou marcada pelo eclodir de movimentos independentistas²² em África, patrocinados pelas potências oponentes e respetivos aliados no desenrolar da Guerra Fria. O anseio de afastar o jugo colonial e alcançar a independência também afetava Angola²³. A nossa revisão bibliográfica permitiu-nos perceber que o que para uns é considerado uma luta

²¹ (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990, p. 48).

²² Dos quais destacam-se em Angola: o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola). Importa salientar que o MPLA é o partido que governa o país desde a independência de Angola. “Desde a sua independência, em 1975, Angola nunca conheceu a paz. O Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) é contestado por dois outros movimentos, a FNLA e a UNITA.” (Vaïsse, 2012, p. 238).

²³ Tal como refere Júnior, “Os povos de África, particularmente aqueles que se encontram agrilhoados, só querem saber das suas independências (...) As elites angolanas não são excepção e fazem tudo no mesmo sentido” (Júnior, 2007, p. 25).

pela libertação nacional, para outros é considerado terrorismo²⁴. Os diários²⁵ sobre o conflito colonial relatam ações de extrema violência por parte dos terroristas.

Falamos em terrorismo durante o período colonial quando perspetivamos o objeto do ponto de vista do governo colonial português. Junto deste vigora a ideia de que os Angolanos, fossem eles brancos ou negros, nativos ou provenientes da metrópole, conviviam em harmonia, e que preferiam manter-se sob o comando da metrópole, do que enfrentar um conflito que se mostraria desestabilizador do progresso da colónia portuguesa²⁶.

Numa perspetiva divergente, surge a ideia de que o nascimento do movimento nacionalista em Angola antecede o conflito colonial²⁷. A ideia de que os Angolanos iniciaram a sua luta pela liberdade desde os primórdios do colonialismo português contraria o pensamento daqueles que advogam que a ocupação portuguesa visava a liberdade do povo Angolano²⁸.

Quanto à génese do fenómeno importa sublinhar que a influência dos movimentos que se opunham ao poder colonial proveio do lado de fora das fronteiras²⁹. Angolanos emigrados no Congo por exemplo, ludibriados pela

²⁴ Sintetizada na célebre frase "One man`s terrorist is another man`s freedom fighter" (Ganor, 2002)

²⁵ Consultar a obra Pires, P., Oliveira, M., & Ferreira, O. G. (1963). *Braseiro da morte* (Diário dos primeiros 150 dias de terrorismo nas terras de Angola). Edição dos Autores.

²⁶ "Brancos, pretos e mestiços sempre foram irmãos em Angola, dando-se as mãos, regulando suas vidas e seus interesses pela mesma lei, com privilégios iguais e direitos e deveres iguais." (Pires, Oliveira, & Ferreira, 1963, p. 33).

²⁷ "O Nacionalismo Angolano tem as suas raízes mais profundas nas lutas dos povos africanos contra o invasor colonialista. Essas lutas vêm de 1575, data em que Ngola Kliuanje travou os primeiros combates contra o português Novais." (Centro de Estudos Angolanos, 1965, p. 171).

²⁸ "Não vim a Angola para acompanhar e descrever façanhas de cangaceiros ludibriados pela U.P.A., que, por sua vez, é diretamente estipendiada pela U.R.S.S. Meu objetivo é mostrar que existe aqui uma obra de civilização e que Angola não precisa de libertadores estranhos porque já foi libertada pelos portugueses." (Pinheiro, 1961, p. 141).

²⁹ "Por isso o movimento terrorista foi vasado de fora pelos caminhos sempre abertos à confiança e hospitalidade dos que quiseram entrar, supondo-se que vinham por bem mas agora a matar ferozmente sem lei nem honra, a seus irmãos que sempre tiveram seus direitos à terra e à vida ordeira." (Pires, Oliveira, & Ferreira, 1963, p. 33).

propaganda comunista de inspiração russa organizaram a luta armada a partir do estrangeiro³⁰.

A influência da religião no fenómeno terrorista é objeto de análise de diversos autores. Os cabecilhas da revolução doutrinaram recorrendo às crenças tradicionais. Patrice Lumumba e Simão Toco são exemplos de personalidades que exploraram a crença das massas, de modo a que as suas ações tivessem como objetivo acabar com o domínio “branco”. A figura dos anjos bons era emprestada aos negros, em oposição à dos anjos maus que usavam para referenciar os brancos. O cerne da questão consistia em vender a ideia de que para conquistar a independência seria necessário extinguir qualquer resquício da presença do colono, do branco, e de todos aqueles que o defendessem. Popularizou-se a expressão *maza*, que os guerrilheiros gritavam em confrontos com as forças portuguesas. Fazia parte do plano levar as massas a crer que as munições dos oponentes eram *maza* (água), pelo que os combatentes enfrentavam as forças portuguesas sem receio³¹. Outra premissa, como a questão da capacidade de ressurreição por parte dos combatentes no dia da independência de Angola, desde que o seu corpo se mantivesse intacto aquando da sua morte, servia para estimular o empenho dos guerrilheiros na luta armada, usando a reaparição como um garante da presença do combatente no dia do desfecho do conflito. Servia ainda para incitar a violência dirigida aos colonos, uma vez que corpos amputados estariam incapacitados para o milagre da ressurreição³².

³⁰ “Daqui se concluiu que no terrorismo se haviam empenhado protestantes e comunistas e que ele, apesar de todos os meios empregues, se circunscreveu efectivamente a uma área reduzida de Angola e dentro dela a uma pequena porção do Congo, com repúdio de muitas populações.” (Dos Santos, 1965, p. 354).

³¹ “Maza significa água. Não acreditavam nas balas dos brancos e chamavam-nas, desprezivelmente de água... Explicamos em várias correspondências, como os feiticeiros e os emissários da U.P.A. procuravam convencer os negros de que as balas dos brancos não matavam. Daí a irresponsabilidade, a impetuosidade, a loucura com que enfrentavam, primeiro, a reação das populações civis e, mais tarde, a ofensiva do Exército.” (Pinheiro, 1961, p. 111) ; “Nova, ao que parece, era a convicção de poderem os feiticeiros tornar em *maza* (água) os projecteis saídos das armas dos Europeus.” (Dos Santos, 1965, p. 357).

³² “Lançar o terror, que afugentasse os Europeus, era o que os cabecilhas pretendiam. E foi-se então para a ideia de que só os cadáveres não mutilados podiam ressuscitar no dia da “independência” de Angola. Por isso a simples matança dos Europeus não bastava; era preciso mutilá-los.” (Dos Santos, 1965, p. 48); “Nestas condições, a ideologia terrorista parecia segura da vitória. O terrorista, confiado na ajuda de *Nzâmbi* e, mais em concreto, nos poderes da magia,

Os relatos descritos demonstram uma ação violenta, cujo objetivo era disseminar o medo, de modo a expulsar de Angola os detentores do poder colonial, e conduzir a resposta do governo português no sentido de conceder a independência daquela colónia. Posto desta forma, podemos compreender a classificação de terrorista dada aos grupos guerrilheiros³³ pelo então governo colonial.

Analizando a questão da perspectiva daqueles que almejavam a independência, importa dizer que o que a metrópole via como terroristas, estes encaravam como movimentos de Libertação Nacional. O MPLA, a UNITA e a FNLA são considerados grupos, outrora armados, pela luta para a independência de Angola. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março de 1961³⁴ são momentos emblemáticos e vitoriosos da luta dos movimentos de libertação nacional contra a repressão colonial³⁵. Da perspectiva da U.R.S.S.³⁶, e de todos os atores a quem a vaga de independências em África interessava, do ponto de vista geopolítico, a ação dos movimentos políticos contra o poderio português não poderia ser classificada como terrorismo, mas sim como movimentos nacionalistas³⁷.

Contudo, o fenómeno do terrorismo em Angola não finda no dia da independência. Este fenómeno mantém a sua importância em Angola, desde logo, pelos movimentos independentistas na província da Lunda Norte, e

matava e destruía, ciente da sua indemnidade. Dos casos furtivos de, em que a morte pudesse surgir, havia o recurso da *ressurreição*.” (idem, p.49)

³³ Importa distinguir o guerrilheiro de terrorista. “Desde logo existe uma dignidade diferente entre o combatente que enfrenta o inimigo armado (guerrilheiro) e aquele que nem sequer merece a qualificação de combatente, porque verdadeiramente não combate, actuando através de explosivos ou contra pessoas desarmadas (terrorista). Por outro lado, o guerrilheiro actua normalmente em áreas rurais enquanto o terrorista opera em zonas urbanas.” (da Silva, 2012, p. 59). Consultar a tabela em anexo **Anexo VIII – Quadro comparativo entre diferentes tipos de conflitos**.

³⁴ “No prosseguimento da luta dos nacionalistas angolanos, em 1961, nos dias 4 de Fevereiro e 15 de Março, têm lugar duas acções que marcam a alvorada da luta armada do povo angolano contra o sistema colonial português em novas condições.” (Júnior, 2007, p. 25).

³⁵ Os mesmos acontecimentos do ponto de vista da metrópole são encarados como atentados terroristas.

³⁶ “(...) um conjunto de países liderados pela União Soviética os quais, ideologicamente e por razões de competição geoestratégica com os países ocidentais, se tornaram os grandes aliados dos movimentos nacionalistas asiáticos e africanos.” (Maria, 2015, p. 98).

³⁷ “A rádio Moscovo não parou de falar dos movimentos antiportugueses, como organizações “nacionalistas” de nativos.” (Dos Santos, 1965, p. 350).

essencialmente na Província de Cabinda. Os argumentos invocados pelos grupos que reclamam um estatuto especial para estas regiões são semelhantes. O facto de serem zonas ricas, essencialmente, em petróleo e diamantes, e por isso constituírem fonte de avultadas receitas para o país, é argumento para ambicionar a independência³⁸. As ações levadas a cabo pela FLEC em Cabinda, como é o caso do ataque à delegação do Togo aquando do CAN 2010, foram classificadas como terroristas pelo então governo. Esta é uma fragilidade que poderá ser aproveitada por atores internacionais com interesse em desestabilizar o país de modo a debilitar a imagem de Angola no panorama internacional³⁹.

Ainda assim, o terrorismo de matriz islamista é aquele que suscita mais preocupação por parte das autoridades africanas. Estima-se que 1/5 da população que professa a fé islâmica no mundo se encontre na África subsariana⁴⁰, em países relativamente perto de Angola. Debilidades como os conflitos étnicos, a má governança, extensas e rúpteis fronteiras facilitadoras de fluxos migratórios ilegais e crime organizado, são fatores que contribuem para o despertar do interesse dos terroristas sobre África, não numa perspetiva de ataque ao território, mas numa ótica de utilização da área geográfica para recrutamento e treinamento dos seus militantes. Destarte, Angola não configura num alvo direto do terrorismo de matriz islamista, mas poderá constituir uma eventual base onde grupos terroristas desenvolvam esquemas de

³⁸ “-os argumentos habituais das correntes regionalistas, federalista, autonomistas, ou mesmo independentistas, em Angola:

-nas nossas províncias produzem-se as riquezas e nós não vemos os benefícios

-assim é com o petróleo em Cabinda e no Zaire, assim como os diamantes na Lunda Norte” (Maria, 2015, p. 130).

³⁹ “De modo geral, a descontinuidade territorial pode ser factor potencial da fragmentação e da heterogeneidade, que pode ser aproveitada pelos diferentes actores do Sistema internacional, num quadro de consecução de objectivos antagónicos ou que se situem, flexibilidade, no domínio da competitividade.” (Bembe, O terrorismo transnacional: sistematização do fenómeno e estratégias para o seu combate, 2012, p. 107).

⁴⁰ “Entre a população islamita mundial, estima-se que 1/5 hoje viva na África Subsariana, como produto de um processo de expansão silenciosa que teve início na Idade Média, mas que conheceu uma aceleração nos séculos XX e XXI, sedimentado em países como o Mali, a Nigéria, o Sudão, os Camarões, o Burkina-Faso, a Tanzânia, que em conjunto formam sobre Angola um arco de Estados Islamizados, o que tem sido apontado como um dos factores dos crescentes “temores”, sobre a hipotética ameaça do Islão em Angola.” (Bembe, O terrorismo transnacional: sistematização do fenómeno e estratégias para o seu combate, 2012, p. 101).

branqueamento de capitais com o objetivo de financiar atividades terroristas, ou zona de trânsito para indivíduos com pretensões terroristas, dada a sua privilegiada “situação geopolítica”⁴¹, que a coloca em destaque nas organizações intergovernamentais das quais é membro. Acrescente-se o facto de Angola fazer parte da conceção política⁴² da região do Golfo da Guiné, região de grande interesse por parte de potências como os EUA e a China, pela abundância de petróleo na região. A abundância de riquezas minerais em Angola, bem como a sua privilegiada localização geográfica, faz deste um país que suscita interesse de diversos poderes desde a sua criação.

Assim, consideramos que a obra de Miguel Bembe, intitulada “O Terrorismo Transnacional - sistematização do fenómeno e estratégias para o seu combate” de 2012, traduz o modo como o fenómeno terrorista influi na arquitetura da Segurança em Angola, essencialmente através da atenção dada pelo autor à presença do fenómeno no continente Africano, e da análise das potencialidades e fragilidades de Angola enquanto país de potencial interesse na “rota” do ciclo da ação terrorista. O autor dedica-se também aos movimentos independentistas no seio de Angola, pelo que a sua obra “A questão de Cabinda, uma visão estratégica: evolução da situação e cenários de futuro”, de 2013, resulta num contributo para o entendimento do fenómeno separatista, que tem lugar em Angola, e que nos importa de sobremaneira compreender, de modo a perceber se as ações dos grupos que advogam ideias separatistas estão no âmbito do terrorismo ou não. Quanto à presença do fenómeno terrorista em Angola no passado, nomeadamente no período colonial, sublinhamos o

⁴¹ “Assim, a situação geopolítica acima elencada, insistimos, constitui Angola num “alvo não prioritário” das ameaças (no contexto dos atentados de grupos terroristas de inspiração islâmica), mas sobretudo, num “alvo de oportunidade”, como deixámos aflorado atrás, potenciado por algumas importantes vulnerabilidades internas e/ou relações externas.” (Bembe, O terrorismo transnacional: sistematização do fenómeno e estratégias para o seu combate, 2012, p. 105).

⁴² Uma vez que a conceção política não coincide com a conceção geográfica do termo Golfo da Guiné, como explicam as seguintes citações: “No sentido estrito do termo, o Golfo da Guiné cobre o espaço marítimo entre o Benin e a Guiné Equatorial. Porém, foi popularizado pelos *media* e a indústria petrolífera para incluir países produtores como Angola, Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria, República Democrática do Congo, República do Congo e São Tomé e Príncipe.” (Cruz, 2007, p. 115); “Mas o termo, hoje em dia, é utilizado num sentido mais amplo, definindo a região que vem desde a Guiné até à Namíbia, incluindo portanto Angola.” (de Sá, 2005, p. 67).

contributo da obra Maza, de 1965, da autoria de Eduardo do Santos. A par desta, a obra “O braseiro da morte”⁴³, que remonta relatos das atrocidades cometidas durante a guerra colonial, deixa transparecer a violência e o terror vivido naquela época, o que confirma a presença do fenómeno terrorista dentro das fronteiras de Angola, ainda que num tempo passado.

⁴³ (Pires , Oliveira, & Ferreira, 1963).

Capítulo I

I.1 O conceito de terrorismo

Terrorismo é um conceito cuja definição não reúne consenso. Investigadores, legisladores e políticos têm definições diferentes para o mesmo objeto. Contudo, a par de outros crimes importa a definição que o legislador define para cada ordenamento jurídico em questão. No ordenamento jurídico da República de Angola a definição de terrorismo surge na Lei de Financiamento ao Terrorismo e Branqueamento de capitais como:

Artigo 62.º (Terrorismo) 1 – “Quem, por quaisquer meios, directa ou indirectamente, com intenção de prejudicar a integridade ou a independência nacional, de destruir, de alterar ou de subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição da República de Angola, de forçar as autoridades Angolanas a praticar determinados actos, a abster-se de os praticar ou a tolerar que sejam praticados, ou ainda, de intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, (...).⁴⁴

Nesta tipificação de terrorismo fica patente a ideia de que uma ação só é terrorista se o objetivo da mesma for lesar o Estado de alguma maneira, condicionando a resposta do mesmo, diminuindo a sua soberania, ou comprometendo a segurança nacional. Portanto, se a ação se resumir a “a) Actos contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas;”⁴⁵ estes apenas serão considerados atos terroristas se forem meios para alcançar um fim maior, ou seja, a debilidade do Estado, segundo a nossa interpretação da lei.

Já na conceção de Jenkins (2017):

Terrorism, [is] the systematic use of violence to create a general climate of fear in a population and thereby to bring about a particular political objective. Terrorism has been practiced by political organizations with both rightist and leftist objectives, by

⁴⁴ Para leitura do artigo completo consultar a Lei nº34/11 de 12 de Dezembro de 2011.

⁴⁵ Idem.

nationalistic and religious groups, by revolutionaries, and even by state institutions such as armies, intelligence services, and police.⁴⁶

A palavra sistemática ganha força nesta definição. Um fenómeno que se caracteriza pelo uso sistemático da violência, ou seja, por ações planeadas, ainda que isoladas, respeitam um método, e cujo objetivo é espalhar o clima de medo e terror de forma a redirecionar a resposta dos detentores do poder, pelos perpetradores do terrorismo.

Domestic terrorism is the unlawful use, or threatened use, of force or violence by a group or individual based and operating entirely within the United States or Puerto Rico without foreign direction committed against persons or property to intimidate or coerce a government, the civilian population, or any segment thereof in furtherance of political or social objectives.⁴⁷

O FBI distingue, à partida, terrorismo doméstico de terrorismo internacional, sendo que o terrorismo doméstico é aquele que necessariamente é praticado em solo nacional, sob o comando de cidadãos nacionais, deixando espaço para que os atos possam ser cometidos por cidadãos estrangeiros desde que orquestrados por cidadãos nacionais, acrescentando aos objetivos políticos, os objetivos sociais. Mais uma vez, reforça-se o uso ilegal da violência, deixando de parte a possibilidade da ocorrência de terrorismo institucionalizado.

O terrorismo engloba atos criminosos violentos cujo objetivo passa por intimidar civis, influenciar a ação do governo através de atos coercivos, rapto ou assassinato. O terrorismo internacional é assim classificado por ser praticado fora das fronteiras, pela proveniência dos meios utilizados, pela nacionalidade das pessoas sobre as quais pretendem impender as ações terroristas, a naturalidade dos perpetradores dos atos terroristas, bem como a localização geográfica dos locais alvo de atentados.

⁴⁶ Para análise do conceito alargado de Terrorismo do autor, consultar o artigo Jenkins, J. P. (2017). Terrorism. de Encyclopaedia Britannica: <https://www.britannica.com/topic/terrorism>

⁴⁷ (Federal Bureau of Investigation, 2017).

Depois do 11 de Setembro de 2001 a luta contra o terrorismo ficou marcada pela ação dos EUA⁴⁸ em resposta ao ataque às torres gémeas. O FBI e a CIA são órgãos que trabalham no sentido de garantir a segurança dos EUA, e por isso as definições de terrorismo adotadas por estas entidades são relevantes para o nosso estudo. O FBI é uma organização nacional cuja missão passa por, acima de tudo, garantir o cumprimento da Constituição dos EUA. Importa para isso investigar crimes como o crime organizado e o terrorismo, mesmo fora das fronteiras dos EUA⁴⁹. Da missão da CIA também faz parte o combate ao terrorismo numa ótica de cumprimento do seu propósito, que é garantir vantagem estratégica e tática aos EUA, através das suas ações de inteligência. Destarte, importa-nos a interpretação sobre a conceção de terrorismo internacional, uma vez que a sua ação de repressão do fenómeno terrorista não se cinge ao território dos EUA.

The Intelligence Community is guided by the definition of terrorism contained in Title 22 of the US Code, Section 2656f (d):

- The term "terrorism" means premeditated, politically motivated violence perpetrated against noncombatant targets by subnational groups or clandestine agents.
- The term "international terrorism" means terrorism involving the territory or the citizens of more than one country (...).⁵⁰

A definição de terrorismo adotada pela CIA evoca o uso da violência premeditada, a par da linha de pensamento de Jenkins (2017) que fala no recurso à "violência sistemática"⁵¹. Violência essa que deve ser praticada por cidadãos anónimos ou por grupos cuja ação nada tenha que ver com o poder instituído, descartando, a par da definição do FBI, a possibilidade do terrorismo ser um fenómeno da responsabilidade estatal. Mais uma vez sublinha-se o facto da intenção da ação ser necessariamente política. Nesta definição falamos

⁴⁸ Sobre este assunto consultar o artigo (Matos H. , Contraterrorismo ofensivo. O "targeted killing" na eliminação de alvos terroristas., 2012, pp. 122-147).

⁴⁹ "(...) professionals who work around the clock and across the globe to protect de U.S. from terrorism, (...)" (Federal Bureau of Investigation, 2017).

⁵⁰ (Central Intelligence Agency, 2017).

⁵¹ Tradução nossa.

exclusivamente de atos cujos alvos são não-combatentes. Segundo a CIA, o terrorismo internacional ocorre quando estão envolvidos, numa ação, terrorista cidadãos e/ou territórios de pelo menos dois países diferentes.

An act or threat committed with the intention of advancing a political, ideological or religious cause - which is intended to coerce or intimidate an Australian government, a foreign government, or sections of the public - and causes serious physical harm or death to a person, endangers a person's life, causes serious damage to property, creates a serious risk to the health and safety of the public, or seriously interferes with, disrupts, or destroys, an electronic system.⁵²

A definição de ato terrorista adotada por esta entidade acrescenta como objetivo dos responsáveis pelos atos terroristas, a manipulação de alguma ala da população geral. Por outras palavras, as ações terroristas não têm como fim único condicionar a resposta do Estado, usando como meio a coerção da população. A intimidação da população pode ser o fim, o objetivo “exclusivo” dos responsáveis por ataques terroristas. Como não poderia deixar de ser, o recurso da violência é citado uma vez mais como requisito necessário para a existência de terrorismo.

Terrorist offences and fundamental rights and principles

1. Each Member State shall take the necessary measures to ensure that the intentional acts referred to below in points (a) to (i), as defined as offences under national law, which, given their nature or context, may seriously damage a country or an international organisation where committed with the aim of:

- seriously intimidating a population, or
- unduly compelling a Government or international organisation to perform or abstain from performing any act, or
- seriously destabilising or destroying the fundamental political, constitutional, economic or social structures of a country or an international organisation,(...).⁵³

O conceito de Terrorismo é definido pela União Europeia como ações premeditadas que ofendam a lei de um Estado, pondo em causa a estabilidade do mesmo ou prejudicando o funcionamento de uma Organização Internacional.

⁵² (Australia-New Zealand Counter-terrorism Committee, 2017).

⁵³ Ver Artigo 1º da Council Framework Decision of 13 June 2002 on Combating Terrorism.

Nesta definição do fenómeno, os objetivos terroristas são divididos em três. A ação de intimidar a população pode ser em si mesma um objetivo da ação terrorista, e não exclusivamente um meio para atingir um fim, à semelhança da definição anterior. Transversal às demais definições são os objetivos políticos, através do condicionamento da resposta do governo a favor dos objetivos dos terroristas. Nesta definição as Organizações Internacionais ganham destaque, sendo que ações que visem condicionar a resposta destas em prol das pretensões de grupos subversivos, são também consideradas um fim do terrorismo. Por último, a destruição das Infraestruturas Críticas de um Estado é também considerada em si mesmo um objetivo das ações terroristas.

Desta forma, rapidamente percebemos que o recurso à violência é uma questão incontornável quando falamos de terrorismo, assim como a coerção e a perseguição de um objetivo político. O atentado à integridade de pessoas e bens é outro aspeto comum às diferentes definições. Estas diferenciam-se, substancialmente, na delimitação do alvo dos ataques terrorista.

Postas as várias definições de terrorismo de diferentes órgãos de segurança, entendemos que o Terrorismo se define como:

(...)uma técnica ou instrumento de acção usado contra alvos humanos – selectivos ou indiscriminados, através de meios especialmente violentos, ou sob a ameaça efectiva do seu uso-, ou contra alvos não humanos como infra-estruturas críticas, físicas ou simbólicas, instilando um clima de terror e de insegurança que afecta não só os seus alvos primários, as suas vítimas imediatas, como também, por efeito psicológico, os seus alvos potenciais (a “audiência), coagindo assim, de forma indirecta, por acção ou omissão, governos organizações ou indivíduos nas suas decisões, e influenciado a opinião pública na prossecução dos seus objectivos, sejam eles de natureza política, ideológica, etno-separatista, criminal ou religiosa.⁵⁴

O nosso pensamento alinha com a definição do conceito de Terrorismo elaborada por Matos (2016), pelo facto de a considerarmos uma das mais completas definições a que tivemos acesso. A definição exaustiva feita pelo autor

⁵⁴ (Matos H. , Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo, 2016, p. 250).

permite delimitar com mais precisão em que consiste o fenómeno terrorista. O autor prevê a ação dirigida a alvos humanos e não humanos, inclui na sua definição, não só o uso efetivo da violência, como a ameaça do uso da mesma. Sobre os alvos não-humanos, o autor distingue os alvos em infraestruturas críticas, físicas ou simbólicas, aspeto que alarga a elegibilidade dos alvos da atividade terrorista. A necessidade de condicionar a resposta de um Estado ou Organização Internacional no sentido de corresponder aos desideratos terroristas, não implica que os alvos sejam estritamente infraestruturas críticas, ou alvos-humanos; os alvos simbólicos quando objeto de uma ação terrorista, põe em causa a imagem de um Estado. Acrescente-se que os efeitos da ação terrorista são prolongados no tempo e no espaço, através do uso instrumental que estes fazem da comunicação social. A propagação do terror através dos *media*, desperta na audiência o medo de serem as próximas vítimas, razão pela qual, entendemos nós, o autor considera a audiência como potenciais alvos. Para além do recurso à violência, e da natureza política ou ideológica da ação, o que surge de transversal entre as várias definições de Terrorismo é a ideia de que o fim primordial do fenómeno é influenciar a conduta de uma entidade a agir em conformidade com os objetivos da organização terrorista.

Assim, importa sobretudo, sublinhar a motivação por trás de uma ação terrorista, uma vez que a mesma ação desprovida de uma motivação política resume-se a um crime ordinário tipificado no código penal⁵⁵.

I.2 Contraterrorismo

O conceito de contraterrorismo⁵⁶ encerra em si os esforços dos Estados e entidades afins no sentido de mitigar a ameaça terrorista. Os diversos

⁵⁵ "A violent activity against civilians that has no political aim is, at most, an act of criminal delinquency, a felony, or simply an act of insanity unrelated to terrorism. Some scholars tend to add ideological or religious aims to the list of political aims. The advantage of this definition, however, is that it is as short and exhaustive as possible. The concept of 'political aim' is sufficiently broad to include these goals as well. The motivation – whether ideological, religious, or something else – behind the political objective is irrelevant for the purpose of defining terrorism." (Ganor, 2002, p. 294).

⁵⁶ "counterterrorism — Activities and operations taken to neutralize terrorists and their organizations and networks in order to render them incapable of using violence to instill fear and

mecanismos criados por cada Estado, para dar resposta ao fenómeno terrorista, fazem parte da estratégia contrterrorista adotada.

Importa sublinhar a questão do novo tipo de ameaça que os Estados enfrentam, influenciadas, em parte, pelas mutações no cenário das Relações Internacionais. A ideia de que o Estado era o ator central das Relações Internacionais, e que a ameaça de um Estado poderia ser apenas outro Estado, facilitavam a elaboração de estratégias⁵⁷ de salvaguarda da segurança dos mesmos, uma vez que a ameaça aos Estados era uniforme, na medida em que apenas outros Estados se poderiam constituir seus inimigos, na pessoa dos seus representantes militares. Existia de facto um inimigo a quem endereçar as forças, e com quem combater⁵⁸. Em linha com Cravo (2014), adotamos a expressão “guerra clássica” para nos referirmos aos conflitos que opõem dois ou mais Estados⁵⁹. A autora identifica ainda mais três classificações de guerra relevantes para o entendimento da evolução das características do conceito nos dias de hoje, tendo em conta os diferentes intervenientes, bem como as diversas ameaças ao longo dos tempos. Neste sentido, aponta a guerra fria, as novas guerras⁶⁰ e a guerra global contra o terror⁶¹, pela sequência em que dominaram a ordem internacional.

coerce governments or societies to achieve their goals.(...) (JP 3-26).” (TRADOC Intelligence Support Activity (TRISA)-Threats, 2007).

⁵⁷ “Estas grandes estratégias presumiam, como devem estar lembrados devido a Morgenthau, a primazia dos Estados. Baseavam-se na ideia de potências racionais, ameaças que podiam ser identificadas pelo nome e vigiadas, violência que surgia sob a forma de exércitos e linhas geralmente nítidas entre política económica, ambiental, de governação militar.” (Ramo, 2010, p. 109).

⁵⁸ Consultar o **Anexo VIII – Quadro comparativo entre diferentes tipos de conflitos**.

⁵⁹ “Uma primeira qualificação do conceito de guerra é o da chamada guerra clássica, envolvendo a confrontação militar entre dois ou mais Estados, que caracteriza o contexto europeu do século XVII até à primeira metade do século XX.” (Cravo, 2014, p. 82).

⁶⁰ “Mary Kaldor (1999) foi pioneira na definição e análise deste novo tipo de conflitos, defendendo que estas **novas guerras** correspondem a um novo tipo de violência organizada que é diferente porque faz com que não se vejam as diferenças entre guerra (geralmente definida como violência entre Estados ou grupos organizados por motivos políticos), crime organizado (violência conduzida por grupos de organização privada, com objectivos privados, normalmente o lucro financeiro) e violações maciças de direitos humanos (geralmente por parte de Estados ou por grupos politicamente organizados contra indivíduos).” (Moura, 2005). Negrito nosso.

⁶¹ “Após a breve identificação das quatro conceptualizações da guerra mais proeminentes nas relações internacionais contemporâneas – as guerras interestatais clássicas, a guerra fria, as novas guerras e a guerra global contra o terror – (...).” Idem, Ibidem.

A ordem mundial marcada pela ocorrência da Guerra Fria difere da ordem mundial marcada pela ocorrência de guerras clássicas entre Estados, na medida em que a ameaça ganha novos contornos, pelo receio do uso das armas de destruição maciça por ambas as partes envolvidas no conflito. O fator dissuasor da escalada do conflito consiste na “destruição mútua assegurada”⁶², a certeza de que se um dos intervenientes do conflito optar por usar o seu armamento nuclear, o seu oponente irá responder na mesma, ou em maior medida, o que não traria benefícios para nenhuma das partes. Deste modo, as duas superpotências conduziram a sua política externa no sentido de alargar o conflito para palcos longínquos, através das guerras por procuração. De acordo com Cravo (2014), estas guerras⁶³ marcam o período dominado por aquelas que a autora convencionou chamar: “novas guerras”. As guerras de pendor anticolonialista, e guerras civis, demonstram mais uma vez a mudança nos principais atores dos conflitos e as novas linhas da ameaça. As “novas guerras” trazem associadas a oposição de grupos armados organizados contra os Estados detentores do poderio colonial, motivados pela afirmação identitária de uma nação. A guerra deixa de ocorrer entre Estados, para passar a decorrer no interior das fronteiras de um Estado, entre esse Estado, representado pelo seu exército, contra diferentes grupos armados, ou mesmo, entre diferentes grupos armados entre si. Os alvos a abater deixam de ser exclusivamente militares, representantes do Estados inimigo, e passam também a incluir civis⁶⁴.

O 11 de Setembro de 2001 é o momento que Cravo (2014) indica como sendo o espoletar da “guerra global contra o terror”⁶⁵. A ameaça passa a ser

⁶² Do acrónimo em inglês MAD- *mutual assured destruction*.

⁶³ “No seu sentido mais básico, entendemos a guerra aqui como uma condição de competição e hostilidade, mantida entre duas ou mais partes, que envolve o uso de violência organizada de larga escala, em função de um objetivo entendido como incompatível. A guerra não é, porém, apenas uma prática, é também um discurso.” (Cravo, 2014, p. 83)

⁶⁴ “Ocorrem no interior da fronteira do Estado e no contexto da crise do Estado-nação, ameaçando a sua desintegração. Os combatentes não são apenas as Forças Armadas organizadas do Estado mas passam a incluir também atores não-estatais. O campo de batalha deixa de ser claramente identificado e a maior parte da violência é direcionada para os civis, esbatendo assim as distinções-chave da modernidade entre combatente e não-combatente, público e privado, interno e externo.” Idem, p.82.

⁶⁵ “Finalmente, com os atentados do 11 de setembro de 2001 e a resposta norte-americana no Afeganistão e Iraque, entre outros, a literatura das relações internacionais passa a explorar uma nova categoria, a guerra global contra o terror. O terrorismo organizado, e a invocação da sua ameaça à escala mundial, fornecem a justificação para uma nova prática do

global, o que justifica a ação concertada entre democracias ocidentais no sentido de dirimir a ameaça terrorista. Os Estados passam a enfrentar atores não estatais, com objetivos políticos definidos, cuja ação passa por espalhar o terror pela sociedade. Assistimos a uma guerra assimétrica, pelo facto das partes serem atores distintos na cena internacional⁶⁶, da ameaça ser inesperada, podendo ocorrer um ataque a qualquer momento, levado a cabo por cidadãos aparentemente comuns; acrescentando-se o facto de que o campo de guerra não tem limites definidos, e dos intervenientes recorrerem às novas tecnologias de informação, a fim de fortificar a sua ação.

Esta guerra global é sobretudo caracterizada pela sua natureza assimétrica. Os atores políticos apelidados de insurgentes e terroristas enfrentam Estados com uma esmagadora superioridade militar, tecnológica e económica. O uso extensivo de *drones* e assassinatos seletivos e a crescente privatização da guerra, com atores privados a desempenharem as funções tradicionais das Forças Armadas estatais, sugerem novas práticas que se têm vindo a enraizar nas operações militares atuais.⁶⁷

A constante evolução das ameaças exige do Estado uma adaptação das suas respostas às mesmas. Sobre esta temática, a obra “A era do imprevisível” (2010) faz-nos entender que a tendência dos arquitetos da segurança dos Estados passa por recorrer às soluções do passado para responder às ameaças do presente⁶⁸. O carácter multiforme das ameaças, bem como a imprevisibilidade dos fenómenos mundiais, leva a que o autor compare o estado

uso da força, não só por parte das democracias liberais ocidentais – EUA e aliados – como da Rússia (na Chechénia) e da China (em Xinjiang).” Idem, Ibidem.

⁶⁶ Estado versus Grupos Terroristas/ Terroristas.

⁶⁷ (Cravo, 2014, p. 82).

⁶⁸ “A impossibilidade fundamental de adaptarmos os nossos velhos hábitos diplomáticos ou financeiros a este novo mundo é semelhante ao problema que os estadistas enfrentaram durante a Primeira Guerra Mundial ou com que os físicos se confrontaram, no século XX, quando descobriram que a física de Newton esgotara as respostas.” (Ramo, 2010, p. 109). O autor defende a ideia de que os políticos contemporâneos pretendem responder às novas problemáticas recorrendo aos velhos métodos diplomáticos, métodos esses que se mostram inadequados face às características multiformes das ameaças que marcam o presente.

político atual e a sua evolução, à dinâmica a que um monte de areia⁶⁹ está sujeito, podendo ser moldado e até desfeito por uma série de fatores diferentes.

A importância de existir um consenso sobre o conceito de Terrorismo passa em grande parte pela necessidade de delimitar a ameaça que o Contraterrorismo visa conter. Mais, é necessário adotar estratégias de Contraterrorismo, de carácter genérico, para que os cidadãos tenham conhecimento da ameaça e do seu dever de auxílio no combate à mesma⁷⁰, e por outro lado traçar planos de atuação específicos que dotem as forças e serviços de segurança dos Estados de uma capacidade de resposta eficiente face a ataques concretos. Destarte, é de suma importância perceber as características da ameaça, o *modus operandi* das entidades terroristas⁷¹, o fundamento da sua ação, os alvos de superior interesse, o modo de recrutamento de militantes, o treinamento dos mesmos e o financiamento das ações. As medidas de Contraterrorismo têm necessariamente que ter um carácter preventivo⁷² e responsivo⁷³, e por isso importa perceber em que fase da

⁶⁹ “Em vez disso, aquilo que tentei apresentar foi um modo de vermos como as mudanças na ordem internacional estão a criar agora uma física do poder ainda mais dinâmica. Este processo constante de ajustamento em mudança, de inovação, de surpresa, tanto para o bem como para o mal, é aquilo a que chamei o efeito de monte de areia.” Idem, p. 108.

⁷⁰ “Julgamos que uma Estratégia Nacional Contraterrorista, depois de aprovada, deve ser, em parte, do domínio público. (...) – em consciencializar a sociedade para a existência, ainda que residual, de determinado tipo de riscos e ameaças. Desde logo, porque sensibiliza duplamente: não só quanto à existência da ameaça e riscos inerentes, como também dos mecanismos existentes de resposta e eventuais comportamentos a adoptar em caso de emergência confirmada.” (Matos H. , Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo, 2016, p. 262).

⁷¹ Quer sejam elas grupos terroristas, células de grupos terroristas, *lone-wolves*, ou terroristas *freelancers*. Sobre as diversas classificações debruçar-nos-emos mais à frente no presente trabalho.

⁷² “Porém, constata-se hoje que os melhores resultados são obtidos quando se actua, simultânea e cumulativamente, sobre as suas causas, na perspectiva preventiva e/ou preemptiva do contraterrorismo.” (Matos H. , O Sistema de Segurança Interna: o caso português, 2010, p. 206).

⁷³ “Concluimos, pois, que as especificidades do fenómeno terrorista na actualidade, e das ameaças que este coloca à segurança internacional, integram-se pelo seu heterogéneo polimorfismo, na “sociedade do risco mundial” preconizada por Ulrich Beck, constituindo-se, em crescendo, como um problema incontornável no âmbito da segurança e defesa dos Estados que requer, necessariamente, uma abordagem plurifacetada – ao nível da prevenção e resposta – e multidimensional, no âmbito de uma substancial e eficaz cooperação internacional.” (Matos H. , Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo, 2016, p. 163). A alusão à teoria da Sociedade do Risco Mundial é feita também na obra de Ramo: “O sociólogo alemão Ulrich Beck chamou à sociedade onde vivemos *Risikogesellschaft*, ou «sociedade de risco», onde todos partilhamos riscos, onde o mais rico membro da alta sociedade de Palm Beach partilha a saúde ou os riscos financeiros com os habitantes mais pobres do planeta. Na verdade aquilo que

atuação do grupo terrorista é oportuno que as forças e serviços de segurança intervenham. Contudo, as características abstratas do fenómeno, bem como as diversas vertentes do mesmo (o facto de ser uma ameaça transnacional cujas motivações podem passar por diferentes questões, de entre as quais matérias de cariz religioso), merece que este seja objeto de estudo de várias disciplinas, a fim de uma compreensão mais fiel da realidade do fenómeno⁷⁴.

“O contra-terrorismo compreende um conjunto de actividades e de políticas integradas que visam combater o terrorismo e a ameaça terrorista.”⁷⁵ Para o presente estudo, importa-nos de sobremaneira analisar o combate ao terrorismo separatista⁷⁶ e, mais ainda, o terrorismo de matriz islamista⁷⁷. São categorias diferentes, uma vez que o fundamento, e, por conseguinte, os alvos que um fenómeno e outro procuram atingir são de naturezas diferentes, ainda que no final de contas os objetivos políticos e a difusão do terror pelas massas se façam sentir através de ambos.

“Todavia a génese do terrorismo separatista difere em muito, da do terrorismo de inspiração islamita.”⁷⁸ Os métodos a que os perpetradores deste tipo de terrorismo recorrem são artesanais, como é disso exemplo os carros-bomba e o armamento ligeiro. As ações terroristas visam atingir figuras políticas ou elementos das forças e serviços de segurança do Estado visado⁷⁹. Diferentemente do terrorismo de matriz islamista, cujas ações terroristas são de uma gama tão alargada, que passam por ataques suicidas até a ciberataques.

a modernidade fabrica melhor do que qualquer outra coisa, afirma Beck, são riscos novos e incalculáveis que todos partilhamos e em que participamos, mesmo que não tenhamos consciência de que existem.” (Ramo, 2010, p. 130).

⁷⁴ “Uma abordagem adequada do fenómeno terrorista passa hoje pela sua análise pluridisciplinar. Não é jamais um assunto exclusivamente militar ou policial. O seu pendor multicultural, transnacional e inter-religioso convoca inexoravelmente, o conhecimento e a metodologia de outros saberes científicos.” (Matos H. , O Sistema de Segurança Interna: o caso português, 2010, p. 201).

⁷⁵ (Lara, 2007).

⁷⁶ Através das reivindicações de independência de partes do território da República de Angola, como teremos oportunidade de analisar no capítulo seguinte.

⁷⁷ Pelo carácter indiscriminado e difuso da ação terrorista de matriz islamista, fomentada pela globalização e pela facilidade de propaganda que dela advém: “O terrorismo indiscriminado visa o medo colectivo e portanto não escolhe vítimas, não escolhe momentos, não escolhe pessoas nem lugares.” (Lara, 2007, p. 58).

⁷⁸ (Matos H. , O Sistema de Segurança Interna: o caso português, 2010, p. 210)

⁷⁹ Idem, p. 211.

Servem-se da sofisticação das novas tecnologias, mas sobretudo fazem um exímio trabalho de doutrinação, que leva os indivíduos a cometer suicídio⁸⁰ em prol de uma causa maior, a Jihad Global.

Face às características do fenómeno na Europa, continente onde o jihadismo se faz presente, aproveitando-se das comunidades islâmicas integradas no sistema, para disseminar a sua ideologia, recrutar, e planejar ações através de dois tipos de células distintas: as células externas de penetração e as células endógenas⁸¹. As células externas de penetração recorrem aos fluxos migratórios para penetrar nas fronteiras dos países. Países alvo, ou países trânsito, pelos quais seja preciso passar por uma questão de apoio logístico à ação terrorista. A dificuldade de deteção da ação assenta no facto destas células penetrarem as fronteiras do país alvo perto da data do ataque⁸², o que dificulta a previsão da ocorrência de um ataque. Olhemos para o caso das fronteiras de Angola com a República Democrática do Congo. Uma vez que o largo fluxo migratório e a vasta fronteira de Angola são fatores que contribuem para a dificuldade do rastreamento da veracidade das identidades dos cidadãos que pretendem entrar em território angolano.

Por outro lado, Matos (2016) aponta para a existência de células endógenas:

⁸⁰ A propósito do destaque dado ao treinamento psicológico em detrimento do treino físico, uma vez que o recurso aos ataques suicidas são muito frequentes quando o assunto é o terrorismo de matriz islamista: “ Neste sentido, aliás, para além do enquadramento e tipologias que enformam a acção terrorista actual, de amplitude internacional e matriz islamista, especialmente relacionado com a rede global da al-Qaeda e movimentos associados, será obrigatório, também, a análise e caracterização do seu fenómeno mais marcante: os ataques suicidas.” (Matos H. , Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo, 2016, p. 170). “Nenhuma outra táctica já usada pelo terrorismo se mostrou tão eficaz, ainda pelo clima de terror, dado o seu carácter de imprevisibilidade que instila na sociedade em geral.” Idem, p. 171.

⁸¹ Idem, p. 189.

⁸² **“Células externas de penetração:** grupos de elementos que penetram num determinado país, socorrendo-se da comunidade imigrante para infiltração, camuflagem, trânsito (para outro país-alvo), ou actividades de apoio logístico, com alvo previamente estabelecido (...), o que constitui uma dificuldade acrescida para os serviços de informações e policiais, especialmente porque quase sempre penetram no país alvo em data próxima da execução do ataque. Habitualmente são compostas por elementos de várias nacionalidades, mas em que uma delas é prevalecente.” Idem, Ibidem.

Nesta tipologia, podem ser integradas as células operativas, ou ainda “adormecidas”, formadas a partir de elementos da comunidade imigrante, de primeira ou segunda geração, que após um processo de captação, doutrinação e radicalização violenta se predispõem à ação terrorista. São células, por vezes formadas de forma espontânea, que se vão constituindo no seio das comunidades de bairro ou grupo de amigos, conectadas, via internet, através de redes sociais e fóruns de discussão islamista, com grande capacidade, não só de “camuflagem” dos seus membros, através de uma insuspeita inserção social e familiar, bem como de facilidade trânsito (mobilidade), dada a sua cidadania europeia, (...).”⁸³

Estas células materializam o conceito de terrorismo doméstico⁸⁴, uma vez que os perpetradores são cidadãos perfeitamente integrados na sociedade, que visam levar a cabo ataques dentro das fronteiras do próprio país. Na categoria de células endógenas podemos inserir o terrorismo individual, ou *lone-wolf terrorism*, praticado por indivíduos que atuam a solo, ainda que sob a égide de uma mesma ideologia, o jihadismo.

Fatores como o uso de documentação falsificada, constante aluguer de viaturas, o não recurso a pagamentos por meios eletrónicos, antecedentes criminais, deslocações constantes a países identificados como tendo uma forte presença do fenómeno terrorista, são fatores a ter em conta no rastreamento de potenciais militantes de grupos terroristas⁸⁵.

Assim, a etapa do recrutamento e consequente radicalização deve merecer por parte das autoridades do Estado especial atenção⁸⁶. As características do sistema prisional fazem deste um local fértil para a propaganda

⁸³ O autor refere o conceito de células endógenas aplicado à realidade Europeia. (Matos H. , Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo, 2016, p. 190). Contudo, as características destas células endógenas podem facilmente ser adaptáveis para as características da sociedade angolana.

⁸⁴ “Como resultado, a Europa vê-se confrontada com a ameaça proveniente do terrorismo “homegrown”, designadamente a partir de células Jihadistas autónomas que se constituem no seio de elementos da comunidade muçulmana radicada em diferentes Estados-membro, em geral protagonizados por imigrantes de primeira ou segunda geração, ou já nascidos em solo europeu, e como tal com plenos direitos de cidadania, nacional e “europeia”, bem como ainda da proveniente de indivíduos de “ascendência” ocidental e convertidos ao Islão.” Idem, p.192. Mais uma vez sublinhamos o facto de que esta afirmação pode ser aplicada ao contexto da realidade angolana, como aliás veremos mais adiante no presente trabalho, através das entrevistas concedidas pelos representantes da Polícia Nacional de Angola.

⁸⁵ (Matos H. , O Sistema de Segurança Interna: o caso português, 2010, p. 212).

⁸⁶ A intervenção nesta fase primária pode significar o sucesso do combate ao terrorismo.

terrorista⁸⁷, devido às vulnerabilidades sociais e psicológicas dos indivíduos encarcerados. O contexto cibernético constitui também terreno fértil, tanto para o recrutamento e radicalização, como para a disseminação da propaganda terrorista, e ainda para a concretização de ataques que afetem a capacidade de resposta dos Estados e de outros atores importantes. Outros contextos como o meio académico, associações, organizações, ou grupos de pequena e média criminalidade⁸⁸ podem constituir meios onde o recrutamento e a radicalização sejam favoráveis⁸⁹.

Como nos demonstra a experiência de outros países, a eficácia contraterrorista resultante das capacidades de atuação das Polícias e dos Órgãos de Inteligência não pode ser descurada. As primeiras, em ações de prevenção e investigação criminal, com vista à identificação, localização, captura e prossecução da ação penal; a última, no apoio “inteligente” à tomada de decisão, por forma a prevenir, responder ou mesmo mitigar efeitos de um eventual, mas não improvável, ataque terrorista em território nacional.⁹⁰

Face ao exposto, salientamos a importância do papel das forças e serviços de segurança, nomeadamente da Polícia Nacional de Angola, entidade sobre a qual versa o nosso estudo, na busca por uma estratégia contraterrorista eficiente.

⁸⁷ (Matos H. , Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo, 2016, p. 195).

⁸⁸ “Não obstante algumas dissonâncias de matriz conceptual, o terrorismo é, antes de mais, um **fenómeno criminal**, e como tal deve ser abordado em termos de prevenção e resposta. Criminalidade e terrorismo são, inexoravelmente, fenómenos conexos e interdependentes na medida em que indivíduos, grupos e organizações terroristas fazem uso sistemático de um repertório de crimes (...).” **Negrito nosso.** (Matos H. , O Sistema de Segurança Interna: o caso português, 2010, p. 132).

⁸⁹ (Matos H. , Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo, 2016, p. 195).

⁹⁰ Idem, p. 263.

I.3 Infraestruturas críticas

O elevado nível de ameaça terrorista em Angola no ano de 2016 encaminhou a nossa investigação no sentido de questionar quais seriam as estruturas sensíveis por não estarem adequadamente salvaguardadas, bem como quais seriam as mais apetecíveis do ponto de vista do terrorista. Certo é que um qualquer ataque terrorista tem a sua relevância, contudo ataques a infraestruturas críticas⁹¹, aquelas cujo cessamento das funções põe em causa a capacidade de resposta do Estado, foram os que mereceram a nossa maior atenção ao longo deste estudo. O facto de o Estado deparar-se com uma das suas infraestruturas críticas debilitadas desvia a atenção que este deveria colocar na organização de uma resposta ao ato terrorista em si, por estar preocupado em restabelecer o normal funcionamento daquela infraestrutura que é nevrálgica para sua sobrevivência enquanto nação soberana. O nosso estudo visa perceber se essas infraestruturas estão devidamente sinalizadas; se aqueles que arquitetam a segurança e a ordem estão em sintonia quanto à classificação de certas infraestruturas como críticas, e se estas estão dotadas dos mecanismos necessários para que, em caso de serem alvo de um ato terrorista⁹², a normalidade seja retomada rapidamente de modo a que a resposta do Estado não fique condicionada.

Infraestruturas críticas são infraestruturas cujo cessamento das atividades que dela dependam pode causar avultados prejuízos económicos ao país, bem como pôr em causa o bem-estar da população.

Segundo Stoichev (2014), o nível de segurança das infraestruturas críticas depende das seguintes medidas: medidas de proteção de infraestruturas, gestão do risco e continuação do negócio. Estes três aspetos são fundamentais para a elaboração de uma adequada estratégia para a

⁹¹ “critical asset — A specific entity that is of such extraordinary importance that its incapacitation or destruction would have a very serious, debilitating effect on the ability of a nation to continue to function effectively. (JP 3-07.2)” (U.S. Department of Defense, 2017).

⁹² “Potential targets are screened based on the intended objective and assesses areas such as symbolic value, critical infrastructure points of failure, expected number of mass casualties, and potential to generate high profile media attention.” (TRADOC Intelligence Support Activity (TRISA)-Threats, 2007, pp. A-2).

manutenção da segurança das infraestruturas. O autor aponta a necessidade de se investir num sistema de segurança interna (controlar acessos) e de segurança externa (vídeo vigilância, vigilantes, e outros mecanismos que dificultem a penetração de pessoas estranhas ao serviço). O autor acrescenta que o bem-estar dos trabalhadores de uma instituição contribui para a manutenção da segurança da mesma. A preocupação com a segurança de quem e do que está em redor da infraestrutura crítica é também uma medida de segurança. Se a todos estes fatores acrescentarmos a necessidade de existir uma estratégia que garanta uma segurança financeira à organização, estão reunidas as condições para um nível alto de segurança da infraestrutura crítica (Stoichev, 2014).

I.4 Tipologia dos Alvos

O terror como instrumento da ação terrorista deve muito da sua disseminação à seleção acertada dos alvos, e à consequente mediatização do ataque terrorista. As infraestruturas críticas de um Estado não são a opção exclusiva dos grupos terroristas, fazem também parte do rol de hipotéticos alvos as figuras de destaque social, os alvos simbólicos, os centros comerciais, e outras estruturas que não comprometam diretamente a resposta do Estado, mas que sendo alvos de ataque servem os propósitos da ação terrorista. Os ataques perpetrados por terroristas são veículos do terror associado ao fenómeno que pretende demonstrar à população em geral a capacidade das organizações terroristas em oposição à vulnerabilidade dos Estados e das restantes entidades⁹³ que visam proteger os cidadãos.

A palavra de ordem é **vulnerabilidade**. O sucesso do “Ciclo da Acção Terrorista”⁹⁴ depende da correta exploração das vulnerabilidades dos alvos, encerra em si todas as etapas necessárias para a concretização de um ataque terrorista. Primeiramente, as entidades terroristas procedem a uma pré-seleção

⁹³ Como seja o caso das empresas de Segurança Privada, encarregues da manutenção da segurança em diversos locais, como são disso exemplo as equipas de segurança que operam nos Centros Comerciais.

⁹⁴ Consultar a obra (Matos H. , Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo, 2016), especialmente a página 198.

dos alvos. Para o cumprimento dessa tarefa recorrem a fontes de informação aberta, como são disso exemplo sítios da internet, jornais, etc.⁹⁵ Nesta fase do processo importa fazer um levantamento dos potenciais alvos, tendo em conta a repercussão nos *media* de um ataque sobre aquele alvo específico, a vulnerabilidade dos alvos (em termos de segurança, robustez do material que edifica a estrutura, meios de acesso, etc.), e a capacidade da entidade⁹⁶ de realizar com sucesso o ataque ao alvo. A seleção é a etapa que se segue, é a escolha do alvo concreto para determinada ação.⁹⁷ Nesta fase importa analisar com atenção as fragilidades do alvo no momento⁹⁸ da ação.

Quando se trata de uma ação levada a cabo por uma organização terrorista, a seleção do alvo é feita nos níveis superiores da organização, deixando o trabalho de recolha de informação sobre o alvo no terreno a cargo das células locais. Estas são encarregues de gizar o plano de execução, pensar no modo de atuação adequado, indicar quais os recursos necessários para levar a cabo a ação e testar o alvo⁹⁹. Para isso necessitam de manter uma vigilância ativa sobre o alvo. No caso de uma individualidade importa perceber a rotina

⁹⁵ Sobre as fontes abertas para a seleção do alvo consultar: (TRADOC Intelligence Support Activity (TRISA)-Threats, 2007).

⁹⁶ Decidimos empregar o termo entidade, pois entendemos que o “Ciclo da Acção Terrorista” pode também ser levado a cabo por terroristas individuais, sem vínculos a uma organização terrorista, e que por isso atuem por conta própria.

Referimo-nos a capacidade a nível financeiro, recursos humanos, armamento, preparação física, capacidade intelectual, etc.

⁹⁷ “Targets showing vulnerabilities may receive additional attention and priority of effort. This priority establishes the requirement to gather additional information on a target’s patterns over time.” (TRADOC Intelligence Support Activity (TRISA)-Threats, 2007, p. A-2).

⁹⁸ “Esta fase inicia-se com a recolha de informação sobre uma multiplicidade de “alvos disponíveis” e passíveis de serem elegíveis, tendo em conta não só as capacidades e recursos do grupo ou organização, como também as características particulares, de acessibilidade e vulnerabilidade, de um alvo específico em determinado período de tempo.” (Matos H. , Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo, 2016, p. 207).

⁹⁹ “Esta acção prévia no terreno é da responsabilidade de uma célula de informações, avançada ou não, que procederá não só à recolha de informação sobre o alvo, mas também ao “desenho” da execução da operação, nomeadamente em função do grau de segurança e complexidade do alvo, meios de acesso, armamento necessários e modus operandi adequados, rotas de evasão, meios de apoio necessários e/ou existentes (v.g., “casas seguras”, **diáspora** existente para efeitos de integração e camuflagem, trânsito, etc.), ensaios de segurança e teste do alvo, meios, modo e tempo de resposta e planos de execução alternativos ou de contingência, por exemplo em caso de reforço de segurança do alvo ou “transferência deste.” Idem, p.208. Negrito nosso, por entendermos que a análise da diáspora (especialmente da proveniente de países com fortes ligações ao fenómeno terrorista), para fins de camuflagem de perpetradores de uma ação terrorista, é um contributo importante para a compreensão do fenómeno terrorista em Angola.

desta, os sítios que mais frequenta, os caminhos que percorre, os serviços que usufrui, para que uma destas debilidades seja aproveitada pelo responsável por realizar a ação. Em caso do potencial alvo ser uma infraestrutura o processo de “*Intelligence*” e “*Surveillance*” passa por analisar as medidas de segurança a que o alvo está sujeito, desde a presença física de responsáveis pela segurança da estrutura, até ao tempo de reação das forças e serviços de segurança, bem como as rotas por estes utilizadas para chegar ao alvo, e os equipamentos que os mesmos dispõem em caso de um potencial ataque¹⁰⁰. Estas células locais desempenham aquilo a que se convencionou chamar “*target intelligence — Intelligence that portrays and locates the components of a target or target complex and indicates its vulnerability and relative importance (...)*”¹⁰¹ (JP 3-60).

A vantagem está do lado da organização terrorista, uma vez que o fator da imprevisibilidade da ação joga a seu favor. A vigilância e levantamento de dados sobre o sistema de resposta em caso de ataque dota os terroristas de um conhecimento que lhes permite condicionar a resposta das forças e serviços de segurança¹⁰², frustrando as pretensões destas de evitar a escalada dos danos causados pelo ataque. Mais, a realização de ataques múltiplos, em simultâneo ou sucedâneos ao ataque ao alvo principal é uma medida da ação terrorista que dificulta grandemente a capacidade de resposta das forças e serviços de segurança¹⁰³.

A acessibilidade ao alvo é de suma importância, quer no momento de o penetrar, quer no momento pós ataque em que o elemento terrorista tem que que ser extraído do local. Por esse motivo, o planeamento das rotas de evacuação mostra-se importante para o sucesso da ação terrorista, à exceção das missões suicidas “(...) uma vez que a fuga ou extração do elemento terrorista

¹⁰⁰ Para um melhor entendimento da etapa “*Phase II: Intelligence Gathering and Surveillance*” consultar o *Appendix A* (TRADOC Intelligence Support Activity (TRISA)-Threats, 2007).

¹⁰¹ Definição retirada do DOD Dictionary of Military and Associated Terms, disponível através da seguinte hiperligação: http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/dictionary.pdf.

¹⁰² Através do conhecimento das rotas usadas pelas forças e serviços de segurança, os grupos terroristas podem interromper as respetivas rotas, condicionando a capacidade de resposta das forças e serviços de segurança.

¹⁰³ (TRADOC Intelligence Support Activity (TRISA)-Threats, 2007, p. A-5).

não é necessária, dado que é suposto ter corrido a morte deste no decurso do ataque.”¹⁰⁴

Para Matos (2016) a tipologia dos alvos divide-se em dois grandes grupos “*hard targets*” e “*soft targets*”. Esta terminologia pode ser utilizada por grupos terroristas aquando da seleção dos alvos, para distinguir os alvos em função da facilidade de ataque, da importância do mesmo, e do proporcional nível de segurança. Por outro lado, os arquitetos da segurança dos Estados podem auxiliar-se deste conceitos para planear a segurança de potenciais alvos, tendo em conta a importância do mesmo para a manutenção da segurança do Estado. Assim, *hard targets* são:

(...) frequentemente, e entre outros, infra-estruturas críticas e infra-estruturas de informação de um Estado, em especial as ligadas à governação, aos sectores de defesa e segurança, economia, sistema bancário, energia, rede de abastecimento de água, instalações ou equipamento militar, representações diplomáticas (internas e externas), edifícios de organizações internacionais, altas individualidades, militares e civis, alvos simbólicos e, em especial a partir de 2001, alvos de aviação civil.¹⁰⁵

Face ao exposto, no caso particular de Angola, podemos indicar como *hard targets* específicos: o Banco Nacional de Angola¹⁰⁶, as diversas centrais elétricas do país, as diversas barragens, edifícios dos órgãos e serviços de segurança, e embaixadas. Somando às anteriores, todas as estruturas associadas à produção de petróleo e derivados, que são para a sobrevivência de Angola infraestruturas críticas, devido ao suporte financeiro que o Estado

¹⁰⁴ (Matos H. , Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo, 2016, p. 208).

¹⁰⁵ (Matos H. , Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo, 2016, p. 209).

¹⁰⁶ Uma vez que um ataque ao Banco Nacional de Angola compromete todo o sistema nacional.

Importa ainda salientar o facto da recente introdução da rede Multicaixa em Angola. O sistema Multicaixa foi introduzido em Angola em 2002, sector explorado pela empresa EMIS- Empresa Interbancária de Serviços. A introdução do sistema Multicaixa em Angola equipara-se ao sistema da rede Multibanco em Portugal, explorado pela empresa SIBS. Contudo, este sistema em Portugal foi lançado em 1985, contando com mais de 30 anos de existência, ao passo que Angola o sistema conta apenas com 15 anos de existência. Apesar disso, o recurso dos angolanos à rede Multicaixa tem vindo a crescer, motivado pela segurança que este sistema transmite, uma vez que os cidadãos evitam deter papel moeda, devido ao receio pelos frequentes assaltos. (Lendrevie, Le'vy, Dionisio, & Rodrigues, 1992, p. 50).

adquire a partir desse sector¹⁰⁷. No que aos alvos simbólicos diz respeito, destacamos a cidade Alta, em Luanda, local onde está localizada a residência oficial do Presidente da República; o Mausoléu de António Agostinho Neto, obra simbólica em homenagem ao primeiro Presidente da República de Angola, localizado em Luanda, a par do edifício da Assembleia Nacional de Angola, podem constituir hipotéticos alvos.

Por outro lado, os alvos compreendidos na categoria de “*soft target*” são:

(...) em geral, visando estruturas e complexos da rede de transportes, ferroviário, rodoviário ou fluvial, centros comerciais, pontes e túneis, eventos desportivos, ou outros que concentrem grandes massas humanas. Ainda, simples atos de sabotagem, o rapto ou assassinato de turistas, jornalistas, etc.¹⁰⁸

No caso de Angola, e mais propriamente da província de Luanda, ousamos indicar como potenciais “*soft targets*”: o Porto de Luanda¹⁰⁹; o aeroporto 4 de Fevereiro¹¹⁰; e de um modo geral as estradas dentro e para a capital; as pontes, nomeadamente a ponte sobre o Rio Kwanza, que garante a célere comunicação terrestre de Luanda com as províncias do Sul. Acrescente-se a esta lista as superfícies comerciais, que em Luanda ganham terreno. São diversas as superfícies, desde o Belas Shopping, ao Atrium Nova Vida, passando pelo Ginga Shopping até ao Xyami Shopping. A cultura do passeio das compras em centro comercial veio substituir o tradicional passeio pelas lojas de rua, o que resulta num maior aglomerado de pessoas num espaço limitado, fator aprazível para a atividade terrorista, uma vez que o esforço necessário para atingir o maior número de pessoas é menor. Eventos desportivos, nomeadamente os que digam respeito à modalidade do basquete e andebol, são eventos que movem as massas em Angola, assim como concertos e festivais de música.

¹⁰⁷ “Oil infrastructure gets more attention as a norm by many nations and vulnerability of critical aspects of the oil industry are at a primary source in the Middle East. Single points of failure in the infrastructure or denying critical services for a period of time might cripple many of the world’s economies.” (TRADOC Intelligence Support Activity (TRISA)-Threats, 2007, p. 5-14).

¹⁰⁸ (Matos H. , Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo, 2016, p. 210).

¹⁰⁹ Não descurando, contudo, os restantes Portos do país, de grande importância, como é o caso do Porto do Lobito.

¹¹⁰ Assim como os restantes aeroportos, situados nas diversas provinciais da República de Angola.

Transversal às diferentes categorias dos alvos é a possibilidade de estes serem atacados indiretamente¹¹¹ através de ações de ciberterrorismo.

“Um ciberataque pode causar a disrupção ou destruição de uma rede de computadores ou de um sistema de sistemas que integre ou suporte uma estrutura crítica de informação.”¹¹² Contudo, nem todos os ciberataques podem ser classificados como ciberterrorismo, a linha ténue que divide os conceitos passa pelo facto de que ataques ciberterroristas “(...) devem instilar terror e terem motivações políticas ou ideológicas.”¹¹³

Deste modo, fica claro que a seleção do alvo, o método de ataque, bem como os efeitos que dele resultam, não são deixados ao acaso pelas organizações terroristas. A ideia do alcance mediático da ação, com a finalidade de fomentar o terror é o objetivo primordial da mesma, motivo pelo qual até a redação das declarações dirigidas aos *media* são feitas com a devida antecedência, e tendo em conta os horários e meios adequados para a difusão da mensagem, no sentido de esta alcançar a facção da audiência pretendida.¹¹⁴

¹¹¹ Ainda que o ataque ciberterrorista possa ser, em si mesmo, um objetivo, e não um meio para alcançar um fim maior. Por exemplo, para comprometer o normal funcionamento do aeroporto não é necessário que se leve a cabo uma ação coerciva, onde a força bruta se faça sentir, um simples ataque que comprometa o sistema de emissão de bilhetes eletrónicos para viagens de avião causaria o pânico durante o tempo em que o sistema estivesse inoperacional.

¹¹² (Matos H. , O Sistema de Segurança Interna: o caso português, 2010, p. 217).

¹¹³ Idem, p.215.

¹¹⁴ “Exploitation is the primary objective of the operation. The operation must be properly publicized to achieve an intended effect. Media control measures and prepared statements are examples of preparations to effectively exploit a successful operation. These will be timed to take advantage of media cycles for the selected target audiences.” (TRADOC Intelligence Support Activity (TRISA)-Threats, 2007, p. A-5).

Tabela 1- Infraestruturas Críticas

Domínio de Intervenção	Infraestruturas Críticas
<i>Segurança Interna</i>	<i>Sistema de informações e Telecomunicações; Rede de transportes (terrestres, marítimos, aéreos); Serviços de emergência, Proteção e Socorro; Redes Ferroviárias; Aeroportos; Portos Marítimos; Grandes superfícies e/ou infraestruturas comerciais, desportivas ou de transportes; Instalações diplomáticas e consulares; Proteção de órgãos de soberania (nacionais e estrangeiros); Controlo de Fronteiras (aéreas, marítimas e terrestres);</i>
<i>Económico</i>	<i>Rede Bancária; EMIS; Rede de seguros; Sistema Financeiro Estatal; Banco Nacional de Angola;</i>
<i>Saúde</i>	<i>Rede Hospitalar; Rede de Emergência Médica; Laboratórios Farmacêuticos e médico-hospitalares; Clínicas Privadas;</i>
<i>Sector energético</i>	<i>Redes e Sistemas de Energia; EDEL (Empresa de Distribuição de Eletricidade); gasodutos e oleodutos; poços de exploração petrolífera; refinarias. Redes Informáticas, Sistemas de Informação;</i>
<i>Ciência e tecnologia</i>	<i>Rede Universidades; Bibliotecas e Museus; Monumentos; Laboratórios de Investigação Científica;</i>
<i>Ambiente</i>	<i>Proteção do ambiente; Indústria química e de materiais perigosos; Proteção e qualidade das redes de fornecimento de água e produtos alimentares (humanos e animais);</i>
<i>Defesa</i>	<i>Segurança militar; Infraestruturas militares; Redes de comunicações militares; Interoperabilidade dos meios navais, terrestres e aéreos; Indústrias de armamento e defesa.</i>

Fonte: Adaptado de Tabela 2 da obra: Matos H. , O Sistema de Segurança Interna: o caso português, 2010, p. 217.

Capítulo II

II.1 O fenómeno Terrorista no Continente Africano

Quando falamos de terrorismo em África somos obrigados a recuar no tempo. Somos levados a viajar até ao tempo das colónias e dos impérios que os países europeus construíram através da ocupação de territórios noutros continentes. O objetivo dos colonizadores assentava em explorar os recursos e a mão-de-obra existente nesses “novos mundos”. Embora se possam criticar todos os atrozes atos cometidos em nome da colonização, e do avanço das metrópoles, não os devemos descartar por fazerem parte da nossa história, pelo que não devem ser negados nem esquecidos.

A onda dos movimentos independentistas nas décadas de 60 e 70 marcaram uma nova era para o continente. A maioria dos países africanos entraram no século XXI sem estarem, pelo menos oficialmente, sob o jugo de uma potência colonizadora¹¹⁵.

As dificuldades surgem quando as nações africanas se encontram com um país por organizar. Pensadores há que apontam como causa do lento desenvolvimento do continente africano a abrupta descolonização, o facto dos Estados terem-se tornado independentes repentinamente sem que tenham sido formados quadros competentes para assegurar o comando do país¹¹⁶.

A revolta dos movimentos independentistas contra o regime em vigor não impediu que territórios outrora colonizados mantivessem relações saudáveis com os seus ex-colonizadores. Segundo Onwudiwe (2001) este é um dos fatores que faz com que os países da África negra não sejam propensos a ter ligações

¹¹⁵ “Os ventos das lutas anti coloniais sopravam fortes depois do fim da segunda guerra mundial, em 1945, que, entre outras consequências, enfraqueceu as potências coloniais europeias, reforçou o poderio dos EUA e fez emergir um conjunto de países liderados pela União Soviética os quais, ideologicamente e por razões de competição geoestratégica com os países ocidentais, se tornaram os grandes aliados dos movimentos nacionalistas asiáticos e africanos.” (Maria, 2015, p. 98).

¹¹⁶ A respeito dos efeitos negativos da descolonização na estabilidade económica dos países africanos, o autor indica o facto das potências colonizadoras não instalarem as indústrias transformadoras em solo africano como um fator que favorecia o enriquecimento das potências, e a dependência das colónias face ao poder colonial. (Onwudiwe, 2001, pp. 70-82).

com grupos terroristas. Neste livro, o autor desenvolve a “*World System Theory*”, onde procura explicar a existência do terrorismo em função daquilo a que se convencionou chamar “Balança de poder”. Resumidamente, o autor procura uma explicação para a dispersão do fenómeno terrorista, assentando o seu argumento na distribuição do poder. A ideia central é que a definição do que é considerado terrorismo é elaborada pelos países que detêm mais poder. Se ao invés de uma balança de pratos, imaginarmos que a distribuição do poder é feita em círculos, onde as potências com mais poder estão no centro, conseguimos mentalmente visualizar a *World System Theory*¹¹⁷. A dependência que existe entre as nações são causa e remédio para existência do terrorismo. Isto é, se por um lado o autor indica o imperialismo, o colonialismo e o capitalismo como instrumentos que serviram o terrorismo institucionalizado, também aponta estes como o remédio que afasta alguns países da semiperiferia e da periferia do terrorismo.

Os objetivos dos Estados passam por manter a sua independência e afirmar-se internacionalmente, pelo que chegar ao centro do círculo de poder é uma batalha constante, mas não passar para o círculo dos que têm menos poder é tão, ou mais importante. As ligações a ações terroristas não convêm aos Estados das periferias na medida em que, como já havíamos dito anteriormente, são os Estados com mais poder que rotulam o que é ou deixa de ser terrorismo.

O terrorismo que preocupa hoje os ocidentais é também uma preocupação para África, mas não se adivinha como prioridade, pois os africanos debatem-se com problemas internos que se mostram mais relevantes. A ineficiente distribuição de recursos básicos para a sobrevivência da população que, por consequência, conduz às marcadas discrepâncias sociais no seio das nações africanas, leva a que os detentores do poder se preocupem mais em manter a paz no seio do território nacional, do que em financiar grupos terroristas (Onwudiwe, 2001, p. 79).

¹¹⁷ Para melhor entendimento dos conceitos de *core nations*, *semiperiphery nations*, *periphery nations* consultar imagem em Anexo VII – **Ilustração da World System Theory**.

Um dos instrumentos da colonização foi a evangelização, pelo que a maioria dos países africanos herdaram dos colonos a religião¹¹⁸. O terrorismo de hoje, aquele que mais assusta os ocidentais, é o de matriz islamista. Não pelo facto de apenas existirem extremistas islamistas, porque também os há de outras religiões, causas e ideologias, mas pelo facto do ser humano temer sempre com mais afínco o desconhecido, pela pouca experiência e percepção do fenómeno¹¹⁹. Mais, mesmo que não sendo pelo respeito à religião herdada pelos colonos, os africanos estão intimamente ligados ao tradicional, maneira de se manterem fiéis aquilo que foi deturpado pelo colono, às raízes e normas que vigoravam antes de conhecerem o imperialismo, a escravatura e a evangelização. Pretendemos com isto dizer que o terrorismo de matriz islamista vai contra os princípios que regem as tradições basilares africanas (Onwudiwe, 2001, p. 79), e que por isso não se coaduna com a realidade da cultura africana, intimamente dominada pelas raízes tradicionais.

II.2 A segurança de África no âmbito da Cooperação

A união das Nações africanas contra os flagelos comuns é cada vez mais notória, essencialmente através das inúmeras organizações regionais criadas que visam, essencialmente, o fomento da cooperação dos povos do continente. A velha ideia dos povos africanos como enfraquecidos e desgovernados tem vindo a ser combatida através da cooperação regional - certo é que o caminho a trilhar é ainda longo, mas menos extenso do que ontem. Importa-nos salientar aquelas em que Angola tem uma participação ativa e cuja manutenção da segurança regional seja um dos principais focos de atuação. Deste modo, poremos de lado aquelas cujas atividades pendem quase exclusivamente para as relações estritamente económicas, como é disso exemplo a CEEAC-

¹¹⁸ “*This religious education was aimed to indoctrinate the oppressed to accept the colonial policies.*” (Onwudiwe, 2001, p. 78).

¹¹⁹ “*Todavia, tradicionalmente, o Islão africano não apresenta semelhanças com o que se vai passando em zonas como o Médio Oriente. Era caracterizado bem mais pela tolerância e pela inclusão de terceiros do que pelo radicalismo face ao outro ou por uma doutrina de exclusão de outras fés.*” (Bembe, O terrorismo transnacional: sistematização do fenómeno e estratégias para o seu combate, 2012, p. 86).

Comunidade Económica dos Estados da África Central, e focamo-nos na influência que a UA, a SADC e a CIRGL têm na arquitetura da segurança em Angola, nomeadamente através das normas que daí decorrem.

No seio das organizações acima citadas o terrorismo é encarado como uma preocupação para a estabilidade da região, e todas promovem uma resposta a nível regional através da elaboração dos diversos pactos, memorandos e protocolos sobre o combate ao terrorismo.

O norte de África constitui um terreno fértil para a proliferação de movimentos terroristas¹²⁰ devido à volatilidade de toda a região, tendo em conta o enfraquecimento político que a assola¹²¹. Fatores como a instabilidade governamental e a abundância de recursos energéticos são atrativos para grupos terroristas, razão pela qual é da máxima importância manter a estabilidade no restante território do continente. Aqui importará o facto de as culturas vigentes nos diferentes quadrantes do continente serem muito distintas, com povos distintos, culturas diversas, credos diferentes, e por conseguinte modos de atuação diferentes perante o mesmo fenómeno.

Não é possível ignorar a existência de grupos e células terroristas espalhados pelo continente. O Boko Haram que assombra os cidadãos da Nigéria, inclusive executando ataques ao estilo *kamikaze* para maximizar os danos, ou o Al-Shabaab que atua essencialmente na Etiópia, mas espalha o terror pelos vizinhos, como serve o Quénia de exemplo. Resta adicionar à lista as células do DAESH¹²² e da Al-Qaeda em África. O perigo reside na

¹²⁰ “O mesmo sucede em África, como se denota através da resiliência demonstrada na Líbia, onde as redes do GEI [Grupo Estado Islâmico] começam a reorganizar-se e a reestruturar-se, após a importante derrota em Sirte, ou do reforço da divisão do Estado Islâmico do Sahel.” (parêntesis nosso), (Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2016, p. 73).

¹²¹ “Activities of ISIS terrorists indicate that they have their eyes on somewhere. Studying ISIS' operations outside of Iraq and Syria, one may conclude that the terrorist group's next bastion will be in the North African region, most likely in Libya.”; “After the fall of Muammar Gaddafi, the dead Libyan dictator, there have been endless internal conflicts and wars in Libya. Currently, there are two governments ruling over different parts of the country. One of these governments is Secular and the other is Islamic. Due to this discord, the Libyan military is also in a bad situation.” (African Centre for the Study and Research on Terrorism, 2016, p. 4).

¹²² “Daesh ou Daash: Designação derogatória do Estado Islâmico baseada no seu acrónimo em árabe.” (Stern & Berger, 2015, p. 8).

possibilidade que existe destes grupos se aliarem, tornando-se mais poderosos financeiramente, e taticamente melhor preparados.

As mulheres surgem como outra preocupação face ao incremento do fenómeno terrorista. Tendencialmente relatadas pelos *media* como as vítimas do fenómeno, começam já a fazer parte das ações levadas a cabo por grupos terroristas. A violência e o terror característico dos atos terroristas é encarado pela sociedade em geral como atos que se adaptam à natureza masculina, ao passo que a mulher esteve sempre ligada à inocência, sensibilidade e fraqueza¹²³. Alguns ataques em solo africano foram realizados por membros do sexo feminino, como é o caso do ataque em Mombaça, Quênia, em Setembro de 2016, perpetrado por 3 mulheres. O casamento com radicais islâmicos é uma situação cada vez mais frequente, essencialmente na zona Oriental de África. Mulheres casadas com radicais são mais facilmente persuadidas a colaborar em ações terroristas¹²⁴. O empoderamento do papel da mulher em África é uma das metas transversais às diversas organizações intergovernamentais, contudo, o papel desta nas sociedades africanas ainda não atingiu o patamar desejável, o que é apontado por Ogenga (2016) como um fator que potencia a participação da mulher africana em atos terroristas.

Desde 2014 que Angola preside à Conferência Internacional para a região dos Grandes Lagos, uma organização intergovernamental que tem como objetivo maior manter a estabilidade da região através da cooperação entre os Estados¹²⁵. No programa de Paz e Segurança desta organização, a pobreza é enunciada como um dos fatores que propiciam o recrutamento de jovens cidadãos para as frentes de combate de grupos terroristas. As agências humanitárias são também usadas como disfarce para atividades terroristas, facilitando o financiamento das ações através da lavagem de dinheiro, por

¹²³ Sobre a participação das mulheres em ações terroristas consultar a obra Ogenga. (15 de Setembro de 2016). Do not ignore women in war on terrorism . *Terrorism Bi-Weekly Press Review* , pp. 12-14.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ “*Terrorism and transnational organized crimes thrives in Africa inclusive of the Great Lakes Region.*” (Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos, 2006, p. 1).

exemplo¹²⁶. Neste programa é ainda enunciada o carácter de “soft-target” que as missões diplomáticas e investimentos estrangeiros em solo africano podem ter na perspectiva de grupos terroristas.

II.3 Angola e o Fenómeno Terrorista Contemporâneo

Partindo da premissa:

*Aside from the military vulnerability of Libya, there are other factors that make this country suitable in ISIS' eyes. Libya's significant reserves of energy (such as the oil reserves in northern regions of this country, which could be a good substitute for the lost regions of Iraq and Syria), short sea lane to Europe, being close to unstable African countries such as Egypt, Tunisia and Sudan, are all reasons for Libya to be a platform for ISIS, especially since ISIS terrorists are currently losing their strategic bases in Iraq and Syria.*¹²⁷

Na qual são indicadas razões que levaram à ocupação da Líbia por grupos terroristas de matriz islamista. Assim, importa fazer um paralelismo com as condições que Angola reúne, que possam ser atrativas para a atividade terrorista. Recursos naturais que abundam em Angola: madeira, metais preciosos, água, petróleo, diamantes – constituem fonte de riqueza para a República¹²⁸. O financiamento de grupos terroristas passa também pela exploração do petróleo¹²⁹, razão pela qual Angola e os restantes países do Golfo

¹²⁶ “Poverty has made populations vulnerable to monetary inducements and recruitment, wittingly or unwittingly, into terrorist organizations. Besides, humanitarian agencies with a focus on addressing the problem of poverty have in some cases been used to provide cover for terrorist operatives and for other activities such as money laundering.” (Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos, 2006, p. 2).

¹²⁷ (Terrorism, 2016, p. 4).

¹²⁸ Sobre os fatores geoestratégicos que contribuem para a segurança e defesa de Angola consultar a obra Bernardino, L. (2013). A posição de Angola na arquitetura de paz e segurança africana: análise da função estratégica das Forças Armadas angolanas. Edições Almedina, S.A.

¹²⁹ “The FATF ISIL report notes that ISIL seeks to operate local oil infrastructure, to extract and refine oil for its own use, and for onward sale or swap to local and regional markets, at a lower market price. ISIL benefits mostly from using the petroleum and petroleum products it controls or by earning revenue from sales of these resources to local customers. The remaining portion of ISIL's oil revenue stems from sales routed through middlemen and smugglers who trade and transport the 56 FATF (2015a). 57 FATF (2015a). 58 UNEP (2014). EMERGING TERRORIST FINANCING RISKS 40 □ 2015 illicit petroleum and petroleum products for sale to

da Guiné podem vir a constituir zonas privilegiadas às pretensões de extensão do poderio islamista. A extensa fronteira de Angola, partilhada com a República Democrática do Congo, país que enfrenta um período de volatilidade política, como veremos mais à frente neste capítulo, vai de encontro ao argumento de que países rodeados de outros em situação de instabilidade política constituem atrativo para a instalação de grupos terroristas¹³⁰.

Angola pode considerar-se ameaçada pelo terrorismo de uma maneira indireta. Um país aliado de potências hegemónicas pode ser encarado pelos grupos terroristas como um inimigo, uma vez que fragilizando os diversos aliados de uma potência hegemónica estaremos indubitavelmente a fragilizar a potência também. Deste modo, o DAESH e a Al-Qaeda podem ser ameaças para Angola, através das relações mantidas com a China ou com os Estados Unidos da América.

Notícias recentes dão conta do recrutamento de cidadãos de origem chinesa para as fileiras do DAESH. Mais de uma centena de cidadãos da etnia Uigur, provenientes da região de Xinjiang na República Popular da China fazem agora parte do DAESH (Foreign Policy, 2016). A etnia Uigur professa na sua maioria a fé islâmica, e sentem-se perseguidos pelo governo do seu país¹³¹. Cidadãos pobres e com uma fraca educação escolar, sentindo-se desdenhados e destratados no seu próprio país, são alvos fáceis para a persuasão dos radicais islamistas, ainda mais tendo a seu favor o fator religião que aproxima as partes. A China é o parceiro mais influente de Angola, é o maior importador de petróleo Angolano, tendo igualmente diversas parcerias nos setores mais importantes da economia Angolana, como é o caso da exploração diamantífera e da construção. A presença dos chineses em Angola não se resume ao papel, é uma realidade

end-users. According to press reports, ISIL is paid mostly in cash for the oil it sells, making the transactions underlying its oil trade difficult to track and disrupt.” (Financial Action Task Force, 2015, pp. 39-40). Rendimentos “(...) gerados internamente, a partir de impostos cobrados às populações locais, saques, venda de antiguidades e tráfico de petróleo, sendo este último uma das fontes mais importantes.” (Stern & Berger, 2015, p. 69)

¹³⁰ Sobre a questão dos conflitos violentos na vizinhança constituírem uma fragilidade na segurança nacional, consultar a obra (Bernardino, 2013, p. 530).

¹³¹ “In retaliation for the tears that flow from the eyes of the oppressed, we will make your blood flow in rivers, by the will of God, (...)” é a ameaça deixada pelos recrutas chineses (Birsell & Tait, 2017).

visível a olho nu, através da sua forte presença no comércio local, na indústria e na construção. Neste sentido, o envolvimento de cidadãos chineses em grupos terroristas é um acontecimento que o Estado Angolano não deverá ignorar¹³².

Por outro lado, existe o Boko Haram, aliado do DAESH, que atua na Nigéria, país com o qual Angola concorre na ocupação do lugar de potência regional. Desta forma pode também ser uma ameaça para a República Angolana.

A questão da República Democrática do Congo, país que faz fronteira com a República de Angola, deve ser neste momento em termos de questões securitárias aquela a que devemos mais atenção. O problema surge quando os líderes locais contestam o poder governamental. O cerne do problema, em pleno 2017, decorre na região do Kassai onde os apoiantes do falecido líder Kamuina Nsapu, abatido em 2016 pelo exército congolês por manifestar ideias contrárias às advogadas pelos líderes do poder central, demonstram a sua revolta. “É o choque entre dois mundos: de um lado, Kinshasa que representa poder, dinheiro e guerreiros, e, do outro, os habitantes do Grande Kasai, marginalizados, que ainda se lembram do tempo em que líderes tradicionais eram reis.” (RFI, 2017). Resulta deste conflito um elevado número de mortes em solo congolês, mas também uma vaga de refugiados em direção a Angola. A soma de refugiados na região da Lunda Norte em Angola perfaz os trinta mil, dos quais 77% são mulheres e crianças. Esta crise é um teste para as forças de defesa e segurança de Angola, na medida em que, uma vaga de refugiados é um oportuno ardil para elementos de grupos terroristas se instalarem em diferentes países enquanto os mecanismos de identificação e recenseamentos dos cidadãos, que necessitam de auxílio, não estiverem devidamente desenvolvidos. Sublinhamos a

¹³² “We will certainly plant our flag over America, China, Russia, and all the infidels of the world,(...)” O autor da frase refere-se à bandeira do DAESH. Citação obtida a partir da seguinte fonte: Birsell, R., & Tait, P. (1 de Março de 2017). Uighur IS fighters vow blood will 'flow in rivers' in China. Obtido em 11 de Outubro de 2017, de Reuters: <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-iraq-china/uighur-is-fighters-vow-blood-will-flow-in-rivers-in-china-idUSKBN16848H>.

importância de fronteiras resguardadas e de mecanismos eficientes de identificação dos indivíduos¹³³.

A detenção de seis cidadãos Angolanos acusados de associação terrorista e fidelização ao DAESH espoletou o tema adormecido da islamofobia retratada por David Alberto, anteriormente representante da comunidade islâmica em Angola. David defende que as acusações não tem fundamento, e que a hipotética existência de terroristas em solo Angolano fragilizam a imagem do país. O representante aponta a necessidade do executivo trabalhar na garantia da liberdade do exercício da fé islâmica em Angola (Diário de Notícias, 2017). “De acordo com a acusação deduzida contra os seis elementos, os jovens criaram em 2015 o grupo muçulmano radical denominado 'Street Da Was'” (Diário de Notícias, 2017). A nossa investigação conduziu-nos ao encontro da página do grupo Predicar Angola, criado em 2013 com a alegada missão de “Divulgação islâmica em Angola”¹³⁴. Na página do grupo na rede social *Facebook* fica claro o pendor conservador do projeto. O *Predicar Angola* engloba um movimento denominado Street Dawah, que complementa a ação do Predicar online, através divulgação da fé islâmica pelas ruas de Luanda¹³⁵. A denominação deste movimento coincide com o nome do grupo radical que os detidos são acusados de ter criado.

O islamismo pode ser classificado em islamismo moderado ou islamismo radical. Dentro do que se entende ser o islamismo radical existem os grupos *dawah* e os *jihad*. Os grupos *dawah* são a facção mais moderada dentro do islamismo radical, procurando adquirir o poder gradual e subtilmente, ao passo que o jihadista recorre ao uso da força para atingir o mesmo fim¹³⁶.

¹³³ “(...) of technical means allowing communities to monitor and report illegal activities to the authorities on the extensive porous frontiers that are not effectively policed by government officials.” (Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos, 2006, p. 10).

¹³⁴ Informação extraída da página de Facebook PREDICAR ANGOLA. Ver Anexo IV - Informações sobre o grupo “Predicar **Angola**.”

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ “Enquanto os últimos procuram uma rápida tomada do poder através de atos bélicos, os outros focam-se em uma aquisição lenta e ponderada do poder (Gonçalves, 2011: 24).” (Valentim, 2014, p. 22).

A análise das publicações do grupo *Predicar* demonstra o seu conservadorismo em relação à religião¹³⁷. A reação dos Angolanos perante os manifestos da presença do fenómeno terrorista em Angola é de repúdio, como se pode comprovar através dos comentários nas diversas plataformas online:

“Estimados concidadãos e compatriotas, por mim, quanto maior for a distância ou cortar as possibilidades com estes grupos extremistas, melhor será para o bem comum. Prefiro ver toda família Angolana sã e salva, do que ter indícios destes sei lá...”¹³⁸

“Por favor aqui não, já temos terroristas suficientes...”¹³⁹

“Angola não tem nada haver com problema de religião”¹⁴⁰

“Se brincaram, brincaram mal. Não é nossa cultura.”¹⁴¹

Embora ainda não seja uma realidade tangível, como acontece noutros países africanos, como é o caso da Nigéria ou da Líbia, as várias tensões externas - desde o recrutamento de grupos de cidadãos de aliados estratégicos, como é o caso da China; ou a situação das centenas de refugiados de outras regiões africanas, vítimas da perseguição por parte de células terroristas -, assim como as pressões internas, como é o caso da própria facção da população Angolana que professa uma vertente do islamismo radical¹⁴², indicam-nos que o Estado Angolano deve procurar estar preparado para um potencial evento terrorista.

¹³⁷ A exibição de conteúdos de cariz político, e análises dos livros sagrados da religião católica à luz da visão islamista dos administradores da página podem ser comprovadas em documentação anexa do presente trabalho. Ver Anexo V.

¹³⁸ Comentário publicado no dia 13 de Setembro de 2017 em resposta a um artigo de um jornal angolano online sobre a detenção dos suspeitos de associação terrorista em Angola (Folha 8, 2017).

¹³⁹ Comentário publicado no dia 8 de Junho de 2017 em resposta a um artigo sobre o tema acima mencionado pela plataforma online VOA (Redação Voz da América, 2017).

¹⁴⁰ Comentário publicado no dia 8 de Junho de 2017 em resposta a um artigo sobre o tema acima mencionado pela plataforma online VOA (idem).

¹⁴¹ Comentário publicado no dia 9 de Junho de 2017 em resposta a um artigo sobre o tema acima mencionado pela plataforma online VOA (ibidem).

¹⁴² A nossa afirmação baseia-se no nome similar entre o grupo de que os 6 detidos são acusados de ter criado e a vertente *dawah* do islamismo radical.

II.4 Documentos Legislativos que influenciam o ordenamento jurídico Angolano na resposta ao fenómeno Terrorista

O terrorismo é um fenómeno real e que por isso está previsto na mais diversa legislação. Por isso, importa-nos analisar a legislação Angolana sobre o tema em estudo, e para isso interessa analisar a lei basilar de qualquer estado democrático: a Constituição. Na constituição constam as leis fundamentais de um Estado, nomeadamente aquelas que dizem respeito à defesa e segurança do mesmo. Sendo o terrorismo um fenómeno que visa espalhar o terror através de ações violentas, cujos alvos são variados e os ataques dotados de imprevisibilidade, o Estado necessita de medidas que o munam de instrumentos e meios para a manutenção da sua segurança e integridade face ao fenómeno. Todas as remanescentes leis que vigoram em território nacional devem respeitar a letra da constituição.

Nas primeiras páginas da Constituição da República de Angola conseguimos perceber que se trata de um país democrático, na medida em que, os princípios em que assentam a ação do Estado e por conseguinte a legislação que rege a mesma são: a separação e equilíbrio de poderes, respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do ser humano, e o sistema económico de mercado¹⁴³. Outros princípios basilares, mas estes transversais a qualquer Estado, são a manutenção da sua soberania e independência¹⁴⁴, o que pressupõe uma resposta assertiva a todos os acontecimentos que os ponham em causa.

A República de Angola é um estado laico, segundo o artigo 10º da CRA, ou seja, não existe uma religião associada ao Estado, e por isso os cidadãos são livres de professarem a fé que lhes aprouver. Na CRA está explícito que o Estado

¹⁴³ No preâmbulo da CRA pode-se ler: “Reafirmando o nosso comprometimento com os valores e princípios fundamentais da independência, soberania e Unidade do Estado democrático de direito, do pluralismo de expressão e organização política, da separação e equilíbrio de poderes dos órgãos de soberania, do sistema económico de mercado e do respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do ser humano, que constituem as traves mestras que suportam e estruturam a presente constituição;”.

¹⁴⁴ Sobre os quatro atributos comuns aos Estados - o povo, o território, o poder político e a soberania- consultar a obra Introdução às Relações Internacionais (da Silva, 2012, pp. 21-22).

respeita e protege as diversas confissões religiosas desde que o exercício da fé não atente contra a letra da lei nacional.

A questão da religião é uma questão importante, tendo em conta que segundo os inquéritos por entrevistas aplicados aos representantes da Polícia Nacional de Angola o tipo de terrorismo que mais preocupação desperta é o de matriz islamista¹⁴⁵. O receio do expansionismo da religião islâmica¹⁴⁶ vem associado ao incremento da atividade terrorista no país¹⁴⁷. A ideia da salvaguarda do direito do cidadão à “Liberdade de consciência, de religião e de culto”¹⁴⁸ é imprescindível para que não se repitam os erros experimentados no passado¹⁴⁹.

Sobre a relação da República de Angola com os demais atores das Relações Internacionais, e sobre o que à resposta ao fenómeno do terrorismo diz respeito, consta da CRA, artigo 12º, que o Estado Angolano defende: a solução pacífica dos conflitos; o respeito pelos direitos humanos; e o repúdio e combate ao terrorismo. Mais, o sistema de integração de normas jurídicas internacionais em Angola trata-se de um modelo monista. “Os tratados e acordos internacionais regularmente aprovados ou ratificados vigoram na ordem jurídica Angolana após a sua publicação oficial e entrada em vigor na ordem jurídica internacional e enquanto vincularem internacionalmente o Estado Angolano.”¹⁵⁰ Em suma, as normas internacionais que vinculem o Estado Angolano não necessitam de sofrer alterações legislativas que as transformem em normas nacionais; a partir do momento em que elas entram em vigor na ordem jurídica

¹⁴⁵ Vide Tabela 4 - Tipos de Terrorismo em Angola no presente.

¹⁴⁶ “ (...), sedimentado em países como o Mali, a Nigéria, o Sudão, os Camarões, o Burkina-Faso, a Tanzânia, que em conjunto formam sobre Angola um arco de Estados Islamizados, o que tem sido apontado como um dos factores dos crescentes “temores”, sobre a hipotética ameaça do Islão em Angola.” (Bembe, O terrorismo transnacional: sistematização do fenómeno e estratégias para o seu combate, 2012, p. 101).

¹⁴⁷ Esta preocupação é fundada na mediatização dada aos atentados executados por grupos terroristas de matriz islamista no Ocidente. “O primeiro objectivo do terrorismo é espalhar o pânico; para isso é fundamental a divulgação da sua actividade, de preferência uma publicidade que também contribua para acentuar os aspectos brutais da acção terrorista.” (da Silva, 2012, p. 59).

¹⁴⁸ Epígrafe do artigo 41º da CRA.

¹⁴⁹ Discriminação de pessoas de acordo com a confissão religiosa ou com as características físicas, como serviram de exemplo as políticas de supremacia da raça ariana que marcaram o período em que Hitler governou a Alemanha.

¹⁵⁰ Alínea 2 do artigo 13º da CRA.

internacional são automaticamente normas que vigoram no ordenamento jurídico Angolano.

A Estratégia Nacional de Prevenção e Combate ao Terrorismo, elaborada em 2016, é um documento oficial onde constam o modo de atuação da Polícia Nacional e das demais forças e serviços de segurança em caso de ataque terrorista. Apenas tomámos conhecimento da existência desta estratégia através dos inquéritos por entrevistas aplicados a alguns representantes da Polícia Nacional, contudo não tivemos acesso à mesma por se tratar de matéria classificada. Sabemos apenas que a elaboração da mesma teve como referência a estratégia regional contra o terrorismo da SADC (Southern African Development Community). Aquando da nossa pesquisa sobre a estratégia da SADC contra o terrorismo encontrámos o “Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança” que data do ano de 2010. Nesse plano estratégico faz-se menção ao Pacto de Defesa Mútua da SADC, onde está claro que uma ameaça contra um dos Estados participantes constitui uma ameaça para todos os Estados da Região, e que por isso merece uma resposta conjunta. Mais ainda, os Estados comprometem-se a não acolher ou apoiar pessoas cuja ação tenha como objetivo pôr em causa a estabilidade dos Estados-membros ao nível social, militar, territorial ou económico.

A cooperação é a palavra de ordem em todos os acordos, protocolos, projetos e tratados das organizações intergovernamentais africanas aos quais tivemos acesso¹⁵¹. O terrorismo surge ao lado do HIV e do conflito armado entre Estados como uma das maiores preocupações dos Estados da região, razão

¹⁵¹ “The Dar-es-Salaam Declaration of the International Conference on the Great Lakes Region (IC/GLR) seeks to strengthen bilateral and regional cooperation in the area of defence and security and promote confidence building through policies, measures and mechanisms aimed at reaching a regional Non-Aggression Pact and a regional Protocol on Good Neighbourliness and enhancing multi-sectoral cooperation.” (Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos, 2006, p. 3).

“A Declaração e o Tratado definem a visão da SADC como um FUTURO PARTILHADO num ambiente de paz, segurança e estabilidade, cooperação e integração regional baseado na equidade, benefício mútuo e solidariedade.” pág.13 (Comunidade de desenvolvimento da África Austral, 2010).

“Determined to ensure Africa’s active participation, cooperation and coordination with the international community in its determined efforts to combat and eradicate terrorism;” (União Africana, 2004, p. 1).

pela qual a SADC recomenda a realização de workshops e seminários com foco no combate ao terrorismo, e o reforço da legislação do ordenamento jurídico de cada país sobre este fenómeno¹⁵². A importância da cooperação entre a SADC e o Centro Africano de Estudos e Investigação sobre o Terrorismo é sublinhada neste plano estratégico. Este centro de estudo publica edições periódicas sobre o desenvolvimento do terrorismo no continente Africano, e algumas reflexões sobre o terrorismo no resto do mundo, ou seja, a análise feita pelos colaboradores deste centro tenta ser tão abrangente como o próprio fenómeno.

Ainda sobre o ordenamento jurídico Angolano e a questão do terrorismo, importa, sobretudo, falar da Lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo¹⁵³. Os diplomas internacionais sobre o combate ao terrorismo fazem sempre menção à necessidade de prevenir o fenómeno através de uma legislação adequada e eficaz contra o financiamento ao terrorismo. Importa salientar a Estratégia Global de Contraterrorismo da Organização das Nações Unidas, e a resolução 1373 do Conselho de Segurança da mesma organização, documentos que serviram de inspiração às diversas leis e estratégias de combate ao terrorismo, onde se encontra sublinhada a importância de rastrear o financiamento ao terrorismo e o branqueamento de capitais.

No diploma Angolano sobre a matéria de financiamento ao terrorismo e o branqueamento de capitais começa-se por sublinhar o facto de o terrorismo ser um fenómeno paralelo ao crime organizado e, por consequência, do branqueamento de capital como já havíamos lido nos textos da SADC e da UA. O objetivo deste documento é sobretudo prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento de atividades ilícitas. Nesse sentido, são elaboradas um acervo de normas que visam auxiliar as autoridades no momento de identificar eventuais envolvidos em processos dessa natureza, nomeadamente pessoas singulares e coletivas, de natureza financeira e não financeira. No artigo 60º e 64º define-se o que no ordenamento jurídico Angolano é considerado

¹⁵² (Comunidade de desenvolvimento da África Austral, 2010).

¹⁵³ Lei n.º 34/11 de 12 de Dezembro de 2011.

branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, respetivamente. O crime de branqueamento de capitais consiste, sucintamente, na dissimulação da proveniência de receitas obtidas através do cometimento de atos ilícitos. Aqueles que auxiliem o processo de dissimulação, os que tenham conhecimento da ocorrência e não denunciem, ou os que dali retirem alguma vantagem tendo conhecimento da proveniência dos bens, incorrem em pena de prisão. Quanto ao financiamento do terrorismo, é entendido pela lei como “1 – Quem, por quaisquer meios, direta ou indiretamente, fornecer ou reunir fundos, com a intenção de serem utilizados ou tiver conhecimento que podem ser utilizados, total ou parcialmente, no planeamento, na preparação ou na prática de crime de organização terrorista, terrorismo e terrorismo internacional previstos na presente lei, por terrorista ou organização terrorista é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.”¹⁵⁴

Desta forma, a procura por mecanismos eficazes que conduzam a uma resposta plausível na repressão do financiamento ao terrorismo e ao branqueamento de capitais conduziu à criação da Unidade de Informação Financeira, cuja atividade é auxiliar a ação do Banco Nacional de Angola nesse sentido. As medidas implementadas pela lei visam punir aqueles que financiam direta ou indiretamente o terrorismo e aqueles que dificultam o rastreamento da proveniência de quantias empregues em atividade ilícita. Por outro lado, esta lei tem também como objetivo alertar as instituições financeiras e não financeiras mais expostas ao fenómeno, para o risco que existe em serem parte de um esquema de financiamento ao terrorismo ou branqueamento de capitais.

As entidades abrangidas por esta lei são:

- Instituições financeiras bancárias;¹⁵⁵
- Instituições financeiras não bancárias;¹⁵⁶

¹⁵⁴ Ver artigo 64º da Lei n.º 34/11 de 12 de Dezembro de 2011.

¹⁵⁵ Vulgo bancos;

¹⁵⁶ Casa de câmbio; seguradoras, por exemplo. Artigo 5.º (Espécies de instituições financeiras não bancárias) da Lei n.º 13/05 de 30 de Setembro.

- Entidades não financeiras.¹⁵⁷ Dos quais importa salientar os casinos, os negociadores de pedras e metais preciosos, os contabilistas, notários e advogados quando envolvidos em organização, gestão ou exploração de bens de outrem.

A Unidade de Informação Financeira aconselha as instituições a acautelarem-se sobre o risco de se envolverem em esquemas do género, ou do simples incumprimento das normas que levam à má reputação, e à consequente punição por lei. As instituições financeiras devem precaver-se analisando cuidadosamente os sectores mais facilmente utilizados para este tipo de crimes, bem como fatores como o local de proveniência de certos produtos. Adicionalmente, as instituições têm a obrigação de conhecer os seus clientes, pois este é também considerado um meio de analisar o risco - “A gestão efectiva do risco de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo é crucial para a estabilidade da instituição financeira e do sistema financeiro.” (Unidade de Informação Financeira, 2012).

A presente lei confere às diversas entidades a capacidade de adaptarem à sua realidade os meios de avaliação do risco, ou seja, as entidades têm que cumprir os deveres exigidos pela lei, que passam essencialmente pela cooperação com a Unidade de Informação Financeira, sendo-lhes concedida uma certa liberdade face aos métodos a empenhar para cumprir o objetivo maior: evitar concretizar negócios com entidades relacionadas com o terrorismo ou branqueamento de capitais. Importa para isso analisar as obrigações a que as entidades abrangidas pela lei do branqueamento de capitais estão sujeitas¹⁵⁸. Em suma, as entidades devem reunir o máximo de informação possível relevante para o negócio concreto, dados completos sobre os envolvidos na ação, e proveniência dos fundos. As entidades comprometem-se a conservar, por um período de dez anos, toda a informação relevante de cada negócio realizado. A informação essencial a ser arquivada vem descrita no artigo 12º¹⁵⁹. Quando da

¹⁵⁷ Todos os citados na alínea 2 do Artigo 3.º (Âmbito de aplicação) da Lei n.º 34/11 de 12 de Dezembro de 2011.

¹⁵⁸ Artigo 4º da Lei n.º 34/11 de 12 de Dezembro de 2011.

¹⁵⁹ Lei n.º 34/11 de 12 de Dezembro de 2011.

parte da entidade existam suspeitas de que a relação comercial que irá iniciar possa estar ligada ao planeamento de ações ilícitas, o artigo 11º (Obrigação de recusa)¹⁶⁰ define que a entidade tem o dever de cessar a relação de negócio. As entidades têm o dever de informar a UIF sobre suspeitas de práticas, ou tentativas, dos crimes de terrorismo ou branqueamento de capitais como explicita o documento legislativo em análise. Todas as transações a partir dos quinze mil dólares americanos, ou valor equivalente em moeda nacional ou outra estrangeira, devem ser dadas a conhecer à UIF.

Desta forma, percebemos a preocupação que a República de Angola demonstra face ao fenómeno terrorismo. O ordenamento jurídico está preparado para reprimir e responder às questões do financiamento do terrorismo, a Polícia Nacional está munida de uma estratégia de resposta ao terrorismo, apesar de desconhecermos o conteúdo da mesma, o que demonstra que este é um tema que está na ordem do dia entre os arquitetos da segurança nacional Angolana.

¹⁶⁰ Artigo 11º Lei n.º 34/11 de 12 de Dezembro de 2011.

Capítulo III

III.1 Terrorismo, Contraterrorismo e a sua relação com os direitos humanos

A organização social como a conhecemos hoje responde a leis e normas independentemente do sistema político em vigor, existe um conjunto de normas que regem a sociedade. Certo é que estas são normas que variam no tempo e no espaço, que sofrem mutações de modo a adaptar-se ao também mutável pensamento dos cidadãos que a compõe.

Numa sociedade democrática, como são reconhecidas pelas suas constituições a República Portuguesa¹⁶¹ e a República de Angola¹⁶², os direitos dos seus cidadãos e dos seres humanos, em geral, devem ser respeitados. Importa sempre salvaguardar os direitos básicos dos cidadãos, mesmo na situação em que vivemos hoje, em que a possibilidade de antever um ataque terrorista é escassa.

Assim, quando falamos do terrorismo contemporâneo referimo-nos indubitavelmente ao “(...) terrorismo jihadista- de amplitude internacional e matriz islamista-, o qual se implanta e dissemina sob o chapéu ideológico da tão proclamada “jihad global”, empreendida contra o Ocidente, em geral, e contra judeus e cruzados, em particular.”¹⁶³ Referir-mo-nos ao terrorismo levado a cabo por grupos como a Al-Qaeda como terrorismo de matriz islâmica é demasiado redutor, uma vez que as ações realizadas por grupos similares têm fundamento na religião islâmica mas vão mais longe do que isso, acrescentando um carácter ideológico à sua doutrina, assim como a deturpação dos textos sagrados em favor dos seus objetivos políticos. A importância de sublinhar as diferenças entre

¹⁶¹ Conforme artigo 1.º: “A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais(...)”.

¹⁶² Conforme alínea 2 do artigo 2º: “A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do homem, (...)”.

¹⁶³ (Matos H. , Contraterrorismo ofensivo. O “targeted killing” na eliminação de alvos terroristas., 2012, p. 129).

o que é islâmico¹⁶⁴, e o que é islamista¹⁶⁵ deve ser enfatizada. O terrorismo jihadista global insere-se na ala radical do terrorismo islamista, cujo intuito é difundir o domínio do Islão pelo território dominado pelos infiéis, através “(...) de um ativismo político- ideológico a partir de uma interpretação radical e revivalista, em particular a visão salafista dos ensinamentos do coração.”¹⁶⁶

O objetivo dos extremistas é espalhar o terror, tentar dominar através do medo, impor a sua religião e costumes. Os objetivos dos terroristas de hoje podem ser comparados aos objetivos dos cristãos conquistadores de ontem. Contudo, hoje em dia vivemos em sociedades organizadas nas quais o uso da violência é, pelo menos à letra da lei, menos tolerável. Os grupos terroristas usam a violência gratuita e bárbara e fazem questão de o publicitar¹⁶⁷. As ações terroristas fazem germinar no ocidente um sentimento de ódio generalizado por aqueles que professam o Islão - isto é uma vitória para os terroristas. Assiste-se, então, a um ciclo vicioso, pois ao perpetrar atos terroristas, instigam o ódio por um setor da sociedade, que por sua vez se sente renegado, o que incita o ódio por aqueles que o renegaram, dando força à teoria dos terroristas, ganhando terreno e novos adeptos¹⁶⁸.

O medo que marca a sociedade de hoje é argumento para as várias medidas de contraterrorismo adotadas pelo mundo fora. Esta é uma batalha desleal: por um lado temos um Estado que está limitado pelo direito internacional na sua resposta aos atos terroristas, enquanto que do outro lado temos grupos

¹⁶⁴ Referente à religião islâmica.

¹⁶⁵ Referente à ideologia baseada numa interpretação radical da religião islâmica. “Como se depreende pela etimologia do próprio vocábulo, o Islamismo é construído por características próprias da religião (Islão) e da ideologia (sufixo-ismo).” (Valentim, 2014, p. 15).

¹⁶⁶ (Matos, 2011, p.15).

¹⁶⁷ Partilhamos com o autor da ideia de que a mediatização dos eventos terroristas deveria ser mais contida e menos sensacionalista, sob pena dos *media* se tornarem mais um meio de propaganda. “A eliminação das notícias deste género seria extremamente dissuasiva do terrorismo e evitaria a divulgação de métodos de actuação para que não viessem a ser copiados;” (da Silva, 2012, p. 59).

¹⁶⁸ “Uma opinião partilhada por Frank Gardner, especialista em segurança da BBC, avisando que ataques como o de Finsbury Park são uma prenda para os recrutadores do Daesh. “Os seguidores *online* do grupo foram rápidos a usar este ataque como uma prova do que consideram ser a hostilidade contra os muçulmanos que vivem no Ocidente”. Extraído de: Pereira, A. F. (19 de Junho de 2017). Ataque islamofóbico em Londres faz temer ciclo de violência entre extremistas. *Público*. Obtido de <https://www.publico.pt/2017/06/19/mundo/noticia/ataque-de-finsbury-park-faz-temer-ciclo-de-retaliacoes-entre-extremistas-1776209>.

terroristas cuja ação apenas está condicionada pela sua condição financeira e de recursos, não estando submisso a norma alguma de direito internacional. A ação dos grupos terroristas pode ser colossal e desmedida, contudo a resposta do Estado tem que ser racional e proporcional à ação, não podendo usar força excessiva¹⁶⁹.

A imprevisibilidade do fenómeno origina, por vezes, medidas excessivas. No seu livro, Whittaker (2009) faz uma chamada de atenção para a necessidade de salvaguardar os direitos humanos perante este cenário de contraterrorismo. O autor critica a definição de terrorismo da União Europeia¹⁷⁰ pois este defende que a definição que vigora demonstra mais preocupação com ataques aos Estados e descarta os possíveis ataques aos cidadãos, que são os eventos mais recorrentes¹⁷¹. A importância que se dá ao fenómeno serve de justificação para a diminuição das liberdades e garantias dos cidadãos, e uso abusivo de meios de investigação e de obtenção de prova que até então eram usados ao abrigo de requisitos mais rígidos. As escutas telefónicas são disso exemplo: com o aumento da ameaça terrorista as autoridades sentiram-se obrigadas a desburocratizar o recurso a este meio de obtenção de prova. O uso de câmaras de vigilância¹⁷² em espaços públicos também sofreu um aumento, como refere o autor no seu livro, a propósito das estratégias de contraterrorismo no Reino

169 Para um estudo aprofundado sobre a relação dos direitos humanos com o fenómeno terrorista, e a dimensão da resposta dos Estados face ao fenómeno indicamos a obra Whittaker, D. J. (2009). *Counter-terrorism and human rights*. Edinburgh gate: Pearson Education Limited.

170 *"Terrorism is a threat that does not recognise borders and may affect states and peoples irrespective of their geographical location. EU States and citizens are not an exception. Individuals and groups who believe that they can advance their political aims by using terror pose a serious threat to the democratic values of our societies and to the rights and freedoms of our citizens, especially by indiscriminately targeting innocent people. Acts of terrorism are criminal and unjustifiable, and must be treated as such under all circumstances."* Citação extraída da seguinte fonte: European Commission. (s.d.). *Crisis & Terrorism*. Obtido em 28 de Outubro de 2017, de https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/crisis-and-terrorism_en.

171 A alteração do conceito de Segurança do Estado alterou-se em dois aspetos. Por um lado a segurança humana ganha destaque no conceito da Segurança do Estado, por outro lado as respostas às ameaças transnacionais que afetam os Estados devem ser delineadas no âmbito da cooperação entre Estados, como se depreende da leitura da obra (Bernardino, 2013, p. 531).

172 Ainda sobre o crescente recurso às câmaras de vigilância sob a alçada das estratégias terroristas: "There are three major ways in which the United States now manage the risk of terrorism. One is surveillance. We are all on camera every day; in my country, which has the highest number of cctv [closed-circuit television] cameras per head of population, every citizen is on camera 300 times in the course of their working hours." (parêntesis nosso). (Coker, 2007, p. 26).

Unido (Whittaker, 2009, p. 97). Perante o medo cedemos os nossos direitos em prol da defesa do coletivo.

Os defensores acérrimos da aniquilação do terrorista têm a seu favor o argumento da radicalização no seio prisional. Uma sociedade democrática encara a prisão como um instrumento de reinserção social, que prepara o indivíduo que adotou uma conduta desviante para que se adapte novamente aos padrões exigidos pela sociedade, e que aquela experiência prisional resulte numa aprendizagem que o leve a adotar uma conduta adequada ao sistema¹⁷³. Ou seja, o objetivo do sistema prisional como o conhecemos hoje, está longe de ser castigar o indivíduo, mas sim fazê-lo repensar as suas atitudes e crenças, e auxiliá-lo a desenvolver as suas capacidades interpessoais de modo a que a sua reinserção na sociedade seja positiva. Contudo, os espaços prisionais têm também espaço para divulgação de todos os credos, tendo em conta que cada um é livre de ter a sua crença¹⁷⁴. O risco de radicalização, e de que as cadeias sejam centros de recrutamento de terroristas das mais variadas alas é real, mas não é novidade. Serve isto para dizer que se as sociedades democráticas decidirem aniquilar ao invés de deter os suspeitos, se decidirem eliminar o direito à liberdade do credo com receio do aumento da radicalização estão a oferecer mais uma vitória aos que pretendem assistir ao desmoronar do modelo democrático. “As atuais desavergonhadas políticas de demonização tentam convencer-nos de que alguns seres humanos são menos do que outros, arrancando a humanidade a grupos inteiros de pessoas. Isto ameaça pôr à solta os mais negros aspetos da natureza humana”¹⁷⁵.

¹⁷³ A propósito da reinserção do indivíduo na sociedade após o cumprimento da pena de prisão: “(...)the philosophy of penology in the 19th century which first saw the rise of national police forces, regulated prison regimes, and the idea that criminals were not just to be punished but also rehabilitated, and if possible redeemed. Prison became a school of life; the hope was that the criminal would become a useful citizen.” (Coker, 2007, p. 25).

¹⁷⁴ Referimo-nos a sociedades democráticas e laicas.

¹⁷⁵ Ideia refletida no discurso do atual presidente da Amnistia Internacional Salil Shetty após análise do artigo Amnistia Internacional. (22 de Fev de 2017). “Políticas de demonização” estão a alimentar a divisão e o medo. Obtido em 19 de Maio de 2017, de Amnistia Internacional Portugal: <http://amnistia.pt/index.php/noticias/noticias-860021/2617-politicas-de-demonizacao-estao-a-alimentar-a-divisao-e-o-medo>.

Outro grande exemplo deste tipo de narrativa é a crise dos refugiados. Governos negaram asilo a cidadãos estrangeiros que fugiam de um palco de guerra por receio de que pelo meio de multidões de pessoas necessitadas se encontrassem infiltrados membros de grupos terroristas. O medo é real, e a preocupação não é descabida, mas onde encaixamos a questão dos direitos humanos? “O Relatório Anual da Amnistia Internacional documenta como 36 países violaram a lei internacional ao forçarem ilegalmente refugiados a regressarem a países onde os seus direitos ficam em risco.”¹⁷⁶ As vagas de refugiados podem eventualmente ser aproveitadas por grupos terroristas para penetração de elementos no território. Contudo, os Estados não devem descurar o auxílio aos refugiados, uma vez que, os terroristas não precisam ser importados, pois os grupos podem recrutar, treinar e radicalizar cidadãos nativos do sítio onde pretendem atacar, para uma logística mais fácil.

Whittaker (2009) faz referência à oposição da Amnistia ao recurso às detenções secretas colocando a tónica no direito a um julgamento justo, onde o suspeito saiba os motivos da acusação e tenha direito a uma defesa justa. Perante este cenário, importa sublinhar que a salvaguarda dos direitos humanos e por sua vez dos princípios basilares da democracia devem ser proporcionais ao crescendo do fenómeno terrorista¹⁷⁷. Em 2017, caminhamos na direção errada, como podemos assistir através da ascensão a governos de nações de relevo entidades que advogam com orgulho ideias xenófobas, e de primazia total da segurança face a outros objetivos dos Estados¹⁷⁸.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ “Em 2016, governos fecharam os olhos a crimes de guerra, impulsionaram acordos que debilitam o direito a requerer asilo, aprovaram leis que violam a liberdade de expressão, incitaram o assassinio de pessoas apenas por serem acusadas de usarem drogas, justificaram a tortura e a vigilância em larga escala, e expandiram poderes policiais draconianos.” (Amnistia Internacional, 2017)

¹⁷⁸ Idem.

Capítulo IV

IV.1 Procedimento

A nossa investigação iniciou-se com um levantamento bibliográfico sobre o nosso objeto de estudo, de modo a perceber qual o estado da arte sobre o terrorismo em Angola. Certos de que a investigação é um processo cumulativo de conhecimentos de todos os que um dia já se debruçaram sobre o mesmo assunto ou partes dele, importou-nos recolher informação de fontes diversas desde livros, revistas a documento legislativos, em português e inglês.

O inquérito por entrevista foi o método por nós eleito para dar continuidade à investigação. As entrevistas foram feitas presencialmente apenas a representantes da Polícia Nacional de Angola. Para a realização das entrevistas foi necessário encaminhar um requerimento endereçado ao Gabinete do Comandante Geral da Polícia Nacional, de modo a obter a autorização da recolha das mesmas junto dos representantes da PN que connosco quiseram colaborar. O cariz voluntário da resposta à entrevista por inquérito, e o facto de esta ser uma investigação realizada no âmbito de um curso de mestrado de uma instituição estrangeira, são fatores que consideramos terem contribuído para o reduzido número de entrevistados. Ainda assim, consideramos que os resultados das entrevistas contemplam a informação necessária para uma primeira abordagem sobre esta temática. Contudo, para estudos futuros estamos conscientes de que o alargamento da amostra será necessário.

A entrevista é de carácter semiestruturado, conduzida por um guião composto por dez questões¹⁷⁹. O intuito de termos optado por este tipo de

¹⁷⁹ Assumimos que durante o nosso estudo fizemos uso incorreto de alguns conceitos aquando da elaboração das perguntas que serviram de guião da entrevista. O conceito de terrorismo de matriz islâmica por nós utilizado na elaboração das questões deveria ter sido substituído pela expressão terrorismo islamista ou de matriz islamista. No ponto de partida da nossa investigação, a literatura que consultámos remetia ao conceito de terrorismo de matriz islâmica: “Assim, a situação geopolítica acima elencada, insistimos, constitui Angola num “alvo não prioritário” das ameaças (no contexto dos atentados de grupos terroristas de inspiração islâmica), mas sobretudo, num “alvo de oportunidade”, como deixámos aflorado atrás, potenciado por algumas importantes vulnerabilidades internas e/ou relações externas.” (Bembe, O terrorismo transnacional: sistematização do fenómeno e estratégias para o seu combate, 2012, p. 105). Contudo, decidimos adotar o conceito terrorismo de matriz islamista em consonância com a linha de pensamento do autor Hermínio Joaquim De Matos. Sobre esta matéria consultar

entrevista reside no facto de dar espaço ao entrevistado para nos fornecer informação diversa pela essência das questões de resposta aberta, sem descurar do foco das questões colocadas. Contudo, nem sempre foi possível seguir o guião, uma vez que o objetivo consistiu em obter a informação da maneira mais confortável para o entrevistado. Por essa razão a entrevista 5 foi de carácter aberto, e o investigador conduziu a entrevista de acordo com as temáticas desenvolvidas pelo entrevistado, sempre que possível recorrendo às questões previstas no guião. Duas das entrevistas foram respondidas por escrito e complementadas com questões colocadas pessoalmente aos entrevistados, como é o caso da entrevista 8 e 9.

A peculiaridade da entrevista 8 assenta no facto de ser a única feita a quatro entrevistados em simultâneo. Estas foram as condições em que os entrevistados se sentiam mais confortáveis para responder às questões colocadas. A existência de uma entrevista respondida previamente por escrito em representação daquela unidade, e subsequente reunião com os mesmos de modo a complementar o guião, levou-nos a concluir que os entrevistados estavam em sintonia e partilhavam das mesmas convicções. Por esse motivo não sentimos necessidade de dividir as respostas transcritas dos entrevistados. Assim, foram entrevistados doze representantes, num total de nove entrevistas.

As entrevistas foram todas gravadas com o recurso a um dictafone, e posteriormente transcritas. As gravações das entrevistas foram autorizadas pela totalidade dos entrevistados.

O tratamento das entrevistas foi realizado através da técnica de análise de conteúdo, por nos permitir que quando este incida “ (...) sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis.” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 227). A análise de conteúdo foi feita através da sistematização da informação com recurso à categorização dos assuntos. Elencámos seis temas, dentro dos quais indicamos diversas

o artigo (Matos H. , Contraterrorismo ofensivo. O "targeted killing" na eliminação de alvos terroristas., 2012, p. 129).

categorias que se desdobraram em subcategorias. Os temas e as categorias foram previamente delineados, as subcategorias foram surgindo consoante as respostas dadas pelos entrevistados e justificadas através das unidades de registo constituídas por passagens relevantes de cada uma das entrevistas tratadas.

Através do tema **(A) Terrorismo no período pós-colonial** pretendemos perceber a evolução do fenómeno terrorista em Angola desde o tempo colonial até ao presente; procurámos perceber se **(A.1)** de facto existiu terrorismo em Angola no período colonial, **(A.1.1)** e se a existência do fenómeno perdura até aos dias de hoje, **(A.1.2)** se pelo contrário foi extinto, **(A.1.3)** ou se nunca existiu. A categoria **(A.2)** trata a classificação do terrorismo e visa dar a conhecer qual o tipo de terrorismo que marcou o período da guerra colonial em Angola; a categoria **(A.3)** foca-se nos grupos terroristas em ação no período colonial pretendendo esclarecer os papéis dos diversos intervenientes no conflito colonial e respondendo à questão de quem eram os terroristas, e aos olhos de quem é que determinado grupo era considerado terrorista. Através da categoria **(A.4)**, as ações terroristas em Angola, tentámos identificar as ocorrências em solo Angolano que podem ser classificadas como atos terroristas desde o período do conflito colonial até aos dias de hoje. Ainda dentro deste tema surge a categoria **(A.5)** que visa explicar o motivo da escassa literatura sobre o fenómeno do terrorismo em Angola com enfoque no período pós-guerra colonial.

Através do tema **(B)** pretendemos averiguar se existe uma real preocupação com o fenómeno terrorista junto daqueles que arquitetam a segurança nacional; **(B.1)** perceber como é que os entrevistados encaram o fenómeno, como mais uma normal preocupação ou como uma questão prioritária; **(B.2)** importa perceber se esta é uma questão que deve preocupar os africanos na generalidade e os Angolanos em particular; **(B.3)** e se o nível de ameaça terrorista em Angola e zona circundante é considerado alto ou baixo. As causas que podem levar ao incremento do nível de ameaça terrorista em Angola **(B.4)**; na categoria **(B.5)** pretendemos averiguar a existência da possibilidade de o fenómeno terrorista ser extinto num futuro próximo.

O terceiro tema visa **(C)** recolher informação sobre os tipos de terrorismo em Angola no presente¹⁸⁰. Para isso importa perceber qual **(C.1)** a motivação dos grupos terroristas que podem constituir uma ameaça para a Angola; **(C.2)** se o caso da reclamação da independência do enclave de Cabinda pode ser classificado como terrorismo e se é uma situação controlada ou não pelo governo da República de Angola; como é que a presença do fenómeno terrorista se faz sentir em Angola é a questão que pretendemos ver respondida através da categoria **(C.3)**. A categoria **(C.4)** responde aos meios de propagação da fé islâmica na sua vertente radical num país onde a maioria da população é católica.

No que diz respeito ao tema **(D)** procurámos averiguar a preparação das forças Angolanas na resposta ao fenómeno terrorista. Importa perceber o planeamento da resposta que dota as forças e serviços de segurança de mecanismos que lhes permitam ter uma capacidade de resposta eficiente **(D.1)**; **(D.2)** identificar os responsáveis pelo plano de resposta em caso de ataque terrorista; **(D.3)** identificar os instrumentos legais no que ao combate ao terrorismo diz respeito; **(D.4)** identificar as eventuais debilidades e motivos das mesmas na resposta a um ataque concreto. Ao definir uma estratégia contra o fenómeno em questão importa perceber se devemos abordar o problema a montante ou a jusante, prevenindo ou reprimindo **(D.5)**; pretendemos ainda perceber se um ataque terrorista é cenário de atuação exclusiva da PN ou deve ser permitida a intervenção de outros atores; **(D.6)** em caso de existir mais do que uma força a trabalhar perante o mesmo cenário quem deve coordenar a ação; **(D.7)** importa-nos perceber se existem unidades de polícia vocacionadas para o combate ao terrorismo e quais são. Apesar de ser informação que consta da CRA importa-nos perceber como é que os entrevistados percecionam as **(D.8)** competências específicas da Polícia Nacional e das Forças Armadas, uma vez que esta destrição mostra-se importante para a elaboração de um plano de atuação perante uma situação de ataque terrorista. A questão da negociação

¹⁸⁰ Entenda-se **presente** como o período compreendido entre 2002, ano em que a paz foi totalmente restituída através dos acordos de Luena e 2017, ano de conclusão desta investigação. Sobre os acordos que ditaram o fim da guerra civil em Angola consultar a obra (Vaïsse, 2012), especialmente a página 298.

importa para anteceder os moldes da atuação da PN perante um ataque terrorista concreto **(D.9)**, ou seja, deve-se ou não negociar com terroristas é a questão que pretendemos ver respondida; pretendemos ainda averiguar quais os argumentos favoráveis à negociação **(D.10)** e as condições que não são propícias à mesma **(D.11)**.

O tema **E** pretende indicar-nos quais os potenciais alvos de ataques terroristas em Angola, quais os pontos de interesse tendo em conta as características atuais do fenómeno terrorista. Para isso é necessário perceber o **(E.1)** tipo de ataque, ou seja quais os recursos utilizados para levar a cabo a ação; **(E.2)** fatores que contribuem para a eleição de Angola como cenário hipotético de uma ação terrorista; **(E.3)** as infraestruturas que merecem maior atenção por parte das forças e serviços de segurança por reunirem os requisitos de potencial alvo; a subcategoria **(E.4)** permite-nos perceber quais as cidadanias de indivíduos estrangeiros, presentes em território Angolano, que merecem maior atenção por parte das autoridades, pela sua suscetibilidade a serem constituídos alvos terroristas devido às políticas dos governos dos seus países de origem.

O tema **F** visa averiguar a ocorrência de recrutamento de cidadãos Angolanos por parte de grupos terroristas e quais os fatores que podem contribuir para o alistamento dos mesmos. Através da subcategoria **(F.1)** procurámos saber se os níveis de pobreza que se fazem sentir em Angola podem ser favoráveis ao recrutamento de nacionais para as fileiras de grupos terroristas; com o **(F.2)** pretendemos perceber quais os argumentos indicados pelos que advogam que os cidadãos Angolanos não têm interesse em juntar-se a grupos terroristas contemporâneos.

IV.2 Apresentação e Discussão dos Resultados

O problema da nossa investigação assenta no entendimento das características do fenómeno terrorista, uma potencial ameaça para Angola. “Em suma, um dos elementos a ter em conta na perceção da ameaça terrorista em

África tem sido a capacidade que as redes transnacionais têm de captar recursos financeiros com base no tráfico de diamantes e de drogas, mas também na fertilidade dos territórios africanos para a expansão e implantação de grupos ou células terroristas, contrabandistas e criminosos tendo em conta as [ainda, nalguns casos] incipientes instituições e fragilidades na construção dos seus Estados, as políticas de espaços vazios que muitas vezes são adotadas, (...).¹⁸¹ Integrado numa tentativa de entendimento continental do fenómeno terrorista, importa perceber qual o papel que as autoridades Angolanas ocupam no esforço desta resposta ao crescimento do fenómeno em África. Para isso, mostra-se relevante enfatizar a questão que serviu de mote a esta investigação: **o fenómeno terrorista contemporâneo tem influência na arquitetura da segurança em Angola?**

Em busca da resposta a esta questão, optámos por fazer entrevistas a representantes da PN, por considerarmos que estes são informantes privilegiados na medida em que estão diretamente envolvidos nos processos que conduzem, ao que nós convencionámos chamar arquitetura da segurança em Angola¹⁸².

O ponto de partida do nosso estudo foi a pesquisa de conteúdos que relacionassem Angola e o terrorismo em diferentes épocas, o que nos levou a questionar aos entrevistados o motivo pelo qual o enfoque da literatura sobre a matéria terrorismo em Angola foi-se mitigando ao longo dos tempos. As opiniões dividem-se quando se questiona se existe terrorismo em Angola e se este é uma herança do tempo colonial e por isso é um fenómeno que persiste, ou se é uma preocupação que apenas aos tempos modernos diz respeito, ou mesmo ainda se nunca existiu em Angola. Assim, 4 em 7 das respostas a este assunto apontam para a ideia de que o terrorismo foi uma realidade durante a guerra colonial que viu o fim da sua manifestação em território Angolano coincidir com o cessamento da guerra. Contudo classificam o terrorismo da época da guerra colonial como um terrorismo de Libertação Nacional, protagonizado por grupos

¹⁸¹ (Bembe, O terrorismo transnacional: sistematização do fenómeno e estratégias para o seu combate, 2012, p. 88).

¹⁸² Ver Apêndice III – Transcrição das Entrevistas.

organizados que almejavam a independência do território sob jugo colonial. A ideia de que a classificação de determinado grupo como terrorista é variável conforme as diferentes perspetivas da questão está patente em algumas das respostas dos entrevistados. Na entrevista 1 é sublinhada a ideia de que o que na realidade eram grupos de Libertação Nacional eram considerados grupos terroristas “(...) à luz daquilo que era a visão da metrópole, do regime colonial.” A ideia de que a existência do terrorismo durante a guerra colonial é responsabilidade de ambas as partes envolvidas no conflito está patente neste excerto da entrevista 2: “(...) a verdade é que o próprio contexto de guerra em si já muitas vezes fez referência que em alguns pontos houve ações terroristas que foram lá utilizados, quer de um lado quer do outro lado.” Afirmações que comprovam que a classificação de determinado grupo ou ato como terrorista depende em grande parte das diferentes perspetivas do objeto.

Contudo, em 3 das 9 entrevistas realizadas os entrevistados defendem que o terrorismo em Angola é uma herança da guerra colonial, e que por isso a presença do fenómeno continua a fazer-se sentir. Como prova da existência de ações terroristas em Angola os entrevistados elencaram alguns atos classificados como tal, como é o caso do massacre do Zenza do Itombe, os assaltos às cadeias em Luanda que marca o feriado nacional do 4 de fevereiro, o 15 de março de 1961 marcado pelos massacres no norte de Angola pela UPA, e os ataques genéricos levados a cabo pela FLEC. O 4 de Fevereiro e 15 de março de 1961 são datas marcadas por acontecimentos que contribuíram para o eclodir da Guerra do Ultramar¹⁸³. O ataque às linhas férreas que faziam a ligação entre a província de Luanda e o Kwanza Norte ficou reconhecido como o massacre do Zenza do Itombe, ocorrido no ano de 2001. Esta ação foi noticiada como sendo um ataque da responsabilidade da UNITA, recorrendo a engenhos explosivos. Desta ação resultaram mais de 260 mortos (Publico Comunicação Social SA, 2001). De entre os ataques perpetrados pela FLEC é destacado a

¹⁸³ Para uma informação mais alargada sobre os eventos do 4 de Fevereiro e o 15 de Março de 1961 consultar a obra: Nunes, A. (Fevereiro/Março de 2014). Os assaltos de 4 de Fevereiro em Luanda e o massacre de 15 de Março no Norte de Angola- Antecedentes. Revista Militar. Obtido em 19 de Outubro de 2017, de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/906>.

ação armada que teve como alvo a comitiva da seleção de futebol do Togo durante o CAN no ano de 2010 (Expresso Impresa Publishing S.A., 2016).

Apenas um dos entrevistados defende que o terrorismo em Angola nunca existiu.

Para justificar o enfoque da literatura Angolana noutras temáticas que não o terrorismo, os entrevistados recorrem à sua perceção de baixo nível de ameaça em território angolano e, por conseguinte, à atenção dada a problemas de maior dimensão no quotidiano dos Angolanos.

Quando questionados a respeito da preocupação sobre a presença do fenómeno no continente africano as perceções dos entrevistados indicam que existe uma real preocupação com o fenómeno no continente, que deve ser levada em conta por todos os Estados. Contudo, pelo menos três dos entrevistados defendem que o combate ao fenómeno terrorista não deve constituir prioridade na arquitetura da segurança.

No que à distribuição da adversidade diz respeito fica patente a ideia de que África é um continente assombrado pelo terrorismo, com ataques que ceifam mais vidas do que em conflitos em outras zonas do globo, como é sublinhado na entrevista 2. Sendo que Angola faz parte deste continente onde o fenómeno terrorista ganha terreno, importa perceber o nível da ameaça.

Sobre o nível de ameaça obtivemos informações distintas em conformidade com o alcance do fenómeno. Se perspectivada a ameaça a nível nacional, circunscrito ao território Angolano, as respostas dos entrevistados conduzem para uma classificação do nível de ameaça como baixo, suportado por estudos elaborados pelos serviços de inteligência (aos quais não tivemos acesso) como dito na entrevista 4; ou pelo facto de ainda não ter havido conhecimento de atos preparatórios para ações concretas como advogado na entrevista 1. Se perspectivada a ameaça a nível continental, o nível de ameaça é considerado alto. Os motivos indicados pelos entrevistados como catalisadores do fenómeno no continente são as relações mantidas com os países ocidentais, o apoio dos países africanos em operações de combate ao terrorismo, bem como

o alastramento do fenómeno já presente na África Ocidental e Oriental através da ação de grupos radicais como o Boko Haram e o DAESH, temendo o efeito de contágio aos restantes Estados do continente.

Uma vez demonstrada a preocupação dos entrevistados face ao fenómeno no continente importa-nos perceber quais os tipos de terrorismo a que as autoridades Angolanas devem prestar mais atenção. Questionados sobre a motivação dos grupos terroristas que podem ameaçar Angola os entrevistados, foram unânimes na resposta indicando o terrorismo de matriz islamista como aquele que pode constituir a eventual principal ameaça nesse âmbito. Apenas um dos entrevistados não especificou um tipo de terrorismo como ameaça para Angola, sublinhando que a preocupação dos Angolanos deve recair sobre os diversos tipos de terrorismo existentes, não dando destaque a apenas um. Para fundamentar esta preocupação, os entrevistados evocaram diversos argumentos, entre os quais constam as manifestações contra o governo de Angola aquando do encerramento de algumas mesquitas e centros de culto de outras religiões por, alegadamente, não cumprirem os requisitos impostos por lei para a sua constituição. Esta ação do governo Angolano inspirou os títulos da imprensa a vender a ideia que Angola estava desta forma a banir o Islão do seu país, o que deu azo às manifestações da comunidade islâmica com ligações a Angola. As manchetes em torno deste assunto podem propiciar o radicalismo das comunidades islâmicas residentes em Angola e até mesmo aumentar o nível de ameaça de Angola, elevando este território à categoria de alvo da *jihad*¹⁸⁴.

Por fim, o caso da reivindicação da independência do enclave de Cabinda levada a cabo pela FLEC é mencionado em 4 das 9 entrevistas como sendo uma situação controlada, e que por isso não constitui uma ameaça para a segurança do país.

No que concerne à manifestação do fenómeno terrorista no território Angolano, os entrevistados indicam o possível financiamento de grupos e ações

¹⁸⁴ Sobre este assunto consultar Obe, A. V. (26 de Novembro de 2013). Is Islam Banned in Angola? Obtido em 19 de Outubro de 2017, de Chatam House : <https://www.chathamhouse.org/media/comment/view/195759>.

terroristas usando como subterfúgio negócios locais, como as cantinas de bairro e o eventual recurso às seitas religiosas como palco de ações de recrutamento de militantes para grupos terroristas. Uma vez que o terrorismo de matriz islamista é aquele que é apontado pelos entrevistados como o que carece de mais atenção por parte das autoridades, surge como consequência disso a preocupação com a disseminação da fé islâmica, acima de tudo da ala radical associada ao fenómeno terrorista hodierno. A frequência dos casamentos entre cidadãs Angolanas e cidadãos que professem a fé islâmica é uma questão que preocupa os entrevistados, uma vez que dessa união resultam cidadãos Angolanos que serão criados sob os auspícios de uma cultura distante da Angolana. A ideia fica patente na entrevista 2 através da seguinte citação: “(...)do que se sabe é que nascem cá depois são levados para o exterior do país, aos seus países, onde têm uma educação/uma instrução eminentemente islâmica, e se calhar no futuro quando regressarem para cá têm a nacionalidade Angolana mas não têm o pensamento de Angolano.”¹⁸⁵ O temor está na reação dos compatriotas Angolanos ao receberem um concidadão de cultura diferente, assim como, reside também na resposta deste cidadão face à dificuldade de integração na comunidade.

Procurámos perceber quais os mecanismos que as autoridades Angolanas, e mais propriamente a PN, dispõem para dar uma resposta eficiente na luta contra o terrorismo e, antes disso, perceber se as condições para fazer face a um eventual ataque terrorista se encontram reunidas. Apenas um dos entrevistados entende que a preparação das autoridades Angolanas não lhes permite dar uma resposta de qualidade face a um ataque terrorista. A PN está familiarizada com a criminalidade dita comum e por isso durante a entrevista 5¹⁸⁶ surge a recomendação de partilha de experiências entre a PN, em geral, e as autoridades de países que já foram palco de atentados terroristas. Os entrevistados que defendem que Angola está devidamente preparada suportam a sua tese com a existência de unidades de polícia vocacionadas para o combate

¹⁸⁵ Vide Tabela 4 - Tipos de Terrorismo em Angola no presente.

¹⁸⁶ Vide Entrevista 5.

ao terrorismo, bem como a existência de medidas legislativas recentes como a Lei de Combate ao Terrorismo.

Sobre os intervenientes no planeamento da resposta ao fenómeno os entrevistados indicam como os responsáveis por esta tarefa as forças e serviços de segurança, subordinadas às ordens do Ministério do Interior. Apenas no decorrer da entrevista 3 os bombeiros e serviços de emergência médica são mencionados como elementos necessários na tarefa de planear a resposta ao fenómeno.

O principal problema que se levanta a nível da eficácia da resposta das forças, serviços de segurança e demais intervenientes é a questão da coordenação. Os entrevistados indicam a falta de coordenação como uma debilidade que alguns acreditam poder ser colmatada através da implementação de protocolos de atuação específicos para o tipo de evento e de simulacros que envolvam todas as entidades intervenientes que o protocolo prevê.

Sobre o foco de atuação das autoridades no decorrer da ação terrorista, importa perceber se os esforços devem estar concentrados em prevenir o fenómeno evitando a concretização de um atentado terrorista ou se por outro lado devem estar focados em minimizar os danos de uma ação terrorista em curso. Nos extremos da resposta situam-se as respostas da entrevistas 6 “(...)o mais importante nesta luta é a prevenção”; e da entrevista 1 “(...)penso que o terrorismo raramente se previne, o terrorismo o que se pode fazer é minimizar os efeitos.” Os restantes entrevistados que abordam esta temática defendem que a resposta ao fenómeno apenas é eficaz se o esforço de atuação estiver direcionado na prevenção e repressão do fenómeno, não sendo possível descurar nenhuma das vertentes.

As opiniões dividem-se sobre a questão de quem tem o dever de responder no terreno a um ataque terrorista. Todos os entrevistados defendem que a polícia deve fazer parte dos intervenientes na resposta, porém em 4 das 9 entrevistas fica patente a ideia de que não deve ser competência exclusiva da PN, devendo ser partilhadas com outros órgãos como as FAA por exemplo. O

facto é que a PN surge como a responsável pela resposta primária em caso de ataque terrorista.

Quando a questão é negociar ou não com os terroristas a resposta negativa é preponderante. Em cinco das entrevistas a opinião demarcada é que a negociação com terroristas não faz parte das opções de atuação das autoridades. Os argumentos utilizados são variados, desde a veia castrense que caracteriza a atuação da PN e que por isso procura que a sua resposta seja sempre marcada por uma “(...) atitude enérgica.” (E1)¹⁸⁷ quando a ordem pública e a resposta do Estado sejam postas em causa; passando pela percepção de que o terrorista é um indivíduo treinado para morrer e não para negociar (E2)¹⁸⁸, pelo que se encontram poucas vantagens na negociação (E9)¹⁸⁹. Os entrevistados que indicam a negociação como método vantajoso em caso de ataque terrorista recorrem ao argumento da necessidade de resgatar reféns, quando estes existam. Assim, salvar a vida dos reféns demonstra ser uma atitude mais frutífera do que aniquilar a de um terrorista. Mais ainda, na entrevista 6 conseguimos recolher a ideia de que capturar um terrorista é mais vantajoso do que aniquilá-lo, na medida em que a extração de informação desse perpetrador pode ser útil para o aprofundamento dos estudos sobre o fenómeno e por isso para a prevenção de ações futuras. O entrevistado 5 apela para a tentativa de negociação com a finalidade de se tentar recuperar o indivíduo através de uma doutrinação para a moderação, atitude que poderia contribuir para a destituição desse indivíduo como membro de um grupo terrorista.

O interesse do nosso estudo também recaiu em identificar quais as infraestruturas consideradas críticas em Angola e se estas se encontram devidamente identificadas e salvaguardadas. O aeroporto seguido das embaixadas, superfícies comerciais, porto e refinaria são os objetivos apontados o maior número de vezes entre os entrevistados, com uma frequência de pelo menos 3 em 9 das entrevistas. São indicados outros pontos sensíveis como os

¹⁸⁷ Referente à Entrevista 1.

¹⁸⁸ Referente à Entrevista 2.

¹⁸⁹ Referente à Entrevista 10: **Documento fornecido pela Unidade em resposta ao guião de entrevista.**

estádios de futebol, unidades de polícia, cidade alta, estações de televisão e rádio, caminhos-de-ferro, estações de tratamento de água e barragens.

Segundo um dos intervenientes na entrevista 8 a definição de objetivos estratégicos vai de encontro à definição de infraestruturas críticas apresentadas neste trabalho de investigação, que por sua vez coincide com a definição de “pontos sensíveis” das FAA. O entrevistado define objetivos estratégicos como “(...) todos aqueles que pela sua dimensão, carácter e importância constituem o pilar para o desenvolvimento de uma sociedade, de um Estado.” O CPOE categoriza os objetivos estratégicos da seguinte forma¹⁹⁰:

- Objetivos de carácter institucional - todos aqueles que garantem o normal funcionamento das instituições estatais;
- Objetivos de carácter económico - aqueles cujos cessamentos das funções põem em causa a capacidade financeira do Estado e compromete o desenvolvimento económico do país;
- Objetivos de carácter militar - aqueles que contribuem para a garantia do fornecimento de material necessário às forças militares. Neste domínio um dos intervenientes indica como exemplo a fábrica de pólvora situada no município de Cacuaco, província de Luanda, pese embora o facto do acionista maioritário ser a MAXAM, uma empresa privada.

Pelo menos em 3 entrevistas denota-se a preocupação com os cidadãos provenientes de países ocidentais instalados em Angola. Entre os entrevistados a proveniência dos cidadãos mais suscetíveis de constituir alvos de ataques terroristas são os EUA seguido da França. Ingleses e Israelitas são mencionados uma vez apenas, exclusivamente por um dos entrevistados. O motivo por trás da eleição destas nacionalidades deve-se ao facto de estas estarem intimamente ligadas a empresas de exploração petrolífera, e de serem parte de coligações em missões de combate ao terrorismo, fatores que contribuem para que os

¹⁹⁰ Informação extraída da Entrevista 9, Apêndice III.

cidadãos nacionais dos países acima mencionados sejam considerados inimigos de grupos terroristas.

A preocupação com os cidadãos Angolanos é a mais minoritária, apenas é assumida quando os entrevistados falam em potenciais ataques terroristas em zonas de maior aglomerado populacional, como é o caso dos centros comerciais. Encontramos justificação para este dado na entrevista 7 onde é transmitida a ideia de que a conduta do Estado Angolano não propicia relações de inimizade logo “(...) não cria inimigos por aí, ou não dá motivo para que haja terroristas que se revoltem contra nós.”

Sobre a questão do recrutamento de cidadãos Angolanos, importa perceber se esta é uma ação que decorre em Angola no presente e quais os fatores que podem contribuir para o incentivo ao recrutamento tendo em atenção as características do povo e nação em estudo. Entre os entrevistados a pobreza é perspectivada como um fator que pode contribuir para o recrutamento de cidadãos Angolanos por parte de organizações terroristas. O aliciamento através da oferta de dinheiro e de promessas de melhorias na qualidade de vida dirigido aos cidadãos Angolanos assolados pela pobreza surge como uma preocupação para a maioria dos entrevistados.

Junto daqueles que refutam a ideia de que a pobreza é condição favorável ao recrutamento, os argumentos utilizados são o facto de a pobreza não ser uma novidade para os Angolanos (E1)¹⁹¹ e por isso o povo está preparado para enfrentar as adversidades sem ter que recorrer às fileiras das organizações terroristas. Do ponto de vista do primeiro entrevistado o crime organizado pode ser mais atrativo para o cidadão Angolano do que o terrorismo. A determinação do povo Angolano e o seu patriotismo (E7)¹⁹² são também indicados como argumentos para a baixa probabilidade de os cidadãos Angolanos alinharem em movimentos terroristas. “Primeiro devemos buscar razões históricas, as razões

¹⁹¹ Referente à entrevista 1.

¹⁹² Referente à entrevista 7.

históricas o povo Angolano é um povo primeiro de origem cristã e geralmente o cristão não é suicida.” (E6)¹⁹³.

¹⁹³ Referente à entrevista 6.

CONCLUSÃO

A nossa pergunta de partida incidia sobre a questão da influência do fenómeno terrorista contemporâneo sobre a arquitetura da segurança em Angola. De que forma este fenómeno influencia as normas e decisões das autoridades Angolanas, mais especificamente da Polícia. A leitura da bibliografia que consideramos relevante e a análise das entrevistas por nós elaboradas, conduziu a nossa investigação no sentido de concluir que o fenómeno terrorista é um problema que também diz respeito aos Angolanos, motivo pelo qual pode ser incluído no acervo de problemáticas a que o Estado Angolano tem de dar resposta.

O fenómeno do terrorismo está disseminado em alguns pontos de África como é o caso flagrante da Somália, da Nigéria, da Líbia e dos países que os circundam. O efeito de contágio é temido pelos países vizinhos. A propaganda é um meio de empoderamento dos grupos terroristas, o receio de que grupos terroristas como o Boko Haram ganhem terreno e se dediquem a novos palcos é demonstrado através das entrevistas analisadas. A preocupação dos africanos perante o fenómeno é sublinhada pela constante alusão à necessidade de se unir esforços a nível regional para dar uma resposta ao crescimento da presença terrorista no continente. Através das organizações regionais, e das estratégias e protocolos assinados pelos seus membros, África demonstra capacidade para identificar e assumir as suas debilidades e procurar resolvê-las no seio das suas organizações. Não invalida a necessidade de uma resposta global contra o fenómeno terrorista, mas sublinha a necessidade que os Estados africanos têm de procurar estratégias que se coadunem com a realidade da região.

O fenómeno é considerado global, porém a atenção dirigida à sua presença no continente africano não é tão enfatizada pelos meios de comunicação social como as ocorrências do mesmo fenómeno noutras partes do mundo como tivemos a ocasião de perceber através das entrevistas, corroborando, assim, a informação bibliográfica. As ondas de solidariedade que se fazem sentir nas redes sociais em reação aos diversos ataques terroristas em solo europeu não se comparam às reações espoletadas em contexto similar

quando o ataque decorre em África. Serve de exemplo a fraca repercussão nos meios de comunicação social do atentado em Mogadíscio no dia 14 de Outubro de 2017.

Demos início à nossa investigação com a ideia de que o terrorismo de motivação separatista fosse aquele que mais preocupação suscitasse no seio da PN. A nossa investigação mostrou-nos que a questão da reclamação da independência do enclave de Cabinda levada a cabo através das ações da FLEC é uma situação controlada pelas autoridades. O tipo de terrorismo que mais receio suscita é o de matriz islamista pela sua constante manifestação em território de países com os quais Angola mantém ligações diplomáticas e comerciais, e pela proximidade com países que são palco da atuação de grupos radicais islamistas.

A presença do fenómeno terrorista em Angola não é ainda visível, na medida em que não existem indícios de atos preparatórios. Os nossos entrevistados levaram-nos a entender que a presença do fenómeno terrorista em Angola pode ser hipoteticamente sentida através de ligações dos proprietários de negócios locais com organizações terroristas, que usam os seus negócios como um canal de financiamento ao terrorismo; ou através da proliferação do radicalismo islamista, pela disseminação de seitas e centros de culto, usados para esse fim. Atos como o levado a cabo pela FLEC sobre a comitiva do Togo durante o CAN 2010¹⁹⁴, e a recente acusação de associação terrorista dirigida a seis jovens Angolanos¹⁹⁵ demonstram a materialização do fenómeno em Angola. Contudo, o nível de ameaça é ainda considerado baixo como partilham os entrevistados e comprova o *Global Terrorism Index* de 2016¹⁹⁶ que coloca Angola juntos dos países que não sofreram impacto do terrorismo durante o ano de 2015.

A criminalidade comum permanece como a prioridade da atuação da PN, um fenómeno visível que merece ser reprimido sob pena da imagem de uma

¹⁹⁴ (Expresso Impresa Publishing S.A., 2016).

¹⁹⁵ (Diário de Notícias, 2017).

¹⁹⁶ Consultar o Global Terrorism Index 2016.

polícia eficiente ser posta em causa. O terrorismo surge sim como uma real preocupação entre aqueles que arquitetam a segurança em Angola, mas não deve constituir prioridade entre os restantes tipos de crime, uma vez que a criminalidade comum é uma realidade tangível em Angola, ao passo que a presença do fenómeno terrorista é ainda muito ténue dentro das fronteiras do país. Isto explica o facto da maioria dos agentes da PN por nós abordados não se sentirem capacitados para discorrer sobre o fenómeno terrorista em Angola.

O nosso objetivo era abordar o maior número possível de elementos da PN, sem apartar aqueles cujo foco de atuação é o policiamento de proximidade, uma vez que no nosso entender esses seriam os responsáveis pela resposta primária em caso de um ataque concreto. Contudo, não nos foi possível entrevistar todos os agentes que abordámos durante a nossa investigação, uma vez que estes nos encaminhavam para os elementos da PN considerados especialistas na matéria, ainda que infrutiferamente tivéssemos explicado que nos importa a visão de todos os membros da PN e não só dos especialistas. O que nos levou a concluir que a questão do terrorismo é verdadeiramente tratada apenas nos níveis hierarquicamente superiores da PN, descurando o conhecimento dos restantes elementos sobre o fenómeno, o que pode comprometer a eficiência da resposta da PN face a um ataque concreto.

A existência das leis de combate ao terrorismo e de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo são instrumentos que materializam a preocupação das autoridades perante o efeito de globalização do fenómeno. O investimento na capacitação da PN para o combate ao fenómeno terrorista, através da emanção destes diplomas legislativos e da criação de unidades vocacionadas para o assunto em questão, demonstra o esforço das autoridades em alcançar os desideratos das organizações regionais a que Angola pertence, que almejam uma resposta conjunta para o terrorismo.

A posição da PN sobre a questão da negociação é relevante para a nossa investigação porque nos permite perceber os moldes de atuação da autoridade perante o caso concreto. A maioria dos entrevistados defende que negociar com terroristas não é uma opção. Sempre que a segurança do Estado seja posta em

causa a PN responderá energicamente como defende o primeiro dos entrevistados, uma vez que vigora a perceção que o terrorista não pretende negociar, mas sim concluir a missão a que se propôs. Por outro lado, a necessidade de negociar com terroristas é validada quando este detenha reféns. A ideia de negociar para capturar o terrorista pode ter duas finalidades: obter informações que auxiliem no entendimento do fenómeno ou a recuperação do indivíduo visando a integração do mesmo no seio da comunidade.

Por fim, importa sublinhar que embora o fenómeno do terrorismo seja global e perene, a confiança depositada nos laços culturais e civilizacionais dos Angolanos, como fator que os aparta de se envolverem diretamente nos movimentos contemporâneos de terrorismo de matriz islamista, serve de bloqueio à proliferação do fenómeno dentro das fronteiras de Angola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, M. L. (2007). A Política Externa de Portugal para África. Em IPRI, *Estratégia e Segurança na África Austral* (pp. 11-18). Lisboa.
- African Centre for the Study and Research on Terrorism. (16-30 de Setembro de 2016). Analysis: North Africa, Opportunity for ISIS. *Terrorism Bi-weekly press review*, pp. 4-6.
- Almeida, R. R. (2015-2016). Conjuntura Internacional. Estado Islâmico: à distância de um clique. *JANUS: Anuário de Relações Exteriores*, pp. 12-13.
- Amaral, D. F. (2012). Kant: Ética, Estado de Direito e paz perpétua. Em D. F. Amaral, *História do Pensamento Ocidental* (pp. 301-311). Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Amnistia Internacional. (22 de Fev de 2017). "*Políticas de demonização*" estão a alimentar a divisão e o medo. Obtido em 19 de Maio de 2017, de Amnistia Internacional Portuga: <http://amnistia.pt/index.php/noticias/noticias-860021/2617-politicas-de-demonizacao-estao-a-alimentar-a-divisao-e-o-medo>
- Angola: Secretário da CIRGL quer estratégia de combate ao terrorismo. (23 de Maio de 2017). Obtido em 29 de Junho de 2017, de Angop- Agências Angola Press: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2017/4/21/Angola-Secretario-CIRGL-quer-estrategia-combate-terrorismo,683c2e00-987b-49fc-b411-a1996e2f9a38.html
- AON empower results. (2017). Aon's Risk Maps 2017. Obtido em 2017, de <http://www.aon.com/netherlands/Risk-Map/2017/default.jsp>
- Assembleia Nacional. (2005). Lei n.º 13/05 de 30 de Setembro. Obtido de <http://www.bna.ao/uploads/%7B8d870ca1-fb6c-46a1-810f-e74284be0dbb%7D.pdf>
- Assembleia Nacional. (2011). Lei n.º 34/11. *Lei de combate ao branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo*. Obtido de <http://www.bna.ao/uploads/%7B41c3397d-e9db-4ea7-bdaa-524574b6f58c%7D.pdf>

- Australia-New Zealand Counter-terrorism Committee. (12 de Outubro de 2017). *Improvised explosive device (IED) guidelines for places of mass gathering*. doi:978-1-925290-62-2
- Barros, A., & Lehfeld, N. (2000). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Brasil Editora Ltda.
- Bembe, M. D. (2013). *A questão de Cabinda, uma visão estratégica: evolução da situação e cenários de futuro*. Luanda: Edição do autor.
- Bembe, M. D. (2012). *O terrorismo transnacional: sistematização do fenómeno e estratégias para o seu combate*. Luanda: Edições de Angola.
- Bernardino, L. (2013). *A posição de Angola na arquitetura de paz e segurança africana: análise da função estratégica das Forças Armadas angolanas*. Edições Almedina, S.A.
- Birsel, R., & Tait, P. (1 de Março de 2017). *Uighur IS fighters vow blood will 'flow in rivers' in China*. Obtido em 11 de Outubro de 2017, de Reuters: <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-iraq-china/uighur-is-fighters-vow-blood-will-flow-in-rivers-in-china-idUSKBN16848H>
- Central Intelligence Agency. (12 de Outubro de 2017). *Terrorism FAQs*. Obtido de CIA: <https://www.cia.gov/news-information/cia-the-war-on-terrorism/terrorism-faqs.html>
- Centro de Estudos Angolanos. (1965). *História de Angola*. Argel: Edições Afrontamento.
- Centro de Estudos Estratégicos de Angola. (2006). *Reflexões sobre a Geopolítica e Geoestratégia em Angola e em ÁFRICA*. Luanda: Editorial Nzila.
- Coker, C. (2007). Strangers at the gate: Africa, the challenge of China and the eclipse of the West. Em IPRI, *Estratégia e Segurança na África Austral* (pp. 19-38). Lisboa.
- Comunidade de desenvolvimento da África Austral. (5 de Agosto de 2010). *Plano estratégico indicativo do órgão de política, defesa e segurança*. Obtido em 2017, de SADC: https://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fwww.sadc.int%2Ffiles%2F7713%2F6880%2F2990%2F03513_SADC_SIPO_Portuguese.pdf&h=ATPT49jISfCO_8rl2cvcOwNuQ5yw0DY56eQeobNUEx.JsDRArZwbdpDFwqbMHWflr_pppabVcklnjUMBjFIhDDX4t96WIOaj8F7xLnRd9bT4Te4UVvHjSgaey_TyNNZxs20YN_I

- Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*. (2014). Obtido de Instituto Camões: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/ped_conceito_estrategico_cp1420.pdf
- Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos. (19 de Setembro de 2006). *Fighting Transnational Crime and Terrorism. Regional program of action for peace and security*.
- Cravo, T. A. (2014). Metamorfoses da violência. Mudanças e continuidades na conceptualização da guerra. *JANUS: Anuário de Relações Exteriores*, pp. 82-83.
- Cruz, F. d. (2007). Energia e Recursos Energéticos. Em IPRI, *Estratégia e segurança na África Austral* (pp. 113-124). Lisboa.
- da Silva, S. V. (2012). *Introdução às Relações Internacionais*. Lisboa: Escolar Editora.
- das Neves, J. A. (1970). *Raízes do terrorismo em Angola e Moçambique (1969)*. Lisboa.
- de Sá, M. C. (2005). Análise Geopolítica e Geoestratégica de Angola. Em E. Nzila (Ed.), *Reflexões sobre Geopolítica e Geosestratégia em Angola e em África*, (pp. 59-81). Luanda.
- Diário de Notícias. (8 de Julho de 2017). Comunidade muçulmana denuncia islamofobia em Angola. Obtido em 22 de Outubro de 2017, de <https://www.dn.pt/lusa/interior/comunidade-muculmana-denuncia-islamafobia-em-angola-8622365.html>
- Diário de Notícias. (7 de Junho de 2017). MP angolano acusa seis jovens de terrorismo e ligação ao Estado Islâmico. Obtido em 22 de Outubro de 2017, de <https://www.dn.pt/mundo/interior/mp-angolano-acusa-seis-jovens-de-organizacao-terrorista-e-ligacao-ao-estado-islamico-8542800.html>
- Dos Santos, E. (1965). *Maza. Elementos de Etno-História para a interpretação do terrorismo no Noroeste de Angola*. Lisboa: Edição do Autor.
- European Commission. (n.d.). Crisis & Terrorism. Obtido em 28 de Outubro de 2017, de https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/crisis-and-terrorism_en
- Expresso Impresa Publishing S.A. (12 de 02 de 2016). FLEC anuncia retoma da “via militar” em Cabinda. Obtido em 19 de Outubro de 2017, de <http://expresso.sapo.pt/internacional/2016-02-18-FLEC-anuncia-retoma-da-via-militar-em-Cabinda>

- Federal Bureau of Investigation. (12 de Outubro de 2017). *Terrorism 2002-2005*. Obtido de FBI: <https://www.fbi.gov/stats-services/publications/terrorism-2002-2005>
- Fiala, A. (2002). Terrorism and the Philosophy of History: *Essays in Philosophy*, 3(Rawls' "Law of Peoples" and International Terrorism), Artigo 2. doi:1526-0569
- Finantial Action Task Force. (Outubro de 2015). Emerging Terrorism Financing Risks. *FATF Report*.
- Folha 8. (12 de Setembro de 2017). Terrorismo islâmico ou outra cortina de fumo? *Folha 8*. Obtido em 22 de Outubro de 2017, de <http://jornalf8.net/2017/terrorismo-islamico-outra-cortina-fumo/>
- Foreign Policy. (Julho de 2016). Report: More Than 100 Chinese Muslims Have. *Terrorism Bi-Weekly Review 16-31 July*, pp. 28-30. Obtido de Foreign Policy: <http://foreignpolicy.com/2016/07/20/report-100-chinese-muslims-have-joined-isis-islamic-state-china-terrorism-uighur/>
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. (2016). Relatório Anual de Segurança Interna.
- Ganor, B. (2002). Defining Terrorism: Is One Man's Terrorist Another Man's Freedom Fighter? *Police Practice and Research: An International Journal*, 3, pp. 287-304.
- Gnesotto, N., & Grevi, G. (2007). *O mundo em 2025*. Éditions Robert Laffont.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo- Sentidos e formas de uso*. Lisboa: Princípia editora, lda.
- Hart, K., & Lewis, J. (1995). *Why Angola matters*. Cambridge.
- Institute for Economics and Peace. (Novembro de 2016). *Global Terrorism Index 2016*. Obtido em 1 de Outubro de 2017
- Instituto Português de Relações internacionais. (2007). *Estratégia e segurança na África Austral*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Jenkins, J. P. (2017). *Terrorism*. Obtido em 30 de Maio de 2017, de Encyclopaedia Britannica: <https://www.britannica.com/topic/terrorism>
- Júnior, M. (2007). *Forças armadas populares de Libertação de Angola (FAPLA). Primeiro Exército Nacional (1975-1992)*. Lisboa: Prefácio- Edição de Livros e Revistas, Lda.

- Lara, A. (2007). *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*. Edições Almedina, SA.
- Lendrevie, J., Le'vy, J., Dionisio, P., & Rodrigues, J. V. (1992). *Mercator da Lingua Portuguesa: teoria e prática do marketing*. Leya. Obtido de <https://books.google.pt/books?id=hQtgCwAAQBAJ&pg=PA50&lpg=PA50&dq=a+introdu%C3%A7%C3%A3o+do+multicaixa+em+angola+ano&source=bl&ots=2CUSaL8NCu&sig=AMuN9qC7yw6OZXkuRmjtBbWlt7M&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiHtY-dsOTXAhXG0hoKHRSTCpgQ6AEIUjAG#v=onepage&q=a%20intro>
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Luz, J. M., & Matias, J. (2013). As Forças Armadas dos PALOP. Angola: políticas de defesa, alianças regionais e percepção de ameaças. *JANUS: Anuário de Relações Exteriores*, pp. 86-87.
- Maria, A. (2015). *Angola- Contributos à Reflexão*. Lisboa: Edições Colibri.
- Matos , H. (2012). "E Depois de bin Laden? Implicações Estratégicas no Fenómeno Terrorista Internacional Uma Reflexão". *Politeia*, pp. 9-38.
- Matos, H. (2010). O Sistema de Segurança Interna: o caso português. *Estratégia*, XIX, pp. 175-246.
- Matos, H. (2012). Contraterrorismo ofensivo. O "targeted killing" na eliminação de alvos terroristas. *Janus.net, e-journal of International Relations*, 3, 122-147.
- Matos, H. (2014). Metamorfoses da violência. Contraterrorismo e contrarradicalização: mitigar ou exacerbar da violência? *JANUS: Anuário de Relações Exteriores*, pp. 132-133.
- Matos, H. (2016). *Sistemas de Segurança Interna. Terrorismo & Contraterrorismo*. Caleidoscópio.
- Matos, H. J. (2011). O Terrorismo Internacional de Matriz Islamista. A Intelligence no Contraterrorismo. *Trabalho de Investigação Final do CDN2010*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Meddeb, A. (2002). *A Doença do Islão*. (D. G. Dias, Trad.) Éditions du Seuil.

- Moura, T. (Junho de 2005). Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 77-96.
- Neves, T. (2012). *Angola- justiça e paz nas intervenções da igreja católica (1989-2002)*. Texto Editores, Lda.
- Nunes, A. (Fevereiro/Março de 2014). Os assaltos de 4 de Fevereiro em Luanda e o massacre de 15 de Março no Norte de Angola- Antecedentes. *Revista Militar*. Obtido em 19 de Outubro de 2017, de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/906>
- Nunes, I. F. (2013). As Forças Armadas dos PALOP. Gestão de crises em África. *JANUS: Anuário de Relações Exteriores*, pp. 72-73.
- Obe, A. V. (26 de Novembro de 2013). *Is Islam Banned in Angola?* Obtido em 19 de Outubro de 2017, de Chatam House : <https://www.chathamhouse.org/media/comment/view/195759>
- Ogenga. (15 de Setembro de 2016). Do not ignore women in war on terrorism . *Terrorism Bi-Weekly Press Review*, pp. 12-14.
- Onwudiwe, I. D. (2001). *The globalization of terrorism*. Hampshire, England: Ashgate Publishing Company. doi:0 7546 1095 0
- Peace and Stability remain top on SADC Agenda: SADC Ministerial Committee of the Organ*. (20 de Julho de 2017). Obtido em 1 de Outubro de 2017, de Southern Africa Development Community: <http://www.sadc.int/news-events/news/peace-and-stability-remain-top-sadc-agenda-sadc-ministerial-committee-organ-20th-july-2017/>
- Pereira, A. F. (19 de Junho de 2017). Ataque islamofóbico em Londres faz temer ciclo de violência entre extremistas. *Público*. Obtido de <https://www.publico.pt/2017/06/19/mundo/noticia/ataque-de-finsbury-park-faz-temer-ciclo-de-retaliacoes-entre-extremistas-1776209>
- Pinheiro, A. (1961). *Angola terra e sangue de Portugal*. Rio de Janeiro: J.ozon+editor.
- Pires, P., Oliveira, M., & Ferreira, O. G. (1963). *Braseiro da morte (diário dos primeiros 150 dias de terrorismo nas terras de Angola)*. Edição dos Autores.
- PROCIV. (s.d.). Obtido em 06 de 1 de 2016, de <http://www.prociv.pt/RISCOSVULNERABILIDADES/Pages/InfraestruturasCriticas.aspx>

- Publico Comunicação Social SA. (25 de Agosto de 2001). Governo quer levar Jonas Savimbi a Tribunal . Obtido em 19 de Outubro de 2017, de <https://www.publico.pt/2001/08/25/mundo/noticia/governo-quer-levar-jonas-savimbi-a-tribunal-internacional-36941>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2013). *Manual de investigação em ciências sociais* (6ª ed.). Gradiva Publicações , S.A.
- Ramo, J. C. (2010). *A era do imprevisível*. (A. L. Cardoso, Trad.) Casa das Letras.
- Redação Voz da América. (8 de Junho de 2017). Analistas pedem cautela no julgamento de jovens acusados de terrorismo em Angola. *Voz da América*. Obtido em 22 de Outubro de 2017, de <https://www.voaportugues.com/a/analistas-pedem-cautela-julgamento-jovens-acusados-terrorismo/3892303.html>
- Rede Angola. (17 de Abril de 2016). Mapa sobre terrorismo no mundo coloca Angola em nível de alto risco. *Rede Angola*. Obtido em 2016, de <http://www.redeangola.info/mapa-sobre-terrorismo-no-mundo-coloca-angola-em-nivel-de-alto-risco/>
- RFI. (14 de Junho de 2017). *RDC: “A reacção do exército, a prova em imagens”*. Obtido em 11 de Outubro de 2017, de RFI Português: <http://pt.rfi.fr/africa/20170614-rdc-reacao-do-exercito-prova-em-imagens>
- Santos, L. (2011). *A Arquitetura de paz e segurança africana*. Brasília, Brasil: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Silva, A. S., & Pinto, J. M. (1986). *Metodologia das Ciências Sociais* (16ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Stern, J., & Berger, J. M. (2015). *Estado Islâmico: Estado de Terror* (1ª ed.). Vogais.
- Stoichev, K. (2014). Security Levels of Critical Infrastructure. *Journal of Applied*. doi:10.1080/19361610.2014.913233
- Teixeira, N. S. (Dezembro de 2010). Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. *Relações Internacionais*, 28, pp. 51-60.
- Terrorism, A. C. (16-30 de Setembro de 2016). Analysis: North Africa, Opportunity for ISIS. *Terrorism Bi-Weekly Press Review*, p. 4.

- Tomé, L. (2015-2016). Conjuntura internacional. A ascensão do “Estado Islâmico” . *JANUS: Anuário de Relações Exteriores*, pp. 10-11.
- TRADOC Intelligence Support Activity (TRISA)-Threats. (15 de Agosto de 2007). *A Military Guide to Terrorism in the Twenty-First Century*. Obtido em 29 de Novembro de 2017, de Federation of American Scientists: <https://fas.org/irp/threat/terrorism/guide.pdf>
- U.S. Department of Defense. (Agosto de 2017). *DOD Dictionary of Military and Associated Terms*. Obtido de Defense Technical Information Center: http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/dictionary.pdf
- União Africana. (8 de Julho de 2004). Protocol to the OUA Convention on the Prevention and Combating of Terrorism. Addis Ababa. Obtido em 10 de Setembro de 2017, de <http://www.peaceau.org/uploads/protocol-oua-convention-on-the-prevention-combating-terrorism-en.pdf>
- Unidade de Informação Financeira. (2012). *Missão e Visão*. Obtido em 13 de Novembro de 2017, de Unidade de informação financeira: https://www.uif.ao/Conteudos/Temas/lista_temas.aspx?idc=137&idsc=148&idl=1
- Vaïsse, M. (2012). *As Relações Internacionais desde 1945*. Edições 70.
- Valentim, D. (Outubro de 2014). Al- Ândalus- do terrorismo doméstico islamista na Península Ibérica. *Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais*. Lisboa: ISCPSI.
- Wheeler, D., & Pélissier, R. (2009). *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Whittaker, D. J. (2009). *Couter-terrorism and human rights*. Edinburgh gate: Pearson Education Limited.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Constituição da República Portuguesa

Constituição da República de Angola

Council Framework Decision of 13 June 2002 on combating terrorism

Lei do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo Lei n.º
34/11 de 12 de Dezembro de 2011

Lei das Instituições Financeiras Lei n.º 13/05 de 30 de Setembro.

ANEXOS

Anexo I - Remessa de Documento



GABINETE DO COMANDANTE

A
DIRECÇÃO PROV. DE ORD. PÚBLICA/CPL

L U A N D A

Nº 2841/GAB.CDTE.CPL /2016

ASSUNTO: **REMESSA DE DOCUMENTO**

REF: PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

Respeitosos Cumprimentos.

Para o devido tratamento, incumbe-me Sua Excia o Comandante Provincial de remeter o **Projecto**, s/data/Outubro de 2016, subscrita pela Estudante **Whitney Alexandra Leite Falcão**, relacionado com o teor constante na alínea dos assuntos.

Reitero as Minhas Cordiais Saudações.

"PELA ORDEM E PELA PAZ AO SERVIÇO DA NAÇÃO"

GABINETE DO COMANDANTE PROVINCIAL DA POLÍCIA NACIONAL EM
Luanda, 12 de Dezembro de 2016. –

O DIRECTOR DO GABINETE


FERNANDO PEDRO UKWAHAMBA
#SUPERINTENDENTE-CHEFE#

c/c:
- Interessada

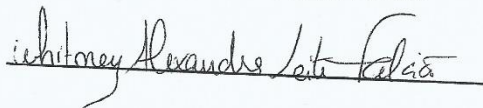
Anexo II - Requerimento para autorização de entrevista

À
SUA EXCELÊNCIA COMANDANTE
GERAL DA POLÍCIA NACIONAL
--LUANDA--

Whitney Alexandra Leite Falcão, finalista do curso de Ciências Policiais, especialização em Criminologia e Investigação Criminal, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência que me autorize a realizar uma entrevista ao Director de Operações do Comando Geral da PN e ao Comandante da Unidade Anti-terror do Comando da Polícia e Intervenção Rápida a fim de recolher contribuições para a minha tese de Mestrado, subordinada ao tema: **"Contraterrorismo em Angola: O plano de protecção de infraestruturas críticas em Luanda"**.

Luanda, aos 13 de Dezembro de 2016

Whitney Alexandre Leite Falcão



Anexo III - Remessa de Pedido de Autorização para Entrevista



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO INTERIOR
COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL
GABINETE DO COMANDANTE

C/C:
- C.P. INTERVENÇÃO RÁPIDA
- C.P.P. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

AO
P. COMANDO CENTRAL

= LUANDA =

S/Referência

S/Comunicação

N/Referência

Of. Nr. **11542** /GAB.CGPN/8171-L20/2016.-

Assunto: **REMESSA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA.**

Relativamente a v/ nota nº 000842/GAB.CH.PCC.PN/2016, datada de 13 de Dezembro, e anexos, mereceu de Sua Excelência Comandante Geral da Polícia Nacional, o seguinte despacho:

D:

Autorizo.

ASS: AMBRÓSIO DE LEMOS FREIRE DOS SANTOS

**** COMISSÁRIO-GERAL ****

17.12.16

“ PELA ORDEM E PELA PAZ AO SERVIÇO DA NAÇÃO “


GABINETE DO COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA NACIONAL, em
Luanda, aos 20 de Dezembro de 2016.-

O DIRECTOR,

PAULO A. FRANCISCO
**** COMISSÁRIO ****



RESERVADO


POLÍCIA NACIONAL

POSTO DE COMANDO CENTRAL

Autógrafa
[Signature]
12/16

A
SUA EXCELÊNCIA
COMANDANTE GERAL DA PN
- LUANDA -

V/Referência S/Comunicação N/Referência Caixa Postal 1270
000842 /GAB.CH.PCC.PN/2016

ASSUNTO: REMESSA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTAS

Pelo presente, cumpre-nos informar a Vossa Excelência que fomos contactados pela Sra. WHITNEY ALEXANDRE LEITE FALCÃO, finalista do Curso de Mestrado em Ciências Policiais no Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna de Portugal, para uma entrevista relacionado com a temática do terrorismo, no âmbito da sua dissertação de Mestrado.

Assim, vimos submeter à consideração de Vossa Excelência a petição formulada pela finalista do Curso de Mestrado em Ciências Policiais, na especialidade de Criminologia e Investigação Criminal.

Relativamente ao assunto, somos de sugerir que não vimos qualquer inconveniência para as entrevistas aos Chefes de Posto de Comando Central e ao Comando da Unidade Anti-Terror do CPIR em matéria de terrorismo e contraterrorismo em Angola, visando ajudar a conceber um trabalho científico que pode ser útil para a nossa Corporação. Neste particular, acrescemos ainda que seja também autorizada uma consulta a Oficiais seniores do Comando de Polícia de Protecção de Objectivos Estratégicos, dado o enfoque temático da investigação.

"INFORMAÇÃO OPORTUNA, DECISÃO SEGURA"

POSTO DE COMANDO CENTRAL, em Luanda, 13 de Dezembro de 2016. -

COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL	
GAB. CMGT. GERAL	
Processo N.º	8277
Data Entrada	14/12/16
Distribuição	14/12/16
Data	14/12/16
O Responsável	

O CHEFE
[Signature]
CAETANO MANUEL DA CONCEIÇÃO QUIAR
(COMISSÁRIO **)**

Anexo IV - Informações sobre o grupo “Predicar Angola”

The image is a screenshot of a Facebook profile page for 'Predicar Angola'. The page header shows the Facebook logo and the name 'Predicar Angola' in a search bar. Below the header, there is a profile picture of a book with a gold and black cover. To the right of the profile picture, there are buttons for 'Gosto' (Like), 'Seguir' (Follow), 'Partilhar' (Share), and a menu icon. Below these buttons, the email address 'predicarangola@yahoo.com' is listed. The main section of the page is titled 'MAIS INFORMAÇÕES' (More Information). It contains several sections with icons and text: 'Naturalidade' (Luanda), 'Sobre' (A quem melhor, em dito, que aquele que convoca os homens a Allah e faz o bem e diz: "Por certo, sou dos Muslims?" (41:33)), 'Impressum' (Esta Página pertence ao Grupo PREDICAR ANGOLA - órgão de Divulgação Islâmica em Angola.), 'Political views' (Conservador), 'Crenças religiosas' (Din Al- Islam), 'Activities' (Street Da'wah; Palestras, Exposição de Livros, Debates Inter-Religiosos, etc.), and 'Oficial do Governo'.

Predicar Angola
@dawahfissabillah

Página inicial
Publicações
Fotos
Sobre
Comunidade
[Criar uma Página](#)

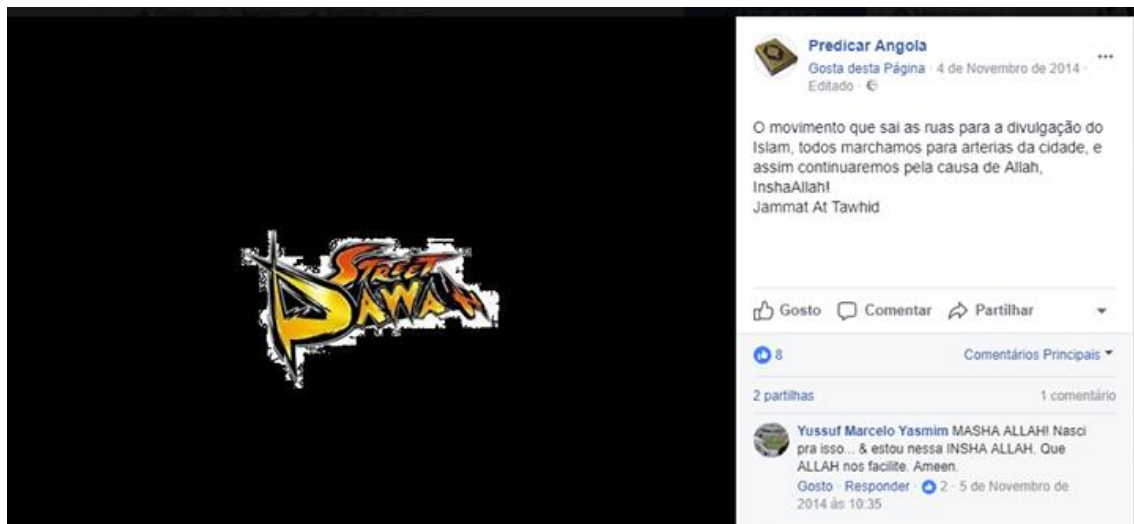
predicarangola@yahoo.com

MAIS INFORMAÇÕES

- Naturalidade**
Luanda
- Sobre**
E quem melhor, em dito, que aquele que convoca os homens a Allah e faz o bem e diz: "Por certo, sou dos Muslims?" (41:33)
- Impressum**
Esta Página pertence ao Grupo PREDICAR ANGOLA - órgão de Divulgação Islâmica em Angola.
- Political views**
Conservador
- Crenças religiosas**
Din Al- Islam
- Activities**
Street Da'wah; Palestras, Exposição de Livros, Debates Inter-Religiosos, etc.
- Oficial do Governo**

Fonte: <https://www.facebook.com/dawahfissabillah>

Anexo V - Presença do Movimento Street DaWah nas Redes Sociais



Fonte: <https://www.facebook.com/dawahfissabillah>

**Anexo VI - Exemplos de Análise Comparativa entre as religiões na página
do grupo “Predicar Angola”**



DIA, APENAS FESTEJAMOS O DIA DA FAMÍLIA."

E por essas tendências, o Muçulmano acha que não há gravidade ao se juntar e lembrar a importância da família.

DIA DA FAMÍLIA?

Alerta!

Não importa que significado se pretenda dar a esta festa para encobrir a blasfêmia que isso comporta, os fiéis e amantes de Deus devem estar sempre atentos não pelo nome que hoje querem ornamentar a isso, mas, às suas raízes.

Aquele que continua festejando esta data saiba que está autenticando a ideia de que DEUS FOI GERADO do ventre de uma ser mortal, MARIA mãe de Jesus (que a paz esteja sobre ele), contrariando o Al Qur'ân no seu capítulo 112, que sublinha,

"(ALLAH) NÃO GEROU E NÃO FOI GERADO."

Tenha Allah misericórdia dos Seus adoradores sinceros e os proteja das tentações desta vida.

Escreve um comentário...

SE ISRAEL DESTRUIR VOSSAS MESQUITAS, FAÇAM O AZAN (O CHAMAMENTO DA ORAÇÃO) NAS NOSSAS IGREJAS." Padre Emmanuel Musallam, Padre em Gaza!



Predicar Angola

Gosta desta Página · 4 de Agosto de 2014 ·

"Em Verdade, encontrarás, - dentre os homens, - que os Judeus e os idólatras são os mais violentos inimigos dos crentes. E, em verdade, encontrarás que os mais próximos aos crentes, em afeição, são os que dizem: "Somos Cristãos." Isso, porque há entre eles clérigos e monges, e porque não se ensoberbecem." [Qur'ân 5:82]

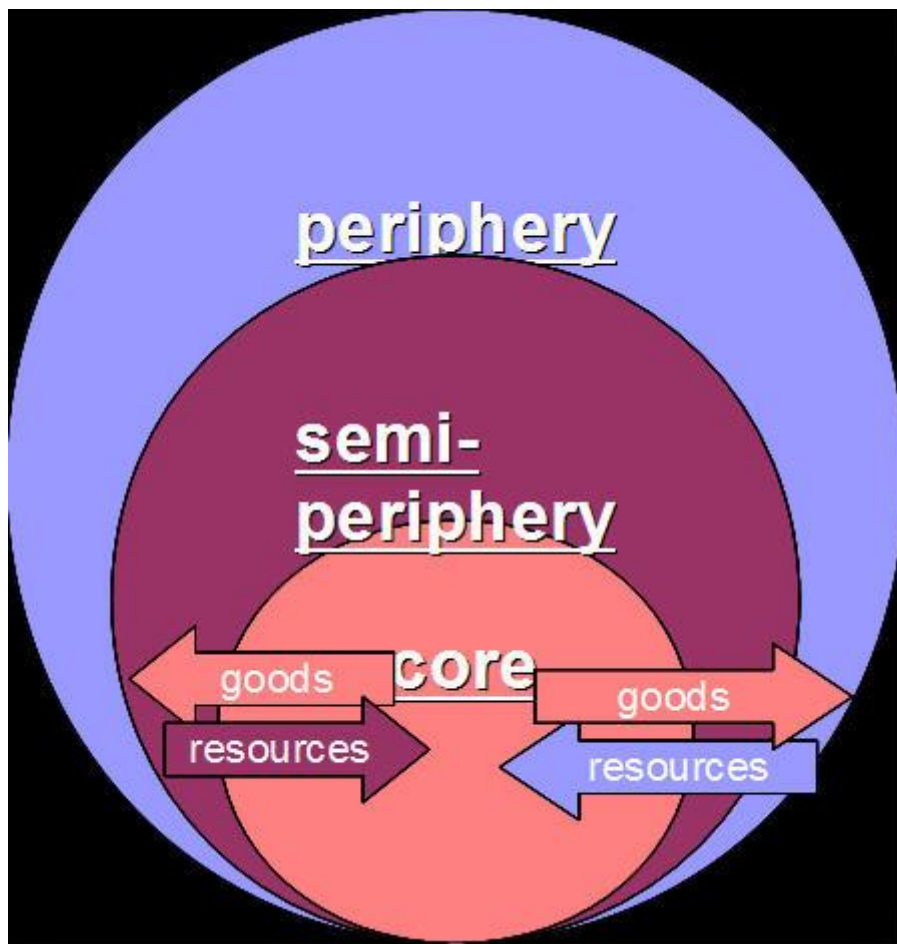
Gosto · Comentar · Partilhar

3 Comentários Principais

Nourany Pedro É uma verdade absoluta.
Gosto · Responder · 1 · 6 de Agosto de 2014 às 11:09

Escreve um comentário...

Anexo VII – Ilustração da World System Theory



Fonte: <http://www.faculty.rsu.edu/users/f/felwell/www/Theorists/Essays/Wallerstein1.htm>

Anexo VIII – Quadro comparativo entre diferentes tipos de conflitos

Table 1-1. Simple Comparison of Conflict			
	Conventional War	Guerilla	Terrorism
Unit Size in Battle	Large (army, corps, division)	Medium (platoon, company, battalion)	Small (usually less than 10 persons)
Weapons	Full range of military weapon systems (air force, armor, artillery, etc)	Mostly infantry-type light weapons but sometimes artillery as well	Hand guns, hand grenades, assault rifles and specialized weapons, e.g., car bombs; remote-control bombs
Tactics	Usually joint operations involving several military branches	Commando-type tactics	Specialized tactics: kidnap, assassination, car bomb, hijack, barricade-hostage
Targets	Mostly military units, industrial and transportation infrastructure	Mostly military, police and administration staff, as well as political opponents	State symbols, political opponents and the public at large
Intended Impact	Physical destruction of declared enemy	Mainly physical attrition of the enemy	Psychological fear, coercion and anxiety
Control of Territory	Yes	Yes	No
Uniform	Wear uniform	Often wear uniform	Do not wear uniform
Recognition of War Zones	War limited to recognized geographical area	War limited to the region-country in strife	No recognized war zones. Missions can be worldwide
International Legality	Yes, if conducted by international rules	Assessed in accordance with international rules	No
Domestic Legality	Yes	No	No

Fonte: <https://fas.org/irp/threat/terrorism/guide.pdf>

APÊNDICES

Apêndice I - Guião de entrevista

Saudações Exmo(a) sr(a),

Estamos a contactá-lo no sentido de nos facultar uma entrevista sobre terrorismo e medidas de contraterrorismo em Luanda-Angola. A entrevista insere-se no contexto de uma investigação para uma dissertação de mestrado que visa estudar o fenómeno terrorista moderno em Angola. Garantimos a proteção da identidade do entrevistado.

- A literatura sobre terrorismo em Angola remonta-nos ao período da guerra colonial. Quer isto dizer que após a independência de Angola o terrorismo deixou de existir em Angola?
- O terrorismo deve ser uma verdadeira preocupação para os Africanos? E para os Angolanos em particular?
- Que tipo de terrorismo é hoje uma ameaça para Angola? (single issue, matriz islâmica, separatista, etc)
- Angola tem condições de dar uma resposta efetiva na luta contra o terrorismo?
- Existe alguma estratégia contraterrorista em Angola, para além das medidas previstas na legislação sobre o financiamento ao terrorismo?
- Na sua opinião, quais as infraestruturas que poderiam ser alvo de um ataque terrorista?
- Quem deve atuar em caso de ataque terrorista em solo Angolano? A polícia nacional, as forças armadas ou ambas?
- Sobre a frase “não se negoceia com terroristas” qual a sua opinião?
- Os níveis de pobreza em Angola, agravados pela atual crise económica, podem ser um fator que contribua para o recrutamento de cidadãos Angolanos para grupos terroristas?
- O fenómeno terrorista tem um fim à vista?
- Nome, cargo, idade.

Agradecemos a disponibilidade em partilhar o seu conhecimento. A sua experiência será decerto enriquecedora para o estudo em questão.

Apêndice II – Análise de Conteúdo

Tema A - Terrorismo no período pós-colonial		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo
A.1 - Existência do fenómeno	Deixou de existir	<ul style="list-style-type: none"> • “Não há ações mesmo diretamente voltadas para o terrorismo.” (E3) • “Portanto nós nunca nos separamos quase em momento algum da ação terrorista ao longo da nossa guerra em Angola. Excetuando este período que foi, o período de paz, desde 2002 até ao presente momento.” (E6) • “Hoje não temos sinais de atos terroristas em Angola, (...)” (E7) • “(...) consolidada que foi a independência, terminou o cenário de terrorismo em Angola.” (E8)
	Continua a existir	<ul style="list-style-type: none"> • “Portanto julgamos que, as ameaças continuaram, deixou-se é de se prestar atenção em termos de literatura nesse sentido, mas não deixou de existir.” (E2) • “Após o período da independência o terrorismo não deixou de existir em Angola.” (E4) • “Ameaça existe sempre. (...) E talvez depois de 1975 maior (...)” (E5)
	Nunca existiu	<ul style="list-style-type: none"> • “Nunca existiu.” (E1)

<p>A.2 -Classificação do terrorismo do período colonial</p>	<p>Libertação Nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Agora como tal são movimentos nacionalistas, e falando em Portugal por exemplo, dizerem que o terrorismo surgiu com os movimentos nacionalistas é uma perspetiva, cá nunca foi terrorismo, são movimentos de emancipação, pan-africanismos, coisas relacionadas com os movimentos de independência, (...)” (E1) • “Tivemos a primeira guerra de libertação nacional que foi de 1961 até 1975.” (E6)
<p>A.3 - Grupos terroristas em ação no período colonial</p>	<p>Movimentos de Libertação Nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) movimentos nacionais e éramos terroristas à luz daquilo que era a visão da metrópole, do regime colonial.” (E1) • “Em 61, ou depois de 61 os três movimentos de libertação que aparecem eles tinham um diálogo, eles defendiam que Angola necessariamente tinha que se libertar do jugo colonial, daí consideravam os Angolanos como sendo terroristas, (...)” (E8)
	<p>Governo Colonial</p>	

	Ambos	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) a verdade é que o próprio contexto de guerra em si já muitas vezes fez referência que em alguns pontos houve ações terroristas que foram lá utilizados, quer de um lado quer do outro lado.” (E2) • “Participaram nesta guerra contra o colonialismo português movimentos nacionalistas que em algumas ocasiões a ação do terrorismo se evidenciou, em quase todos os protagonistas da guerra.” (E6)
A.4 - Ações terroristas em Angola	Zenza do Itombe	<ul style="list-style-type: none"> • “(...), houve uma ação durante a guerra, que é uma ação contra o comboio do Zenza do Itombe.” (E2) • “O Zenza do Itombe os próprios Estados Unidos após o ataque do 11 de Setembro reconheceram que a ação o Zenza do Itombe foi uma ação terrorista, mas nós internamente no teatro das operações militares o que se deu ali falou-se de uma resistência da parte que opunha o sistema instituído, não se classificou como uma ação terrorista (...)” (E8)
	Atentado CAN 2010	<ul style="list-style-type: none"> • “Mais recentemente, por exemplo, o atentado contra os jogadores de uma seleção africana que vinham para o CAN de 2010 em Cabinda (...)” (E2)
	4 de Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) o 4 de Fevereiro, o assalto às cadeias coloniais, mesmo cá em Luanda(...)” (E6)

	15 de Março de 1961	<ul style="list-style-type: none"> • “Nós registamos até hoje nas nossas memórias sobretudo o 15 de Março de 1961.” (E6) • “No entanto, em Angola algumas literaturas consideram o 15 de Março de 1961 o começo do terrorismo em Angola,(...).” (E9)
A.5 - Motivos para a existência de pouca literatura	Baixo nível de ameaça	<ul style="list-style-type: none"> • “Mas, quando falamos do terrorismo Angola não é propriamente um país com muitas ameaças terroristas. Se calhar por este motivo é que não tendemos estudar muito estas matérias.” (E4) • “(...) após a independência as atenções ficaram voltadas para os problemas de guerra que se vivenciou, e deixou-se de escrever ou abordar sobre esta temática, (...)” (E2) • “(...) nós não somos inimigos de ninguém. A partir daí acho que a conduta do nosso Estado não evidencia, ou não cria inimigos por aí, ou não dá motivo para que haja terroristas que se revoltem contra nós.” (E7)

Tabela 2 - Terrorismo no período pós-colonial

Tema B - Preocupação com o fenómeno terrorista		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo
B.1 - Perceção do problema	Necessária preocupação	<ul style="list-style-type: none"> • “Assim como é uma preocupação para todo o mundo, também o é para os africanos.” (E2) • “(...) deve constituir uma grande preocupação para o Estado em África.” (E7) • “(...) deve ser uma verdadeira preocupação, não só para os Africanos e em particular para os Angolanos, mas sim de todo o mundo.” (E8) • “O terrorismo deve sim ser uma preocupação em África e em Angola em particular, (...)” (E9)
	Preocupação, mas não prioridade	<ul style="list-style-type: none"> • “Não é uma prioridade.” (E1) • “Podemos, mas não devemos. Podemos estar preocupados porquê? Porque somos africanos, (...)” (E4) • “Ameaça existe sempre.” (E5)
B.2 - Distribuição da adversidade	Continental	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) há muito mais atos terrorista e muitas vidas que são ceifadas em África do que na europa, do que nos Estados Unidos, (...)” (E2)

		<ul style="list-style-type: none"> • “Mas especificamente para os africanos sim, (...)” (E4) • “Também a Nova Doutrina de Contenção Bush, sublinhou que a luta contra o terrorismo é um problema de todos países do mundo.” (E8)
	Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu acredito que sim, que para Angola deve ser uma preocupação maior em relação aos outros países, (...)” (E3)

B.3 - Nível de ameaça	Alto	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) há muito mais atos terrorista e muitas vidas que são ceifadas em África do que na europa, do que nos Estados Unidos, (...)” (E2)
	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) nós ainda não tivemos uma situação em possamos dizer que estamos perante um ato preparativo ou que detivemos indivíduos que planeavam, (...)” (E1) • “(...) o nosso grau de ameaça ainda é muito baixo e estar a definir prioridades como terrorismo quando temos determinadas cifras de criminalidade em determinados bairros vamos estar a investir forças no lado errado, (...)” (E1)

		<ul style="list-style-type: none"> • “Mas determinados estudos realizados pela nossa inteligência policial determinaram que Angola não é um país sob ameaça terrorista.” (E4)
B.4 - Causas do aumento do nível de ameaça	Relação com países Ocidentais	<ul style="list-style-type: none"> • (...), e com alguns países africanos a apoiarem a atitude que a Europa tem tido contra os terroristas, estes poderão voltar as suas baterias para alguns países africanos que tenham apoiado os países europeus.” (E3)
	Presença do Fenómeno no restante continente africano	<ul style="list-style-type: none"> • “Principalmente a nível da parte mais ocidental, da África central, e também constitui uma preocupação já para a África subsariana onde Angola está inserida na África Austral.” (E2) • “(...) porque nós temos visto que o terrorismo tem estado a progredir e principalmente nos países africanos muçulmanos, que professam o Islão, mormente com o surgimento das chamadas primaveras árabes, (...)” (E4) • “E nós estamos muito próximos da Nigéria, e agora até estamos nos Grandes lagos, isso vai atraindo, uma coisa atrai a outra. Os Boko Haram agora parece são uma célula do grupo radical do autodenominado estado islâmico, e estão aqui bem próximos.” (E5) • “É necessário que os países vizinhos sejam estáveis para que se reduza o nível de ameaça de entrada do terrorismo. Vamos supor que a situação no Congo atinja proporções alarmantes, como sabe o Congo é um país muito

		populoso e com uma vasta fronteira com Angola, isso de antemão provocaria o fluxo elevado de refugiados para Angola, e quem sabe nesses grupos haver infiltração de elementos ligados a esses grupos que vêm semeando terror quase no mundo inteiro.” (E7)
	Questões religiosas	<ul style="list-style-type: none">• “Angola é um dos países com menos ligação ao islão e talvez por isso seja um alvo dos terroristas nos próximos anos.” (E3)

B.5 - Futuro do fenómeno terrorista	Fenómeno perene	<ul style="list-style-type: none">• “Enquanto existir sociedades, enquanto existir culturas isso não terá fim.” (E1)• “(...) só com uma mão invisível poderemos dizer, pensarmos num fim muito próximo do terrorismo.” (E2)• “Não a curto prazo, na minha opinião não a curto prazo, porque as fontes do terrorismo têm... como é que eu hei de dizer... têm uma base muito fixa, muito assente, já bem enraizada com forte financiamento, grandes extensões territoriais sobre o seu controlo...” (E3)• “Mas não vejo um fim à vista porque o terrorismo é um fenómeno à escala mundial, e estamos a falar muitas das vezes de interesses supranacionais.” (E4)• “Não acaba. Temos que nos habituar a ela e temos que trabalhar muito para reduzirmos o máximo a ação terrorista. O terrorista pode ser formado, pode-se fabricar de um momento para o outro.” (E6)• “Não é possível porque o mundo é feito de diferenças.” (E7)• “Não. A violência é a característica que identifica o comportamento do homem como sendo animal embora racional.” (E8)
--	-----------------	---

Tabela 3 - Preocupação com o fenómeno terrorista

Tema C - Tipos de Terrorismo em Angola no presente		
C.1 - Motivação	Matriz islamista	<ul style="list-style-type: none">• “(...)e da minha ótica o que nós podemos ter aqui um dia é terrorismo islâmico(...)” (E1)• “Penso eu que é essencialmente a de matriz islâmica,(...).” (E2)• “Eu acho que a ameaça para Angola é essencialmente o terrorismo islâmico,(...).” (E3)• “Matriz islâmica, mais propriamente o islão radical, que é o islão... xiita.” (E4)• “Houve manifestações islâmicas nas embaixadas de Angola de países com grande população islâmica. Há vídeos na internet (...) em que eles declaravam guerra em Angola, com faixas escritas “Angola inimiga do Islão”. ” (E5)• “(...)o que mais nos preocupa é sobretudo o terrorismo islâmico, o fundamentalismo islâmico.” (E6)• “Pensamos que a ameaça terrorista em Angola, é reflexa da ameaça terrorista africana, observada nos países vizinhos e não só, nesse caso de matriz islâmica.” (E9)

	<u>Qualquer tipo</u>	<ul style="list-style-type: none"> • “Todo o tipo de ato terrorista deve constituir uma grande preocupação sem exceção.” (E7) • “(...), qualquer rede direta ou indiretamente constitui uma ameaça.” (E8)
C.2 - O caso de Cabinda	Situação controlada	<p>“</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nacionalista está fora de questão, porque, bem, há aqui uma verdadeira integração, não há assim movimentos culturais à parte que queiram afirmar-se, (...).” (E1) • “Há de facto esta ala separatista, mas trata-se já de uma situação controlada pelo menos, porque a parte mais visível desta ala separatista está a trabalhar com o próprio executivo.” (E2) • “Não tem expressão, aliás nesse momento em Cabinda vive-se numa paz total.” (E6) • “O caso Cabinda os registos que nós temos é que a situação é calma em Cabinda- nós não temos registos de atos terroristas na atualidade na cidade de Cabinda.” (E7)
C.3 - Materialização do fenómeno	Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) não na componente de materialização, mas sim como uma espécie de uma base de financiamento. (...) é possível ter aqui um pequeno negócio,

		ganhar dinheiro e esse dinheiro ser utilizado para financiar o terrorismo.” (E1)
--	--	--

	Seitas religiosas	<ul style="list-style-type: none"> • “Têm estado a montar as suas seitas religiosas, têm estado a professar essas seitas, têm estado a cada vez mais ter que puxar os nossos concidadãos para essas seitas, e isso preocupa.” (E2) • “(...); pese embora a proliferação das seitas religiosas de cariz Islâmica não autorizadas no país, que na nossa visão podem ser consideradas como células adormecidas.” (E8)
C.4 - Meios de incremento da fé islâmica	Casamento de nacionais com estrangeiros	<ul style="list-style-type: none"> • “E em alguns casos muitos desses cidadãos estão a acasalar-se, estão quer a amigar-se a casar-se com as nossas concidadãs (...)” (E2) • “Os islamitas vêm para aqui para Angola, casam-se com as Angolanas, (...)” (E3)
	Filhos criados fora de Angola	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) do que se sabe é que nascem cá depois são levados para o exterior do país, aos seus países, onde têm uma educação/uma instrução eminentemente islâmica, e se calhar no futuro quando regressarem para cá têm a nacionalidade Angolana, mas não têm o pensamento de Angolano.” (E2) • “E quando eles regressarem para cá terão alguma dificuldade em ser aceites • pela população Angolana.” (E3)

Tabela 4 - Tipos de Terrorismo em Angola no presente

Tema D - Resposta ao fenómeno terrorista		
D.1 - Capacidade de resposta	Resposta eficiente no combate ao terrorismo	<ul style="list-style-type: none">• “Nós enquanto polícias temos que estar preparados e temos que ter a formação necessária para detetar precocemente toda a manifestação, todos os atos que possam indiciar terrorismo.” (E1)• “Angola está a procurar preparar-se em termos de medidas de prevenção para poder estar a altura de dar resposta a essas situações.” (E2)• “(...) estamos bem equipados, temos unidades para este efeito, (...)” (E3)• “E tenho a plena certeza que os nossos operacionais anti-terroristas têm capacidade humana, técnica e operacional pra dar resposta a qualquer situação de ataque terrorista que possamos ter aqui em solo nacional.” (E4)• “Evidentemente, senão eles já cá estariam.” “Aliás isso deve-se priorizar porque nós tivemos que organizar forças especificamente treinadas para combater o terrorismo, (...)” (E6)• “Sim, estamos em condições de dar uma resposta efetiva a atos terroristas, por isso é que as nossas forças vão sendo preparadas permanentemente para eventuais situações.” (E7)

		<ul style="list-style-type: none"> “Angola tem condições de dar uma resposta efetiva na luta contra o terrorismo, uma vez que, existem órgãos vocacionados e preparados continuamente para situações do género.” (E9)
	Resposta pouco eficiente	<ul style="list-style-type: none"> “Existe sim uma força preparada pra combater o terrorismo em Angola, mas por questões de experiência, por questões de hábito, porque nós estamos preparados a combater crime de média escala, a nossa força não está propriamente preparada para combater o terrorismo.” (E5)
D.2 - Intervenientes no planeamento da resposta	Forças e serviços de segurança	<ul style="list-style-type: none"> “(…) mas a nível das forças de defesa e segurança têm estado a ajuizar algumas ações, ajuizar alguns planos (…).” (E2) “(…) Estamos a falar principalmente da policia de intervenção rápida, serviços de investigação criminal, (…).” (E3) “Foi concebido pelo posto de comando central da polícia nacional e aprovado superiormente, isto é: comando geral e ministério do interior.” (E4) “Angola possui forças militarizadas e policiais que trabalham com eficácia no combate contra o terrorismo através de ações secretas e operacionais em todo território nacional.” (E9)

	Bombeiros e outros intervenientes	<ul style="list-style-type: none"> “(…) serviço de emergência médicas, os bombeiros.” (E3)
	Outros	<ul style="list-style-type: none"> “Mas há outras figuras de estado que concorrem para isto, que é... vão buscando informação e vão fazendo uma avaliação (…)” (E1)
D.3 - Instrumentos legais	Estratégia Nacional de Prevenção e Combate ao Terrorismo	<ul style="list-style-type: none"> “E há uma estratégia que já foi aprovada, penso que há 3 ou 4 meses, que é a estratégia de prevenção e combate ao terrorismo,(…)” (E1) “(…) definido uma estratégia operacional de prevenção e combate ao terrorismo, que aos poucos vai-se procurando materializar, (…).” (E2) “(…) foi concebido bem recentemente, o plano nacional de prevenção e combate ao terrorismo.” (E4) “(…) temos a diretiva de combate ao terrorismo criada no posto de comando central, (....).” (E5)
	Medidas legais não especificadas	<ul style="list-style-type: none"> “Medidas policiais, militares existem.” (E6)

		<ul style="list-style-type: none"> • “(...) foram traçados planos ou estratégias a nível do Ministério do Interior para esses planos que visam a preparação das forças pra eventuais casos que possam ocorrer no nosso país.” (E7) • “(...) , certas estratégias foram traçadas para contra por qualquer ação subversiva/terrorista no país.” (E8)
D.4 - Principais problemas da resposta	Coordenação das forças	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) a estratégia de prevenção e combate ao terrorismo, nunca foi colocada em prática, não há nenhum simulacro, (...)” (E1) • “É verdade que ainda não tem todas as condições necessárias para tal.” (E2) • “(...) mas ainda nos falta alguma coordenação entre as diversas forças que devem atuar em caso de uma ação terrorista.” “(...) entre essas forças que devem ir a um ato terrorista ainda não há um protocolo de atuação nesses eventos. Acho que nós devemos rapidamente trabalhar nisso.” (E3) • “Temos um monte de teoria, temos a diretiva de combate ao terrorismo criada no posto de comando central, muito bem-criada, mas o terrorismo é uma questão prática e infelizmente há situações que é preciso viver.” (E5)

D.5 - Foco de atuação	Prevenir	<ul style="list-style-type: none"> “(…) o mais importante nesta luta é a prevenção.” (E6)
	Reprimir	<ul style="list-style-type: none"> “(…) penso que o terrorismo raramente se previne, o terrorismo o que se pode fazer é minimizar os efeitos.” (E1)
	Ambos	<ul style="list-style-type: none"> “(…) ninguém está preparado para combater o terrorismo, mas se ocorrer devemos sim saber dar alguma resposta, quer para prevenção, quer para reprimir estes ilícitos.” (E2) “(…) traçaram estratégias de formas a estarmos prevenidos que isto a qualquer momento pode acontecer aqui, e conseguirmos reagir rapidamente, tanto para prevenir que não aconteça, então se acontecer rapidamente diminuir os efeitos.” (E3) “(…) essa polícia responde tanto para prevenção como pra repressão, então está lá a polícia antiterrorismo pra esse tipo de casos.” (E5)
D.6 - Dever de atuação em caso de ataque terrorista	Polícia Nacional	<ul style="list-style-type: none"> “A polícia nacional.” (E1) “(…) num primeiro momento são as forças mais ligadas à atividade de manutenção da ordem pública (que neste caso é a polícia nacional, o serviço de investigação criminal).” (E2)

		<ul style="list-style-type: none"> • “Primafacie atua a polícia nacional sem desprimorar o princípio da territorialidade ou daquele que tem o conhecimento da ação.” (E4)
	Todas as forças	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu acho que devem trabalhar em conjunto.” (E3) • “Normalmente nestes casos todas as forças são chamadas para intervir de acordo os níveis de intervenção.” (E6) • “Todos os órgãos de defesa e segurança.” (E7) • “Nestes casos, todas as forças existentes devem actuar de forma coordenada contra o fenómeno.” (E9)
	Coordenação da ação 1º a PN	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) quer dizer que nós não podemos descurar que a primeira resposta, temos que preparar os nossos agentes que estão diariamente na rua para que eles possam fazer a intervenção primária.” (E1) • “Em um caso normal atua a polícia nacional, e se a gente precisar em termos de colaboração atuamos com as forças armadas que aparecem como força de apoio e obedecem às ordens do comandante do policiamento, (...).” (E4)

		<ul style="list-style-type: none"> • “Se o caso ocorrer ao longo da fronteira a policia nacional está vocacionada para a segurança das fronteiras tem a missão de contrapor ou neutralizar esses atos e comunicar imediatamente as forças armadas e os outros órgãos de defesa e segurança (...).” (E7) • “Qualquer ação que atenta a ordem, a primeira intervenção é da Polícia Nacional.” (E8)
D.7 - Unidades especializadas	Unidade Anti Distúrbio	<ul style="list-style-type: none"> • “(...), temos também a unidade anti distúrbio.” (E2)
	Unidade Anti-terror/ Unidade de Contraterrorismo	<ul style="list-style-type: none"> • “Temos forças especializadas que também são forças do sistema de segurança publica, de ordem publica, temos uma unidade de contraterrorismo, é uma força especializada mas ela não está na rua 24 horas, (...).” (E1)
	Unidade Anti-crime	<ul style="list-style-type: none"> • “E dentro da polícia nacional temos uma força especializada para tal que é a unidade anti crime, (...).” (E2)
D.8 - Competências específicas	PN	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) forças mais ligadas à atividade de manutenção da ordem pública (...).” (E2) • “Geralmente em todos os Estados, a manutenção da ordem pública é um papel tradicional da Policia.” (E8)

D.9 - A negociação com terroristas		
	FAA	<ul style="list-style-type: none"> • “As forças armadas têm uma missão reservada a situações de ataques diretos, ataques à soberania Angolana.” (E1)
	Deve-se negociar	<ul style="list-style-type: none"> • “Devemos avaliar os cenários e devemos ter bons profissionais de negociação, (...)” (E4) • “Não negociar com o terrorista é criar a guerra de forma perpétua, porque existirá sempre terrorismo, (...)” (E5) • “(...) nós perdemos muito não negociando.” (E6) • “Depende das circunstâncias. Porque vamos supor que os terroristas detenham consigo reféns. A partir daí já se pode violar esse princípio.” (E7)
	Não se deve negociar	<ul style="list-style-type: none"> • “Nós acreditamos que o terrorista nunca está disponível para negociar.” (E2) • “(...) temos uma veia castrense muito, muito acentuada.” “(...) qualquer situação em que a negociação pudesse fragilizar a autoridade imposta do

		<p>Estado, eu acho que não se pensaria duas vezes e tomava-se logo uma atitude enérgica.” (E1)</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Eu concordo, concordo plenamente.” (E3) • “(...) quando se coloca a questão do terrorismo, no meu ponto de vista, não aceito ou não estaria a favor da negociação com o terrorista.” (E8) • “(...) , as possíveis vantagens de uma negociação serão muito baixas.” (E9)
<p>D.10 - Condições favoráveis à negociação</p>	Reféns	<ul style="list-style-type: none"> • “Para neutralizarmos a nossa ameaça, recuperarmos os nossos reféns e se for o caso, determos ou reprimirmos com força se necessário for.” (E4) • “Porque vamos supor que os terroristas detenham consigo reféns.” (E7) • “Manteve reféns é procurar neutralizar.” (E8)
	Recolha de informação	<ul style="list-style-type: none"> • “Então quando não se negoceia, não se captura nós perdemos muita informação.” (E6)
	Recuperação do terrorista	

		<ul style="list-style-type: none"> • “(...) muita das vezes combater é convencer o adversário de que ele está errado e existe uma posição melhor de alcançar os seus objetivos e a negociação nos permite isso.” “Esse indivíduo foi manipulado para estar disposto a morrer por uma causa que não lhe beneficia em nada e quem vai lhe matar sou eu, por exemplo. Não era bom que se pudesse recuperar esse indivíduo?” (E5)
D.11 - Argumentos desfavoráveis à negociação	Incentivo às ações terroristas	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu vou negociar recebo uma certa recompensa, o outro que está na minha condição, que precisa também de um determinado valor e prestígio, vai também desencadear atividade género, para quê? Porque na negociação ele sai sempre com algo. Por mim não se deve negociar com terroristas, pra não propiciar as ações.” (E8) • “(...) , concordamos com a frase, associada a ideia de que “poupar o inimigo é prolongar com a guerra”. ” (E9)
	Segurança do Estado	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) tolerância zero para situações de violência que põem em causa aquilo que é a construção do estado Angolano, que todos aqueles senhores que participaram ainda estão vivos e não querem correr riscos.” (E1)
	Posição do terrorista face à negociação	<ul style="list-style-type: none"> • “Nós acreditamos que o terrorista nunca está disponível para negociar.” (E2)

Tabela 5 - Resposta ao fenómeno terrorista

Tema E - Potenciais alvos de ataques terroristas em Angola		
E.1 - Tipos de ataque	Active shooter	<ul style="list-style-type: none"> “Referimo-nos por exemplo ao active shooter.” (E1)
	Bombardeamento	<ul style="list-style-type: none"> “As igrejas são templos enormes e se tu detonas uma bomba com potência suficiente para causar dano num raio de 200 metros numa igreja universal num dia de culto, aqueles cultos grandes, tu matas umas 500 pessoas, numa assentada.” (E5)
E.2 - Atrativos de Angola para o fenómeno	Debilidades na Fronteira	<ul style="list-style-type: none"> “Angola porque é um país acolhedor e que infelizmente temos grandes debilidades na gestão e controle das nossas fronteiras terrestres, o que pode trazer ao nosso país qualquer cidadão que tenha interesses menos benévolos.” (E4) “Porque dado as vulnerabilidades que temos, quer a nível da fronteira, (...) somos alvos fáceis para passagem e recrutamento de cidadãos eventuais para atos terroristas.” (E2) “Como sabe nós temos uma vasta fronteira e se eventualmente haver a pretensão desses grupos de realizar ações no interior do nosso país essa poderá ser uma das formas para a sua penetração dentro do nosso território. Aproveitando-se dos fluxos migratórios, sobretudo aqueles fluxos irregulares de pessoas que entram e não passam nos principais pontos habilitados para a

		entrada de pessoas e bens, poderão eventualmente procurar áreas onde não se faz sentir a presença das nossas forças (...).” (E7)
	Presença de Estrangeiros Ocidentais	<ul style="list-style-type: none"> • “E sabemos nós que o pessoal estrangeiro, principalmente desses países produtores de petróleo; produtores quer dizer que exploram petróleo; que é a Inglaterra, França, que são também eles os considerados ocidentais e também os tais infieis, (...).” (E1) • “E também algumas embaixadas dos países que normalmente, a nível da Europa e da América, combatem o terrorismo. Estamos a falar da França, da Rússia, dos próprios Estados Unidos da América, (...).” (E2) • “(...) no caso concreto da França, dos estados unidos, a própria Inglaterra, ainda temos Israel. Esses têm sido normalmente os alvos preferenciais a nível internacional, e nós aqui temos que dedicar uma atenção especial a essas representações diplomáticas.” (E6) • “Eles poderão vir aqui atrás dos indivíduos que estão envolvidos diretamente na guerra na Síria, (...).” (E8)

E.3 - Possíveis Alvos													
<u>Entrevista</u>	Embaixadas	Superfícies comerciais	Aeroporto	Porto	Estádios	Centros de culto	Hotéis	Unidade de polícia ou FAA	Refinaria	Cidade Alta	Rádio/televisão	Caminhos-de-ferro	ETAR/barragens
E1				X			X						<p>“(…) temos muita atenção aos hotéis, principalmente aqueles hotéis que recebem muitos estrangeiros e pessoal ligado às petrolíferas, (…).” “Quer dizer, o porto de Luanda basicamente é uma infraestrutura que merece uma proteção não só por causa de ataques terroristas, mas também de ataques contra a segurança de Estado.”</p>
E2	X	X	X										<p>“(…) visam normalmente as grandes infraestruturas como o aeroporto, por exemplo, as grandes superfícies comerciais.” “E também algumas embaixadas dos países que normalmente, a nível da Europa e da América, combatem o terrorismo.”</p>

E3								X						“(...) qualquer instituição podia ser alvo, fundamentalmente também as unidades da polícia nacional ou das forças armadas.”
E4	X	X	X											“Numa escalada poderia colocar a embaixada dos Estados Unidos, aeroporto e qualquer uma das nossas superfícies comerciais, principalmente na capital do país.”
E5					X	X								“Nós em Angola damos shows em estádios. As igrejas são templos enormes e se tu detonas uma bomba com potência suficiente para causar dano num raio de 200 metros numa igreja universal num dia de culto, (...)”
E6	X													“(...) o caso concreto das embaixadas, nós temos aqui representações diplomáticas em Angola e muitas delas que são alvos preferenciais dos terroristas, (...)”
E7				X					X	X	X			“No caso Angolano nós temos: a rádio, a televisão, a refinaria, a própria área onde está concentrado o poder político, o porto, e outros objetivos estratégicos que o país tem.”

E8			X						X		X	X	X	<p>“Novo Aeroporto Internacional; Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro; Refinarias; Caminhos de Ferro de Angola; Rádio Nacional de Angola; Televisão Pública de Angola; Centro de Produção TPA; Barragens Hidroeléctrica; Centros de captação e Tratamento de Água;”</p>
E9		X	X	X	X				X			X		<p>“Podem ser alvos de ataques terroristas, os Aeroportos, os Portos, as Estações de Comboio, Refinarias de petróleo, Centros Comerciais de grande dimensão. Mercados informais nas periferias, Estádios de futebol, pavilhões, (...)”</p>

Tabela 6 - Potenciais alvos de ataques terroristas em Angola

E.4 - Cidadanias vulneráveis a ataques						
<u>Entrevista</u>	Cidadãos EUA	Cidadãos FR	Cidadãos ENG	Cidadãos ISR	Cidadãos RU	
E1		X	X			“E sabemos nós que o pessoal estrangeiro, principalmente desses países produtores de petróleo; produtores quer dizer que exploram petróleo; que é a Inglaterra, França, (...)”
E2	X	X			X	“Estamos a falar da França, da Rússia, dos próprios Estados Unidos da América, (...)”
E4	X					“Tendo em conta aquilo que poderiam ser as nossas ameaças efetivas eu posso lhe já avançar a embaixada do Estado Unidos da América no Miramar.”
E6	X	X	X	X		“(…), no caso concreto da França, dos Estados Unidos, a própria Inglaterra, ainda temos Israel.”

Tabela 7 - Cidadanias vulneráveis a ataques

Tema F - Fatores que contribuem para o recrutamento de cidadãos Angolanos para grupos terroristas		
F.1 - Os níveis de pobreza	O fator pobreza como motivador de recrutamento	<ul style="list-style-type: none">• “É verdade. Este é uma das grandes vulnerabilidades, infelizmente, que temos.” (E2)• “Efetivamente que sim. É uma situação que foi tida em conta na elaboração do nosso plano nacional de prevenção e combate ao terrorismo, (...).” (E4)• “Sim, teoricamente sim, porque é uma questão de alternativas, e isso é um ponto fraco.” “(...), grupos mal-intencionados ofereçam outras garantias e desencaminhem pessoas que antes se quer tinham pensado nessa possibilidade.” (E5)• “A crise de facto pode influenciar de uma forma indireta.” (E8)• “Angola sendo um país, com um nível de pobreza como qualquer um outro, (...), está a trabalhar no combate a pobreza visando colmatar possíveis tendências terroristas.” (E9)
	Não influencia do fator pobreza na questão do recrutamento	<ul style="list-style-type: none">• “(...) aqui a nível de cidadãos Angolanos, falando daquilo que é a experiencia que temos eu considero que não.” (E1)

		<ul style="list-style-type: none"> • “(...) acho que não. Os Angolanos que vivem na pobreza poderão ingressar para o crime organizado, é mais por aí, do que para o terrorismo.” (E3) • “Isto não. Não porque lhe digo uma coisa, por razões muito simples.” (E6) • “Não creio. Porque o povo Angolano é um povo patriota, apesar do índice de pobreza mas sabe o que quer.” (E7)
F.2 - Argumentos não favoráveis ao recrutamento	Inexistência de tendência suicida	<ul style="list-style-type: none"> • “Primeiro devemos buscar razões históricas, as razões históricas o povo Angolano é um povo primeiro de origem cristã e geralmente o cristão não é suicida.” (E6)
	Fraca ligação com a ala extremista islamista	<ul style="list-style-type: none"> • “(...), porque cá é muito difícil nós vermos Angolanos que se aculturaram com determinados povos que estão aqui e que têm a sua ideologia religiosa muito associada a questões islâmicas temos muito poucas situações. Quer dizer que eles vêm cá é mais fácil aculturarem-se do que nós nos convertermos, e ainda que eles consigam exercer alguma influência por causa do seu poder económico, mas nunca conseguem estender para o poder ideológico.” (E1)

		<ul style="list-style-type: none"> • “(...) se nós estivermos a falar em terrorismo de matriz islâmica é muito difícil porque a nossa maneira de ser e de viver choca muito com os costumes do Islão.” (E3)
	Patriotismo	<ul style="list-style-type: none"> • “Não acredito que de uma forma organizada haveria alguém ou grupos que colocariam em causa a segurança desse povo ou das suas instituições em troca de uma provável remuneração.” (E7) • “Mas dizem que o comportamento humano altera diante de qualquer constrangimento exterior, hoje é patriota, amanhã é terrorista.” “Pode-se dar o caso, mas ele não é tão fácil aqui em Angola, mas não é tão impossível também.” (E8)

Tabela 8 - Fatores que contribuem para o recrutamento de cidadãos Angolanos para grupos terroristas

Apêndice III – Transcrição das Entrevistas

Entrevista 1

Local: Luanda

Data: 13 de Dezembro 2016

1. A literatura sobre o terrorismo em Angola remonta-nos ao período da guerra colonial. Quer isto dizer que após a independência o terrorismo deixou de existir em Angola?

Agente: Bem, relativamente a essa questão eu digo que o terrorismo remonta à guerra colonial, mas não é um terrorismo nacional, é um terrorismo em que quem eram os terroristas eram considerados os movimentos nacionais e éramos terroristas à luz daquilo que era a visão da metrópole, do regime colonial. Agora como tal são movimentos nacionalistas, e falando em Portugal por exemplo, dizerem que o terrorismo surgiu com os movimentos nacionalistas é uma perspetiva, cá nunca foi terrorismo, são movimentos de emancipação, pan-africanismos, coisas relacionadas com os movimentos de independência, são os movimentos que hoje em dia são os partidos políticos, não é? Não sei se é correto estarmos a dizer que havia terrorismo no tempo colonial, na história contado por nós. Em Portugal é óbvio que eles consideram que sim.

2. E é correto dizer que deixou de existir terrorismo em Angola com a independência?

Agente: Nunca existiu.

3. Nunca existiu... E agora não existe na opinião do senhor agente?

Agente- Daquilo que é as nossas informações aquilo que temos levado a cabo alguma ações de proteção de alguma infraestruturas que na nossa ótica podemos dizer que são críticas, nomeadamente alguns hotéis, centros comerciais onde há muita afluência de público ocidental e também algumas embaixadas. Nós temos uma unidade de polícia diplomática que se encarrega

da segurança das embaixadas. Tem orientações para que possam estar preparadas para qualquer de incidente, porque o risco existe, o grau de ameaça é que ainda é baixo, e é basicamente isso. Quer dizer que nós não vamos descurar que não possa acontecer, mas até agora não há indícios de que possa acontecer, mas por uma questão cautelar há alguns objetivos que nós protegemos.

4. O terrorismo deve ser uma verdadeira preocupação para os africanos?

Agente: Bem. Não é uma prioridade. Não é uma prioridade porque nós ainda não tivemos uma situação em possamos dizer que estamos perante uma ato preparativo ou que detivemos indivíduos que planeavam, quer dizer, daquilo que é a nossa história mais recente não há um ato de execução que nos leve a crer que houve de facto atos exteriorizados para que se materialize determinada ação terrorista, e ação terrorista vamos entender como sendo de facto terrorismo, algo de carácter subversivo, talvez. O que acontece aqui são outras situações de algum foro político mas não reivindicativo com violência, são aquelas coisas, manifestações, que hoje em dia todas as sociedades minimamente democráticas têm sempre essas. Mas agora como terrorismo, publicamente não há esse entendimento cá.

5. Que tipo de terrorismo pode ser hoje uma ameaça para Angola (single issue, nacionalistas), na opinião do senhor agente?

Agente: Bem. Nacionalista está fora de questão, porque, bem, há aqui uma verdadeira integração, não há assim movimentos culturais à parte que queiram afirmar-se, e da minha ótica o que nós podemos ter aqui um dia é terrorismo islâmico não na componente de materialização, mas sim como uma espécie de uma base de financiamento. Porque a nossa atividade comercial é uma atividade comercial que ainda foga um bocadinho aquilo que é o controle de Estado, é possível ter aqui um pequeno negócio, ganhar dinheiro e esse dinheiro ser utilizado para financiar o terrorismo. Eventualmente, temos aqui uma comunidade islâmica, não como a de França, mas que já começa a ter algum volume grande de negócios, é só ir aos mártires do Kifangondo, é só ir aqui ao Cazenga ao Hojy ia enda e eles têm cantinas, têm lojas têm armazéns. E

diariamente estamos a falar de milhões e milhões de Kwanzas que são documentados e através do câmbio informal da rua, conseguem converter em dólares esse dinheiro perde-se o rasto completamente.

6. Angola tem condições para dar uma resposta efetiva na luta contra o terrorismo?

Agente: Bem. Nós desde já temos aqui um aspeto que é importante frisar. Nós enquanto polícias temos que estar preparados e temos que ter a formação necessária para detetar precocemente toda a manifestação, todos os atos que possam indiciar terrorismo. Mas há outras figuras de estado que concorrem para isto, que é... vão buscando informação e vão fazendo uma avaliação e o mais importante eu penso que o terrorismo raramente se previne, o terrorismo o que se pode fazer é minimizar os efeitos. Quer dizer, se tivermos minimamente preparados vamos saber como é que vamos nos coordenar. E há uma estratégia que já foi aprovada, penso que há 3 ou 4 meses, que é a estratégia de prevenção e combate ao terrorismo, nunca foi colocada em prática, não há nenhum simulacro, MAS pelo menos já existe, já temos a consciência de que é uma ferramenta importante e necessária. Agora os passos subsequentes, eu penso que também nunca houve um passo a seguir porque o nosso grau de ameaça ainda é muito baixo e estar a definir prioridades como terrorismo quando temos determinadas cifras de criminalidade em determinados bairros vamos estar a investir forças no lado errado, não sei se percebe.

7. Claro. Eu quando estive a pesquisar legislação sobre terrorismo, apenas encontrei legislação sobre financiamento ao terrorismo, não encontrei esse diploma que o senhor agente disse agora. É um diploma que não está previsto que seja de acesso geral?

Agente: Exato. Não é propriamente um diploma, é uma estratégia policial. E uma estratégia policial é sempre algo (pausa) é classificado, é classificado eu penso que o documento é reservado. Entretanto se me perguntar, eu conheço quem participou na elaboração mas penso que contempla aqueles aspetos que são quase universais, porque há estudos, e aquilo que é semelhante em quase todas as estratégias e pronto, de uma forma genérica sem nenhuma

particularidade. Porque é o que eu disse se chegarmos numa estratégia temos sempre uma situação particular, essa situação particular quase não existe.

8. Na sua opinião quais as infraestruturas que poderiam ser alvo de um ataque terrorista em Luanda?

Agente: As infraestruturas que na minha opinião, e a minha opinião vai muito àquilo que é o pensamento da polícia, tanto é que nós nesses locais temos um ou dois efetivos. A ideia não é dar a resposta, mas é que eles possam rapidamente comunicar, de forma a minimizar sempre os efeitos do ataque. Referimo-nos por exemplo ao *active shooter*. Se tiver lá um polícia, o polícia até pode ser ferido, mas imediatamente vamos receber a ocorrência e vamos lá, porque se não estiver lá ninguém até comunicar já pode ter maior número de vítimas mortais ou pessoas feridas. Mas na nossa opinião temos muita atenção ao hotéis, principalmente aqueles hotéis que recebem muitos estrangeiros e pessoal ligado às petrolíferas, que é o caso da total, da Chevron, da BP, são algumas petrolíferas que estão cá e têm pessoal estrangeiro. E sabemos nós que o pessoal estrangeiro, principalmente desses países produtores de petróleo; produtores quer dizer que exploram petróleo; que é a Inglaterra, França, que são também eles os considerados ocidentais e também os tais infiéis, e hoje e em dia falar de terrorismo quase que esgotamos 80% da nossa abordagem só no terrorismo islâmico. Existem outros não islâmicos, mas basicamente quase todos os movimentos ativos têm matriz islâmica: Boko Haram, jihads; jihads não; Estado Islâmico. Quer dizer, não faria sentido se estivéssemos a falar de outro terrorismo que não fosse esse.

9. Ia perguntar-lhe se o Porto de Luanda poderia ser um potencial alvo?

Agente: Podia, podia até porque o Porto de Luanda é uma infraestrutura que concorrem muitas unidades, na minha opinião até tem unidades a mais. Tem uma polícia de proteção portuária, tem o Serviço de informações (que o é tal o SINSE- que é o nosso serviço de informações da república de Angola), tem a polícia fiscal, depois tem a guarda portuária (que é uma empresa de alta proteção), também tem reação armada. Quer dizer, concorrem muitas forças, desde forças de reação a forças de informações, que recolhem informações,

tratam, pesquisam, buscam. Quer dizer, o porto de Luanda basicamente é uma infraestrutura que merece uma proteção não só por causa de ataques terroristas, mas também de ataques contra a segurança de Estado. É muito fácil cortar, nós somos um país que vivemos de importação, tudo entra pelo porto, se quisermos matar à fome os Angolano é só um atentado no porto que inviabiliza a chegada de mercadorias. É uma infraestrutura crítica por excelência.

10. Quem deve atuar em caso de ataque terrorista em solo Angolano? A polícia nacional, as forças armadas ou ambas?

Agente: A polícia nacional. As forças armadas têm uma missão reservada a situações de ataques diretos, ataques à soberania Angolana. Nesses casos de terrorismo nós temos a primeira força que é o comando provincial de Luanda, e nós, a polícia de segurança pública, polícia de ordem pública, em Portugal é a segurança pública aqui é a nossa polícia de ordem pública, somos os elementos que estamos na rua 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias ao ano. E somos nós os primeiros a espoletar todos os protocolos. Temos forças especializadas que também são forças do sistema de segurança pública, de ordem pública, temos uma unidade de contraterrorismo, é uma força especializada mas ela não está na rua 24 horas, quer dizer que numa primeira fase é a polícia territorialmente competente, que é o comando de Luanda aqui nestas instalações onde a senhora está, que tem as suas sub unidades disseminadas por toda a província de Luanda. Entretanto mediante protocolo chegamos à conclusão de que estamos perante um ato terrorista aí sim vêm as forças de intervenção tática que então dependem não de Luanda, mas do comando geral. Através da nossa direção de operações eles acionam o comando geral, direção de operações, que autoriza a descida dessa força. É uma força já... que a sua intervenção não é imediata, leva algum tempo, está de prontidão, mas a mobilização, a chegada ao local, a resposta, quer dizer que nós não podemos descuidar que a primeira resposta, temos que preparar os nossos agentes que estão diariamente na rua para que eles possam fazer a intervenção primária.

11. Sobre a frase “não se negoceia com terroristas”, qual a sua opinião?

Agente: Nós ainda temos aqui uma questão muito... temos uma veia castrense muito muito acentuada. Aqui muitas das técnicas utilizadas pelas polícias ocidentais que têm aquela questão dos direitos humanos, liberdades e garantias salvaguardadíssimas, que esgotam-se todos os recursos. Nós ainda temos aquela veia muito castrense que nós, a questão aqui é a segurança a autoridade do Estado, essa é que a é a primeira a ser salvaguardada. Quer dizer, a atuação é exagerada mas é um bocadinho aquilo que... é um bocadinho tolerância zero para situações de violência que põem em causa aquilo que é a construção do estado Angolano, que todos aqueles senhores que participaram ainda estão vivos e não querem correr riscos. E se aqui houvesse qualquer situação em que a negociação pudesse fragilizar a autoridade imposta do Estado, eu acho que não se pensaria duas vezes e tomava-se logo uma atitude enérgica.

12. Os níveis de pobreza em Angola, agravados pela atual crise económica, podem ser um fator que contribua para o recrutamento de cidadãos Angolanos para grupos terroristas?

Agente- Bem, nós aqui a nível de cidadãos Angolanos, falando daquilo que é a experiência que temos eu considero que não. Eu considero que não porque dizer que o recrutamento está associado à pobreza seria do meu ponto de vista, da minha experiência algo que eu não concordaria, porque a maior parte do recrutamento tem sido feito em países ocidentais e pessoal com um nível de vida relativamente satisfatório. E basicamente cá em Angola, há aqui alguma promiscuidade em termos de negócios, entre algumas pessoas que possam estar orientadas para o radicalismo Islâmico, mas é só mesmo uma questão de negócio. Quer dizer, são capazes de negociar com uma pessoa que tenha essa inclinação sem nunca no entanto partilhar a ideologia, porque cá é muito difícil nós vermos Angolanos que se aculturaram com determinados povos que estão aqui e que têm a sua ideologia religiosa muito associada a questões islâmicas temos muito poucas situações. Quer dizer que eles vêm cá é mais fácil aculturarem-se do que nós nos convertermos, e ainda que eles consigam exercer alguma influência por causa do seu poder económico, mas nunca conseguem estender para o poder ideológico. É mais ou menos isso. Eu acho que a atual

crise, a pobreza, nada influenciou, nada contribuiu para alguma manifestação de adoção alguma ideologia terrorista. A pobreza aqui não é uma coisa nova e fala-se de crise mas as pessoas que estão afetadas pela crise são as mesmas que sempre tiveram. Há aí uma classe média que diminuiu o seu poder... Bem, nós ainda não tivemos nenhuma manifestação quanto a este aspeto.

13.O fenómeno terrorista tem um fim à vista?

Agente: Cá ainda não começou.

14.E no panorama global qual a sua opinião?

Agente: Enquanto existir sociedades, enquanto existir culturas isso não terá fim.

15.Muito obrigada, a sua entrevista foi um grande contributo. Agradeço imenso.

Agente: Espero bem que sim.

Entrevista 2

Local: Luanda

Data: 19 de Dezembro 2016

1. A literatura sobre o terrorismo em Angola remonta-nos ao período da guerra colonial. Quer isto dizer que após a independência o terrorismo deixou de existir em Angola?

Agente: Eu diria que se calhar após a independência as atenções ficaram voltadas para os problemas de guerra que se vivenciou, e deixou-se de escrever ou abordar sobre esta temática, mas é verdade que, a verdade é que o próprio contexto de guerra em si já muitas vezes fez referência que em alguns pontos houve ações terroristas que foram lá utilizados, quer de um lado quer do outro lado. E inclusive está registado a nível, por exemplo, das Nações unidas situações mesmo... que configuraram atos terroristas, como é o caso, houve uma ação durante a guerra, que é uma ação contra o comboio do Zenza do Itombe. Esse comboio foi uma sabotagem na linha férrea e acabou por destruir o comboio e ceifou elevadas vidas humanas. Isso foi durante a guerra, e foi considerada mesmo pelas nações unidas uma ação terrorista. Mais recentemente, por exemplo, o atentado contra os jogadores de uma seleção africana que vinham para o CAN de 2010 em Cabinda também foi considerado como uma ação terrorista. Portanto julgamos que, as ameaças continuaram, deixou-se é de se prestar atenção em termos de literatura nesse sentido, mas não deixou de existir.

2. Nesse ataque que o senhor comissário fala os terroristas eram nacionais?

Agente- O problema... aquela situação que se vive lá em cabinda, que se viveu em cabinda principalmente da FLEC. A FLEC é uma organização que reclama o conclave, para a independência do conclave, apesar dos vários

acordos que já chegou com o governo, com o executivo, ainda assim algumas alas descontentes continuam a semear ações de guerra, e que em alguns aspetos ao nível internacional são consideradas como ações terroristas, porque havia uma atividade internacional que é os jogos africanos e essa célula da FLEC atacou, portanto, o que a nível internacional foi considerado como um ato terrorista.

3. O terrorismo deve ser uma verdadeira preocupação para os africanos?

Agente: Assim como é uma preocupação para todo o mundo, também o é para os africanos. Aliás, eu acredito que deve ser muito mais para os africanos. Porquê? Porque se olharmos bem para as estatísticas, para as ocorrências que se registam a nível do mundo no que tem a ver com terrorismo há muito mais atos terrorista e muitas vidas que são ceifadas em África do que na Europa, do que nos Estados Unidos, do que na América em si e noutras partes de mundo. Juntando todas as outras partes do mundo nem sequer chega a um terço daquilo que ocorre em África. Portanto, o terrorismo é mesmo um grande problema para o continente africano. Principalmente a nível da parte mais ocidental, da África central, e também constitui uma preocupação já para a África subsariana onde Angola está inserida na África Austral.

4. Que tipo de terrorismo é hoje uma ameaça para Angola? (single issue, matriz islâmica, separatista).

Agente: Penso eu que é essencialmente a de matriz islâmica, porque hoje notamos já aqui em Angola a disseminação das seitas religiosas e islâmicas. Há uma grande apetência de vinda de cidadão desses países islâmicos aqui em Angola. Têm estado a montar as suas seitas religiosas, têm estado a professar essas seitas, têm estado a cada vez mais ter que puxar os nossos concidadãos para essas seitas, e isso preocupa. E em alguns casos muitos desses cidadãos estão a acasalar-se, estão quer a amigar-se a casar-se com as nossas concidadãs, e muitos desses filhos têm uma educação eminentemente islâmica. O que preocupa para o futuro. E muitos desses casos, pelo menos do que se sabe é que nascem cá depois são levados para o exterior do país, aos seus países, onde têm uma educação/uma instrução eminentemente islâmica, e se

calhar no futuro quando regressarem para cá têm a nacionalidade Angolana mas não têm o pensamento de Angolano. Então constitui de facto um perigo para a nossa sociedade.

W- Mais do que o separatista em Cabinda? Falando do caso de Cabinda.

Agente- O caso de cabinda é realmente um caso à parte. Há de facto esta ala separatistas, mas trata-se já de uma situação controlada pelo menos, porque a parte mais visível desta ala separatista está a trabalhar com o próprio executivo. As atenções estão voltadas para a ala pequena radical desta parte, que julgamos que em breve a situação poderá estar resolvida.

5. Angola tem condições para dar uma resposta efetiva na luta contra o terrorismo?

Agente: Angola está a procurar preparar-se em termos de medidas de prevenção para poder estar a altura de dar resposta a essas situações. É verdade que ainda não tem todas as condições necessárias para tal. Há muitas vulnerabilidades, há muitos aspetos negativos, mas a nível das forças de defesa e segurança têm estado a [impercetível] algumas ações, [impercetível] alguns planos pelo menos em termos de acompanhamento dessas seitas religiosas, de alguns indivíduos indiciados internacionalmente, para que eventualmente se ocorrer alguma coisa possam dar alguma resposta. A verdade é que, nem todos penso eu, ninguém está preparado para combater o terrorismo, mas se ocorrer devemos sim saber dar alguma resposta, quer para prevenção, quer para reprimir estes ilícitos.

6. Existe alguma estratégia contrterrorista em Angola, para além das medidas previstas na legislação sobre o financiamento ao terrorismo?

Agente: Bom, para além das medidas previstas sobre o financiamento de terrorismo em tempos por orientação dos chefes de Estado e do Executivo foram orientadas as forças e serviços de segurança, estamos a falar neste caso dos órgãos internos do ministério do interior: polícia nacional, serviço de investigação criminal e também os serviços de informações (SINSE e os serviços de

informação externa); para juntos constituírem um task force do combate ao terrorismo. Ou seja esses órgãos estão unidos e têm estado a trabalhar, quer no âmbito da pesquisa/busca de informações para a orientação dos órgão afins no terreno, e ultimamente tem estado também definido uma estratégia operacional de prevenção e combate ao terrorismo, que aos poucos vai-se procurando materializar, embora haja poucos recursos para tal, mas tem-se estado a fazer um esforço para formar as forças neste âmbito, quer no âmbito teórico, quer na vertente prática, principalmente as forças especiais, para que possam prevenir e em caso de alguma ocorrência saibamos como intervir.

7. Na sua opinião quais as infraestruturas que poderiam ser alvo de um ataque terrorista?

Agente: Qualquer ação terrorista, normalmente, e não temos dúvidas que aqui em Angola também poderia ser o mesmo, visam normalmente as grandes infraestruturas como o aeroporto, por exemplo, as grandes superfícies comerciais. Já em tempos houve uma ameaça que foi [impercetível] a nível internacional nas nossas superfícies comerciais como o Xiami, belas shopping e prestámos atenções a estas áreas. E também algumas embaixadas dos países que normalmente, a nível da Europa e da América, combatem o terrorismo. Estamos a falar da França, da Rússia, dos próprios Estados Unidos da América, pensamos que estas são as grandes infraestruturas que merecem e têm estado a merecer a atenção das autoridades.

8. Quem deve atuar em caso de ataque terrorista em solo Angolano? A polícia nacional, as forças armadas ou ambas?

Agente: Na verdade todos nós devemos atuar contra o terrorismo, mas numa primeira instância, numa ação imediata, em função da escalada da situação, mas num primeiro momento são as forças mais ligadas à atividade de manutenção da ordem pública (que neste caso é a polícia nacional, o serviço de investigação criminal). E dentro da polícia nacional temos uma força especializada para tal que é a unidade anti crime, temos também a unidade anti distúrbio. E com as forças de informação estas são a primeira linha para a prevenção e combate ao terrorismo, só em caso de uma escalada elevada,

obviamente é que se deverá solicitar o reforço das outras forças como as forças armadas e [impercetível].

9. Sobre a frase “não se negoceia com terroristas”, qual a sua opinião?

Agente: Nós acreditamos que o terrorista nunca está disponível para negociar. O terrorista, ele está preparado para morrer. O objetivo dele é morrer, porque aliás a morte é o grande prémio dele, porque ele terá o seu prémio, como se diz, como consta nas promessas deles, caso morra. Então julgamos que o que se deve fazer é mesmo trabalhar para prevenir e combater o terrorista ou o terrorismo.

10. Os níveis de pobreza em Angola, agravados pela atual crise económica, podem ser um fator que contribua para o recrutamento de cidadãos Angolanos para grupos terroristas?

Agente: É verdade. Este é uma das grandes vulnerabilidades, infelizmente, que temos. De facto esses níveis de pobreza, essa tendência também de revolucionários, pode certamente, constituem uma fraqueza para alguns cidadãos, para que sejam recrutados para ações terroristas. De facto temos de prestar atenção a esta situação, melhorarmos a situação da pobreza para que não seja a maior parte recrutada para [impercetível].

11. O fenómeno terrorista tem um fim à vista?

Agente: Pensamos que relativamente à questão do terrorismo, na minha opinião só se houver uma mão invisível, uma mão muito milagrosa para que haja um fim à vista tão visível. O que resta é continuar-se a estudar, continuar-se a apelar às autoridades, porque o problema do terrorismo é eminentemente político. Julgamos que tem que ser na senda internacional, do poder político internacional que se deverá discutir esses assuntos. Para se no futuro, se calhar longínquo se possa ter alguma luz, mas muito sinceramente acreditamos que só com uma mão invisível poderemos dizer, pensarmos num fim muito próximo do terrorismo.

12. Por último. Gostaria de saber o que é que na sua opinião atrai os terroristas para Angola?

Agente- na nossa opinião julgo que não há assim tanta evidência dos terroristas serem atraídos para realizarem ações em Angola, mas sim do país Angola ser utilizado como ponto, como foco de realização dos seus objetivos, para que possam realizar ações terroristas noutros pontos. Como é a situação do financiamento de capitais, o tráfico de armas, o tráfico de seres humanos, o recrutamento de pessoas. Porque dado as vulnerabilidades que temos, quer a nível da fronteira, quer a problemática da pobreza de que já fez referência e outros, somos alvos fáceis para passagem e recrutamento de cidadãos eventuais para atos terroristas.

13. Muito obrigada, a sua entrevista será decerto um contributo para o nosso estudo.

Agente: Muito obrigada e sucessos.

Entrevista 3

Local: Luanda

Data: 19 de Dezembro 2016

1. A literatura sobre o terrorismo em Angola remonta-nos ao período da guerra colonial. Quer isto dizer que após a independência o terrorismo deixou de existir em Angola?

Agente: Eu acredito que sim. Eu acredito sim, porque as ações criminais mais parecidas com o terrorismo aquela... por trás alguma coisa... para além da criminalidade comum. Não há ações mesmo diretamente voltadas para o terrorismo.

2. O terrorismo deve ser uma verdadeira preocupação para os africanos?

Agente: Eu acredito que sim. Eu acredito que sim porque depois da vaga que a Europa vive nesse momento em termos de terrorismo, e com alguns países africanos a apoiarem a atitude que a Europa tem tido contra os terroristas, estes poderão voltar as suas baterias para alguns países africanos que tenham apoiado os países europeus.

3. E para os Angolanos em particular? Deve ser uma preocupação?

Agente: Eu acredito que sim. Eu acredito que sim, que para Angola deve ser uma preocupação maior em relação aos outros países, porque se nós formos ver Angola é um dos países africanos com menos ligação ao Islão, e o terrorismo atualmente falado no mundo é o terrorismo islâmico. Angola é um dos países com menos ligação ao islão e talvez por isso seja um alvo dos terroristas nos próximos anos.

4. Que tipo de terrorismo é hoje uma ameaça para Angola? (single issue, matriz islâmica, separatista)

Agente: Eu acho que a ameaça para Angola é essencialmente o terrorismo islâmico, porque nós demos abertura já há vários anos. Os islamitas

vêm para aqui para Angola, casam-se com as Angolanas, levam os seus filhos para os seus países, e essas crianças são Angolanas. E... estamos aí já quase a completar que a primeira geração dos que foram saindo de Angola em grande escala devem estar a atingir agora a maior idade. E quando eles regressarem para cá terão alguma dificuldade em ser aceites pela população Angolana. E esta nossa atitude perante os cidadãos Angolanos que virão já muçulmanos poderá trazer um certo atrito e teremos aqui alguns atos de terrorismo.

5. Angola tem condições para dar uma resposta efetiva na luta contra o terrorismo?

Agente: Nós temos... estamos bem equipados, temos unidades para este efeito, mas ainda nos falta alguma coordenação entre as diversas forças que devem atuar em caso de uma ação terrorista. Estamos a falar principalmente da policia de intervenção rápida, serviços de investigação criminal, serviço de emergência médicas, os bombeiros. Se acontecer um atentado terrorista eles vão chegar ao local, uns mais rápido do que os outros. Não há ainda, eu penso que, entre essas forças que devem ir a um ato terrorista ainda não há um protocolo de atuação nesses eventos. Acho que nós devemos rapidamente trabalhar nisso.

6. Existe alguma estratégia contrterrorista em Angola, para além das medidas previstas na legislação sobre o financiamento ao terrorismo?

Agente: O ministério do interior, no ano de 2005...2015... princípio de 2015 final de 2014, quando começaram esta nova vaga de terrorismo na Europa, o ministério do interior em colaboração com as demais forças de defesa e segurança do país traçaram estratégias de formas a estarmos prevenidos que isto a qualquer momento pode acontecer aqui, e conseguirmos reagir rapidamente, tanto para prevenir que não aconteça, então se acontecer rapidamente diminuir os efeitos.

7. Essa estratégia não está exposta? Não é de acesso público?

Agente- Não não, é um documento restrito.

8. Na sua opinião quais as infraestruturas que poderiam ser alvo de um ataque terrorista?

Agente: Depende muito do motivo... Depende muito do motivo. E se falarmos em terrorismo feito por Angolanos, estamos a falar Angolanos de nacionalidade, poderia ser qualquer instituição que os rejeitasse cá em Angola, qualquer instituição podia ser alvo. Estamos a falar em instituições estatais, privadas... qualquer instituição podia ser alvo, fundamentalmente também as unidades da polícia nacional ou das forças armadas.

9. O porto de Luanda pode ser considerado um potencial alvo?

Agente: Todos... Todos os objetivos económicos estratégicos, quando estamos a falar de terrorismo são potencial alvo.

10. Quem deve atuar em caso de ataque terrorista em solo Angolano? A polícia nacional, as forças armadas ou ambas?

Agente: Eu acho que devem trabalhar em conjunto. Devem trabalhar em conjunto sempre que houver uma ameaça mesmo, ou um ato consumado de terrorismo devem atuar as duas forças em conjunto.

11. Ao mesmo tempo?

Agente: Sim, em coordenação. Por isso é que eu falei antes que deve haver um treino de, em caso de haver, como é que vão intervir.

12. Sobre a frase “não se negoceia com terroristas”, qual a sua opinião?

Agente: Eu concordo, concordo plenamente. Eu concordo plenamente que contra o terrorismo a luta deve ser universal. E se houver algum Estado que... der um passo para trás, poderá ser um furo na peneira que o mundo global pretende dar contra a resposta contra o terrorismo.

13. Os níveis de pobreza em Angola, agravados pela atual crise económica, podem ser um fator que contribua para o recrutamento de cidadãos Angolanos para grupos terroristas?

Agente: Não. Eu acredito que não porque se nós estivermos a falar em terrorismo de matriz islâmica é muito difícil porque a nossa maneira de ser e de viver choca muito com os costumes do Islão. Agora se for terrorismo por uma outra causa, uma causa política, ou uma outra que agora não podemos prever, eu acho que é possível.

14. Mas costuma-se dizer que toda a gente tem um preço. Por isso é que eu lhe pergunto se a crise e a pobreza que impera não será motivo de aliciar os Angolanos que vivem na pobreza? Ainda assim continua achar que...

Agente: Eu acho que não, acho que não. Os Angolanos que vivem na pobreza poderão ingressar para o crime organizado, é mais por aí, do que para o terrorismo.

15. O fenómeno terrorista tem um fim à vista?

Agente: Não a curto prazo, na minha opinião não a curto prazo, porque as fontes do terrorismo têm... como é que eu hei-de dizer... têm uma base muito fixa, muito assente, já bem enraizada com forte financiamento, grandes extensões territoriais sobre o seu controlo... E ainda não sei como será, se no futuro vamos ter dois mundos: um mundo islâmico e outro mundo não islâmico; ou vamos conseguir viver sem terrorismo nas duas faces da moeda.

16. Agradeço imenso. Certo que a sua entrevista será um contributo para o nosso estudo

Agente: Sim senhora.

Entrevista 4

Local: Luanda

Data: 20 de Dezembro 2016

1. A literatura sobre o terrorismo em Angola remonta-nos ao período da guerra colonial. Quer isto dizer que após a independência o terrorismo deixou de existir em Angola?

Agente: Não. De sobremaneira. Após o período da independência o terrorismo não deixou de existir em Angola. Poderá haver é uma quebra de tendência investigativa por parte dos nossos operacionais e estudantes universitários no que concerne às ciências policiais principalmente, e às ciências jurídicas estão sempre apoiadas, ou em que normalmente se apoiam as ciências policiais. Mas, quando falamos do terrorismo Angola não é propriamente um país com muitas ameaças terroristas. Se calhar por este motivo é que não tendemos estudar muito estas matérias. Mas com o surgimento e a eclosão de alguns focos terroristas de alguns países, principalmente do oeste africano já é tendência os angolanos começarem a estudar estas matérias. O que quer dizer que daqui adiante teremos mais matérias e mais subsídios para darmos acerca dessa questão.

2. O terrorismo deve ser uma verdadeira preocupação para os africanos?

Agente: Com certeza. Não só para os africanos em particular, mas para o mundo em geral. Mas especificamente para os africanos sim, porque nós temos visto que o terrorismo tem estado a progredir e principalmente nos países africanos muçulmanos, que professam o Islão, mormente com o surgimento das chamadas primaveras árabes, isso desencadeou uma série de ataques terroristas em várias partes do mundo. O que quer dizer que África neste momento é um alvo potencial de ameaças terroristas e que as forças policiais de países africanos devem estar atentas e criar mecanismos de prevenção, falo de unidades antiterroristas e de repressão falando já da própria atuação no cenário de um atentado terrorista, que é o contraterrorismo.

3. E em Angola? Devemos estar preocupados?

Agente: Essa pergunta é um bocadinho ambígua. Podemos, mas não devemos. Podemos estar preocupados porquê? Porque somos africanos e uma vez que as primaveras árabes associadas a regimes políticos e alguma desobediência civil trouxeram atos de terrorismo a alguns países africanos, é possível que possa ocorrer em Angola. Mas determinados estudos realizados pela nossa inteligência policial determinaram que Angola não é um país sob ameaça terrorista. Por este motivo podemos dizer que pode acontecer, mas não é efetivamente uma ameaça no momento.

4. Esses estudos são de carácter público?

Agente: Esses estudos são de carácter operacionais, carácter operacionais.

5. Que tipo de terrorismo é hoje uma ameaça para Angola? (single issue, matriz islâmica, separatista).

Agente: Se pudermos adivinhar uma ameaça ou indicar uma ameaça efetiva para Angola seria de cariz, como disse, muçulmano, é isto?

6. De matriz islâmica.

Agente: Matriz islâmica, mais propriamente o islão radical, que é o islão... xiita. O islamismo xiita que são os radicais. Porque se acompanhou notícias internacionais, estamos a falar de 2012, período de 2012, houve várias manifestações em embaixadas estrangeiras, mormente a embaixada angolana na Inglaterra em Londres por causa de até agora Angola não ter legalizado o Islão no nosso território. Existem as mesquitas, eles rezam, mas a religião islâmica ainda não é por lei legalizada. Por esse motivo, talvez, o islão, e se calhar o islão xiita que é o radical poderia daí advir as nossas principais ameaças.

7. E qual seria a lei que iria aprovar? É a constituição que tem que aprovar?

Agente: Não, isto tem que ver com leis próprias ou legislação própria do ministério da cultura.

8. Quer dizer então que o estado angolano tem uma religião oficial?

Agente: Não temos uma religião oficial. O estado angolano é um estado laico. Mas qualquer uma religião para poder professar a sua fé em território angolano deve estar previamente autorizada.

9. Angola tem condições para dar uma resposta efetiva na luta contra o terrorismo?

Agente: Eu penso que sim. Temos... foi concebido bem recentemente, o plano nacional de prevenção e combate ao terrorismo. Foi concebido pelo posto de comando central da polícia nacional e aprovado superiormente, isto é: comando geral e ministério do interior. E foi difundido em todos os comandos provinciais do país e direções operacionais. E por outro lado temos a nossa unidade especial antiterrorista que é uma unidade que funciona na dependência da polícia de intervenção rápida. Temos operacionais capacitados, com altos níveis de treino e de exigência laboral, é a nossa unidade de elite que é a unidade anti terror. E tenho a plena certeza que os nossos operacionais anti-terroristas têm capacidade humana, técnica e operacional pra dar resposta a qualquer situação de ataque terrorista que possamos ter aqui em solo nacional.

W- Quem deve atuar em caso de ataque terrorista em solo angolano?

A polícia nacional, as forças armadas ou ambas?

Agente: Prima facie atua a polícia nacional sem desprimorar o princípio da territorialidade ou daquele que tem o conhecimento da ação. Se as forças armadas tomarem conhecimento de uma ação terrorista e não se fizer presente a polícia nacional atua como primeira força no local. Em um caso normal atua a polícia nacional, e se a gente precisar em termos de colaboração atuamos com as forças armadas que aparecem como força de apoio e obedecem às ordens do comandante do policiamento, que nesse caso seria o comandante da polícia que está a comandar as forças no local.

10. Sobre a frase “não se negoceia com terroristas”, qual a sua opinião?

Agente: Eu penso que a frase é clara, MAS devemos avaliar os cenários. Devemos avaliar os cenários e devemos ter bons profissionais de negociação,

porque a negociação tem uma finalidade, é esgotar até ao fim, até ao ultimo limite os âmbitos do terrorista, e nós fazemos o nosso papel e basicamente nós estamos a negociar com eles. Estamos a ganhar tempo. Estamos a ganhar tempo pra quê? Para neutralizarmos a nossa ameaça, recuperarmos os nossos reféns e se for o caso, determos ou reprimirmos com força se necessário for.

11. Os níveis de pobreza em Angola, agravados pela atual crise económica, podem ser um fator que contribua para o recrutamento de cidadãos angolanos para grupos terroristas?

Agente: Efetivamente. Efetivamente que sim. É uma situação que foi tida em conta na elaboração do nosso plano nacional de prevenção e combate ao terrorismo, mas que não tem que ver propriamente com a atuação policial. Isto já tem que ver com políticas publicas de segurança, desde a sua própria conceção e até com a parte mais governativa da conceção dos orçamentos e a distribuição dos rendimentos. Tem sim que ver.

12. Na sua opinião quais as infraestruturas críticas que poderiam ser alvo de um ataque terrorista em Angola, mais propriamente em Luanda?

Agente: Tendo em conta aquilo que poderiam ser as nossas ameaça efetivas eu posso lhe já avançar a embaixada do Estado Unidos da América no Miramar. Poderia avançar também um dos centros comerciais da cidade que são lugares de grande afluência populacional e principalmente, ou maioritariamente estrangeiros aos finais de semana. E o nosso aeroporto internacional 4 de Fevereiro. Numa escalada poderia colocar a embaixada dos Estados Unidos, aeroporto e qualquer uma das nossas superfícies comerciais, principalmente na capital do país. Sem descurar os outros pontos porque tratam-se de locais com menos densidade populacional, com menos poder de aquisição das populações, o que de certa forma inibe a prática de atentados terroristas.

13. O que pode atrair terroristas a Angola?

Agente: Angola porque é um país acolhedor e que infelizmente temos grandes debilidades na gestão e controle das nossas fronteiras terrestres, o que pode trazer ao nosso país qualquer cidadão que tenha interesses menos

benévolos. E, por outro lado porque a própria estrutura financeira e política do país permite que determinados cidadãos nossos virem-se ao próprio regime atual e tenham ímpetos terroristas.

14. O fenómeno terrorismo tem um fim à vista?

Agente: Não. Eu penso que não. Eu penso que o terrorismo não tem um fim. Podemos é unir esforços no sentido da prevenção do terrorismo e de criarmos unidades capazes de reprimir sempre e de forma eficaz quaisquer ataques terroristas que possam efetivamente acontecer. Mas não vejo um fim à vista porque o terrorismo é um fenómeno à escala mundial, e estamos a falar muitas das vezes de interesses supranacionais. Se me perguntasse: o terrorismo pequeno, o terrorismo chamam de miúdo, as bagatelas? Estes sim, eu poderia dizer que sim, mas o terrorismo transnacional, este ainda vamos ter que levar com ele por muito tempo.

Entrevista 5

Local: Luanda

Data: 20 de Dezembro 2016

Agente: Em Angola tem uma polícia, uma polícia formada para combater o terrorismo. Deves saber qual.

1. A anti terror.

Agente: Sim. O problema é que anti terror é diferente de contra terror. Se calhar é a forma como se concebeu essa polícia, ou se calhar é apenas uma questão de conceito. Se tu reparares, pra analisar o conceito vês que há uma diferença entre contra terror e anti terror, mas quem criou a polícia não parou pra pensar nisso. É uma questão prática e essa polícia responde tanto para prevenção como pra repressão, então está lá a polícia antiterrorismo pra esse tipo de casos. O terrorismo é um ato de guerra e as forças armadas também estão preparadas para isso, dependendo da situação as forças atuam. Eu acho que por uma questão de prática, por uma questão de hábito mesmo, nós não estamos preparados pra combater o terrorismo moderno. É só imaginares se a forma como... o tipo de reação a que um ato de terrorismo suscita é demasiado exigente para a nossa realidade. Nós temos casos (e eu sou polícia a dizer isto) isso é verdade; nós temos casos bem mais simples, casos de resolução rápida e simples, de ataques de um grupozinho de bandidos, mal resolvidos. Imagina um ataque terrorista que mata 40 ou 100 pessoas numa explosão de bomba, em que o agressor foi um homem bomba. Um grupo qualquer vai reivindicar o ataque, como é que nós partimos pra chegar a esse grupo. Nós estamos acostumados com investigações criminais baseadas em provas palpáveis, nós temos problemas de [impercetível], em Angola temos problemas de base de dados. A identificação do modus operandi de grupos terroristas nós não temos, nem temos tido interesse porque nunca sofremos um ataque. Nós não temos por exemplo uma base de dados em que podíamos recorrer se ocorresse um ataque. Ok: como é que foi perpetrado o ataque? Houve bomba? Que tipo de bomba?

Como é que foi montada a bomba? Ok, essa é a identidade, por exemplo, do DAESH. Nós não temos isso. Nós tínhamos que esperar que uma célula reivindicasse o ataque, se não reivindicasse nós ficávamos às escuras. Existe sim uma força preparada pra combater o terrorismo em Angola, mas por questões de experiência, por questões de hábito, porque nós estamos preparados a combater crime de média escala, a nossa força não está propriamente preparada para combater o terrorismo. Temos um monte de teoria, temos a diretiva de combate ao terrorismo criada no posto de comando central, muito bem criada, mas o terrorismo é uma questão prática e infelizmente há situações que é preciso viver. Eu acho que nós era necessário que participássemos mais em forças conjuntas de combate ao terrorismo pra trazermos para Angola experiencias de países, forças anti terror que estiveram no terreno, terrenos hostis, combateram o terrorismo propriamente dito, eu acho que isso é necessário.

2. Quando me diz “novo terrorismo”, o que é que quer dizer com isso?

Agente: As coisas mudaram. Hoje uma arma biológica causa mais danos que uma bomba. Se não for uma bomba atômica, uma arma biológica causa mais danos que uma bomba, porque causa mortes em cadeia, por contágio. Se te lembrares em termos de epidemia, acho que o cenário mais grave que Angola teve penso ter sido em 1999/2001, houve a febre hemorrágica do Marburgo no norte do país que foi um caos. Eu até creio que aquele vírus tinha em si um tempo de vírus, que nós não vencemos o vírus. O vírus em si tinha um tempo de vida e terminou o ciclo de vida e morreu, e as mortes pararam. Porque não paravam. Nós não fomos capazes de dar uma resposta à altura da necessidade. Imagina uma arma biológica colocada intencionalmente pra causar morte [impercetível]. Nós hoje em Angola não temos sequer noção que existe um terrorismo informático. São coisas que nós nem estamos preocupados. E são vulnerabilidades. Nós estamos expostos. Se alguém quisesse de facto nos atacar, nós estamos expostos. Então esse é o novo terrorismo a que me referia: as armas biológicas, os ciber ataques e por aí fora.

3. E quem seriam os atores desse novo terrorismo? Qual seria a causa que eles defendem? Seria Radicalismo islâmico? Single issue? Separatista?

Agente: Nós já tivemos quase problemas com essa gente, os islâmicos. Se te lembras em 2011 a ministra da cultura decidiu que devia se fechar as igrejas muçulmanas em Angola. Houve manifestações islâmicas nas embaixadas de Angola de países com grande população islâmica. Há vídeos na internet por acaso, devias dar uma olhada, em que eles declaravam guerra em Angola, com faixas escritas “Angola inimiga do Islão”. Não sei porquê, e eu aplaudi, talvez por isso, Angola voltou atrás na decisão de fechar as igrejas islâmicas em Angola e aquilo passou, mas é grave. Então são esse tipo de situações, decisões que ferem a moral deles, decisões que foi por exemplo o apoio a um exército de combate ao terrorismo por exemplo. E nós estamos muito próximos da Nigéria, e agora até estamos nos Grandes lagos, isso vai atraindo, uma coisa atrai a outra. Os Boko Haram agora parece são uma célula do grupo radical do autodenominado estado islâmico, e estão aqui bem próximo.

4. Na sua opinião quais seriam as infraestruturas críticas que poderiam ser alvo de um ataque terrorista?

Agente: Podiam ser alvo como? De interesse ao terrorismo ou de fácil acesso?

5. Se se pusesse no lugar de um terrorista que locais pensaria atacar?

Agente: Assim acabo por dar ideia aos terroristas. Nós em Angola festejamos por tudo. Nós em Angola damos shows em estádios. As igrejas são templos enormes e se tu detonas uma bomba com potência suficiente para causar dano num raio de 200 metros numa igreja universal num dia de culto, aqueles cultos grandes, tu matas umas 500 pessoas, numa assentada.

6. E acha que as mortes dessas 500 pessoas, sendo só Angolanas, importa à imprensa internacional?

Agente: E como! Porque o que está em causa, normalmente nesses casos, é a capacidade dos Estados manterem a integridade do seu território.

Isso importa muito a Angola porquê? Porque até agora, principalmente depois da paz, Angola tem mostrado uma certa robustez militar a ponto de apoiar os outros Estados na manutenção das suas soberanias, da integridade territorial, e se isso acontecesse em Angola provavelmente teria manchado todo esse percurso que Angola fez de 2012 a 2016. Que se calhar incluindo os 30 anos de guerra, pra justificar a guerra, ficava manchado.

7. Acha que depois da independência, depois de 75, continua a existir terrorismo em Angola? É que na literatura que se encontra só se fala de terrorismo antes de 75.

Agente: Eu acho que temos que ter em conta: terrorismo em que sentido? Porque se há células terroristas em Angola, hibernadas, isso é uma coisa. Agora se há atos terroristas perpetrados em Angola também é outra coisa. O que é que queres focar?

8. Quero saber se na sua opinião existe terrorismo em Angola depois de 75. Porque a literatura não cita, parece que Angola ou fechou os olhos ou realmente não existe nenhuma ameaça.

Agente: Existe ameaça. Ameaça existe sempre. Até os países mais poderosos têm. E essa é a razão que justifica a existência dessa forças preparadas para combater o terrorismo. Então ameaça existe sempre. Isso é inevitável. E talvez depois de 1975 maior, porque um estado que se declara soberano, estabelece limites à sua fronteira, estabelece normas de migração, um estado que se quer afirmar no plano internacional incomoda. E o terrorismo surge exatamente na base daquilo que eu disse: intolerância. A não aceitação de posições contrárias às suas, o radicalismo surge. Naquele período, num período anterior à proclamação das independências o terrorismo surgia por outras bases, nessa altura o terrorismo surge à base de radicalismo, falta de tolerância desses grupos leva ao terrorismo, então os estado soberanos são propensos a isso, não se pode tirar essa possibilidade.

9. Sobre a frase “não se negoceia com terroristas”, qual a sua opinião?

Agente: Os Estados são sujeitos racionais, são governados por pessoas, e passam essa racionalidade do ser humano ao Estado enquanto ator do sistema internacional. E pessoas racionais não conseguem. Não negociar com o terrorista é criar a guerra de forma perpétua, porque existirá sempre terrorismo, o que estará em causa é a forma como se articulam os mecanismos de prevenção e combate, e combater nem sempre é pegar em armas e aniquilar o adversário, muita das vezes combater é convencer o adversário de que ele está errado e existe uma posição melhor de alcançar os seus objetivos e a negociação nos permite isso.

10. E será que é possível negociar com um radical, com um extremista, uma pessoa que tem as suas ideias tão fixas. É possível negociar com uma pessoa assim?

Agente: Ele é extremista, ele é radical, e o problema dos radicais islâmicos é precisamente a forma como veem os outros povos. Então é muito difícil. Eu pessoalmente não arriscaria, mas era bom que houvesse, era bom que houvesse a possibilidade de negociação porque há muito vida em causa. Se tu vires a forma como os grupos extremistas fazem recrutamento é por manipulação. Tu és induzido de tal forma que passas a crer numa doutrina radical cuja origem desconheces. Esse indivíduo foi manipulado para estar disposto a morrer por uma causa que não lhe beneficia em nada e quem vai lhe matar sou eu, por exemplo. Não era bom que se pudesse recuperar esse indivíduo?

11. Mas perante uma sala com 500 pessoas e um indivíduo disposto a morrer, vamos negociar com eles?

Agente: Não. Isso é um outro caso. Ainda que for apenas uma pessoa. uma vida é igual a outra vida, isso está claro, mas um civil desarmado tem mais direitos que um radical armado. Tem no sentido em que em legítima defesa atacasse sempre o agressor. Eu sou polícia, estás neste momento a ser atacada por um terrorista armado, a vida a ser protegida é a tua.

12. Os níveis de pobreza em Angola aumentaram com esta crise. Isso pode ser fator que alicie os terroristas a vir recrutar cidadãos Angolanos?

Agente: Sim, teoricamente sim, porque é uma questão de alternativas, e isso é um ponto fraco. O facto de não haver muitas alternativas para determinados grupos sociais em Angola abre espaço para que de forma talvez intencional, grupos mal-intencionados ofereçam outras garantias e desencaminhem pessoas que antes se quer tinham pensado nessa possibilidade.

13. O terrorismo tem um fim à vista?

Agente: Sim. Tem sempre. Eles são bem racionais, acredite. Talvez os recrutados, aquela camada baixa, aqueles que vão ao terreno é que pretendem mesmo chegar a Alá, mas a liderança tem um fim, tem objetivos.

Entrevista 6

Local: Luanda

Data: 29 de Dezembro 2016

1. A literatura sobre o terrorismo em Angola remonta-nos ao período da guerra colonial. Quer isto dizer que após a independência o terrorismo deixou de existir em Angola?

Agente: não, e eu digo porquê. Porque sabe que nós em Angola, a nossa guerra em Angola podemos resumi-la em fases, ou melhor em etapas. Tivemos a primeira guerra de libertação nacional que foi de 1961 até 1975. Participaram nesta guerra contra o colonialismo português movimentos nacionalistas que em algumas ocasiões a ação do terrorismo se evidenciou, em quase todos os protagonistas da guerra. Nós registamos até hoje nas nossas memórias sobretudo o 15 de Março de 1961. Registamos também o 4 de Fevereiro, o assalto às cadeias coloniais, mesmo cá em Luanda onde a resposta da ação praticada pelos nacionalistas foi meramente, podemos classificar, como uma grande ação terrorista. Falar de terrorismo, se calhar melhor do que eu você conhece bem os conceitos. Terrorismo, e durante a guerra de libertação de 1975 até 92, se calhar até agora, houve ações, muitas ações de puro terrorismo, e nós temos exemplos práticos até agora, onde inclusive, ainda temos memória fresca e nos recordamos algumas ações praticadas pelas forças da UNITA durante a guerra que não eram nada mais do que ações praticamente terroristas. No caso concreto por exemplo da colocação de engenhos explosivos nas filas de compras, nos estabelecimentos comerciais, destruição de pontes, ação de sabotagem nas infraestruturas económicas (pontes, caminhos de ferro, estradas), rapto, colocação inclusive de engenhos explosivos em residências de pessoas de destaque. Portanto nós nunca nos separamos quase em momento algum da ação terrorista ao longo da nossa guerra em Angola. Excetuando este período que foi, o período de paz, desde 2002 até ao presente momento. Este

período de paz a nossa ação está fundamentalmente virada sobretudo na prevenção. Temos acompanhado as ações terroristas a nível internacional que em certa medida preocupa-nos também muito. Então temos feito aqui uma série de ensaios buscando experiências internacionais, alguma ações terroristas no mundo, sempre na base de experimentarmos algumas medidas de prevenção. E portanto como vê durante a guerra em Angola o terrorismo nunca se pôs de parte.

2. Que tipo de terrorismo pode ser hoje uma ameaça para Angola (single issue, nacionalistas), na opinião do senhor agente?

Agente: Nós cá em Angola a exemplo de outros países o que mais nos preocupa é sobretudo o terrorismo islâmico, o fundamentalismo islâmico. Isto já se faz sentir sobretudo a nível no médio oriente e da própria Europa em si. Isso é o que mais nos preocupa, de resto nós estamos praticamente isentos disso. Não é muito significativo.

3. Nem o separatista em Cabinda pode ser uma preocupação?

Agente Não tem expressão, aliás nesse momento em Cabinda vive-se numa paz total.

4. Angola tem condições para dar uma resposta efetiva na luta contra o terrorismo?

Agente: Evidentemente, senão eles já cá estariam. Como dizia antes o mais importante nesta luta é a prevenção. E fundamentalmente geograficamente a nossa localização, os interesses que esses grupos possam ter na Angola, e não podemos por de parte que a qualquer altura possamos ser objeto de uma ação terrorista. Mas felizmente não há qualquer sinal que indique, que a gente conheça, qualquer sinal que indique que a qualquer altura haja uma ação terrorista em Angola. Mesmo nos países europeus onde a gente vê por várias ocasiões, lá as ações terroristas têm-se manifestado com uma certa frequência, eles manifestam os seus objetivos muito mais tarde, depois da ação, logo a partir daí é a preocupação de quase todo o mundo.

5. Existe alguma estratégia contrterrorista em Angola, para além das medidas previstas na legislação sobre financiamento ao terrorismo?

Agente: Medidas policiais, militares existem. Aliás isso deve-se priorizar porque nós tivemos que organizar forças especificamente treinadas para combater o terrorismo, e algumas medidas cautelares e de prevenção nós temos posto em prática.

6. São todas medidas de carácter reservado?

Agente: Sim. Isso é algo que dificilmente a gente consiga divulgar. Felizmente vais fazer um trabalho de estudo mas pode te escapar.

7. Na sua opinião quais as infraestruturas que poderiam ser alvo de um ataque terrorista?

Agente: São várias. Algumas podem ser ações de sabotagem, isto é mais que evidente. Concretamente sobre o terrorismo nós podemos citar o caso concreto das embaixadas, nós temos aqui representações diplomáticas em Angola e muitas delas que são alvos preferenciais dos terroristas, no caso concreto da França, dos Estados Unidos, a própria Inglaterra, ainda temos Israel. Esses têm sido normalmente os alvos preferenciais a nível internacional, e nós aqui temos que dedicar uma atenção especial a essas representações diplomáticas.

8. Porquê angola? Porque é que um terrorista iria dar-se ao trabalho de atacar Angola?

Agente: Sabe porque é que é Angola? E é muito fácil. Hoje o terrorismo é uma guerra sem quartel, em que o terrorista é treinado e não tem comando. Eles funcionam num estilo de uma teia de aranha espalhados pelo mundo inteiro, e qualquer um deles por convicções ideológicas, políticas, e por interesses que lutam defender, estão em condições de realizar ação em qualquer parte do mundo porque eles têm bem definidos os seus alvos. E no caso concreto este que eu digo por exemplo dessas representações diplomáticas. Podem realizar ações terroristas individualmente, não esperando que esta pessoa junte-se aos demais, o problema principal do terrorista é realizar a ação contra o cidadão de

seu interesse, e no que toca a essas nacionalidades são as prioritárias para eles. Isso também se calhar é fácil de compreender dado o seu envolvimento direto na guerra no médio oriente, no norte de África... por aí fora.

9. Mas atacar embaixadas podiam atacar embaixadas aqui ou no Senegal. Porquê em Angola? Se fosse para atacar Angola, porquê Angola?

Agente: Eles atacam em qualquer sítio. Por exemplo a gente vê Quénia, porquê Quénia? Quénia por exemplo é uma zona turística com maior frequência de ocidentais, e eles atacam.

10. Quem deve atuar em caso de ataque terrorista em solo angolano? A polícia nacional, as forças armadas ou ambas?

Agente: Todas. Isto dependendo da gravidade da situação. Normalmente nestes casos todas as forças são chamadas para intervir de acordo os níveis de intervenção.

11. Umas subjugadas às outras ou em conjunto?

Agente: Depende. Normalmente existe um comando no qual todo o mundo se submete.

12. Sobre a frase “não se negoceia com terroristas”, qual a sua opinião?

Agente: A minha opinião... efetivamente nós temos vindo a assistir à resposta das forças de ordem à não negociação com os terroristas. Sim, tem as suas vantagens. Mas eu posso encontrar algumas desvantagens nesse princípio, porque a opinião é boa mas nós perdemos muito não negociando. É que eles nem dizem não negoceia, não se captura, é que nem capturam. Então quando não se negoceia, não se captura nós perdemos muita informação. Caso concreto, por exemplo da Alemanha, até hoje não se sabe que tipo de ação. É ou não é terrorista? É mais que evidente que é. Mas quem foi? Um apareceu morto e outro está desaparecido. Não tem pista. Se calhar ainda vai dar trabalho às forças da ordem para conseguirem detetar, e se nós tivéssemos uma pista era muito mais fácil. Então por essa medida de não negociar com terroristas nós dificilmente temos vindo esclarecer determinadas ações. Veja pelo facto de nós

termos capturado, as forças da ordem terem capturado na Bélgica o jovem terrorista que foi deportado para França está a revelar uma série de informações e muito importantes que se calhar tem vindo a prevenir outras ações terroristas. Portanto não se negoceia com terroristas é absolutamente uma ação justa fundamentalmente em determinadas fases da ação, quando ela está em evidencia não há possibilidade de negociar com terroristas.

13. Os níveis de pobreza em Angola, agravados pela atual crise económica, podem ser um fator que contribua para o recrutamento de cidadãos angolanos para grupos terroristas?

Agente: Isto não. Não porque lhe digo uma coisa, por razões muito simples. Primeiro devemos buscar razões históricas, as razões históricas o povo angolano é um povo primeiro de origem cristã e geralmente o cristão não é suicida. E segundo toda a guerra que nós tivemos, a guerra de libertação, nós não tivemos jovens, mesmo até agora, e se virmos a nível internacional em todas essas guerras nós nunca tivemos um mercenário Angolano. Enquanto noutros países, no caso concreto por exemplo da África do Sul, na Inglaterra, na Europa por aí fora, tivemos no nosso solo pátrio durante a guerra de libertação mercenários de várias origens principalmente europeias, nós angolanos não. Por isso é um dos princípios que faz com que o angolano não alinha muito sobretudo nesse tipo de guerra e que facilmente lhe possa convencer para se envolver no terrorismo. São casos muito raros, quase que nós não temos nenhum.

14. O fenómeno terrorista tem um fim à vista?

Agente: Não. Também é simples. Porque sempre que se põe em causa um determinado objetivo, o indivíduo terrorista na intenção de realizar uma determinada ação encontrar forças de oposição, logo essa contradição dificilmente poderá ter que acabar. Não acaba. Temos que nos habituar a ela e temos que trabalhar muito para reduzirmos o máximo a ação terrorista. O terrorista pode ser formado, pode-se fabricar de um momento para o outro. É

muito complicado. Joga com as condições próprias, com a psique da pessoa, com os objetivos que pretendem alcançar, e os objetivos são constantes. A gente dificilmente poderá prever o que é que você pretende, por exemplo, hoje és uma pessoa sã, mentalmente boa, mas amanhã podes te converter num terrorista quando estiveres interessada em alcançar um determinado objetivo por diferença de A, de B ou de C. e isso é difícil, muito difícil mesmo. Veja os Estados Unidos da América, tivemos aquele período difícil, complicado, onde inclusive crianças matavam-se entre si nas escolas, nas faculdades por aí fora. Isto em cadeia pode-se transformar em ações terroristas, apesar de estarem-se a fazer ações isoladas. A gente também viu não é ação terrorista porque eles não concorrem para um determinado objetivo, eles se calhar fazem isso de forma leviana, mas se tiverem direcionado isto tornar-se-ia um bocadito mais complicado e poderia ser classificado como ações terroristas. [impercetível] mas é muito difícil nós previrmos um fim, e se por acaso em qualquer altura o terrorismo no mundo termine, não acredito.

15. Um ataque terrorista em Angola teria um impacto na imprensa internacional

Agente: Em qualquer sítio, não só em Angola, em qualquer sítio.

16. É porque nós assistimos a alguns ataques em África que não têm tanto relevo na agenda dos media como se fossem na Europa, por isso é que eu pergunto.

Agente: Se numa ação terrorista destas uma das vítimas for um europeu isso sim, vai ser divulgado nos quatro cantos do mundo. Se for africano se calhar uma única vez e acabou. Isso depende muito dos interesses dos países, sobretudo dos detentores da imprensa, qualquer um deles tenta alcançar um determinado objetivo.

Entrevista 7

Local: Luanda

Data: 27 de Dezembro 2016

- 1. A literatura sobre o terrorismo em Angola remonta-nos ao período da guerra colonial. Quer isto dizer que após a independência o terrorismo deixou de existir em Angola?**

Agente: Eu não seria da mesma opinião porque depois da independência nós tivemos uma fase em que Angola conheceu momentos de conflito armado e a partir daí houve muitos casos terroristas no nosso país.

- 2. E então hoje em dia continuamos a ter terrorismo em Angola?**

Agente: Hoje não temos sinais de atos terroristas em Angola, mas apesar disso nós estamos prontos, preparados para reagir em caso de eventuais registos de casos terroristas.

- 3. O terrorismo deve ser uma verdadeira preocupação para os africanos?**

Agente: Exatamente. Como sabe terrorismo põe em causa não só a soberania do Estados, como a vida das pessoas, então a partir daí deve constituir uma grande preocupação pra o Estado em África.

- 4. Para os Angolanos em particular?**

Agente: Bem, para os Angolanos também não deixa de ser uma preocupação.

- 5. Que tipo de terrorismo pode ser hoje uma ameaça para Angola (single issue, nacionalistas), na opinião do senhor agente?**

Agente: Todo o tipo de ato terrorista deve constituir uma grande preocupação sem [impercetível]. Por isso é que nós estamos preparados para todo o tipo de ato terrorista que possa eventualmente acontecer no nosso país.

6. Mas qual seria a tendência? Tendo em conta os acontecimentos na Europa tem sido mais o de matriz islâmica. Aqui em Angola o que poderia ser? Temos ali o caso de Cabinda poderia ser um separatista por exemplo?

Agente: Caso de Cabinda... repita por favor.

7. O caso de Cabinda com a FLEC que pretende a independência.

Agente: O caso Cabinda os registos que nós temos é que a situação é calma em Cabinda- nós não temos registos de atos terroristas na atualidade na cidade de Cabinda. O acompanhamento que temos vindo a fazer nos últimos anos apontam por aí, uma certa acalmia na cidade de Cabinda. Um ou outro caso vai-se registando, mas são casos que não podem constituir de antemão uma grande preocupação para o governo o Estado Angolano.

8. Nós temos muitos vendedores que professam a fé islâmica. Isso não o preocupa?

Agente: De princípio não. Porque como sabe o Estado Angolano é laico e desde que esses indivíduos legalizem a sua atividade a partir daí não constitui uma grande preocupação. No acompanhamento que vamos fazendo nos últimos anos não se nota nenhum indício desses elementos enveredarem para atos terroristas.

9. Angola tem condições para dar uma resposta efetiva na luta contra o terrorismo?

Agente: Sim, estamos em condições de dar uma resposta efetiva a atos terroristas, por isso é que as nossas forças vão sendo preparadas permanentemente para eventuais situações.

10. Existe alguma estratégia contraterrorista em Angola, para além das medidas previstas na legislação sobre o financiamento ao terrorismo?

Agente: Pra além das medidas previstas ou que acaba de anunciar, acredito que acompanhou no principio desse no, houve uma fase que [impercetível] notícias de que Angola estava na mira de atos terroristas. Apesar

de não se ter comprovado essas informações foram traçados planos ou estratégias a nível do Ministério do Interior para esses planos que visam a preparação das forças pra eventuais casos que possam ocorrer no nosso país.

11. Na sua opinião quais as infraestruturas que poderiam ser alvo de um ataque terrorista?

Agente: Os atos terroristas têm por norma atingir tudo aquilo que constitui objetivos estratégicos para qualquer Estado. No caso Angolano nós temos: a rádio, a televisão, a refinaria, a própria área onde está concentrado o poder político, o porto, e outros objetivos estratégicos que o país tem.

12. O que é que poderia atrair um terrorista para atacar Angola? Porquê Angola?

Agente: Eu não disse que existam atos que possam atrair os terroristas a atacar Angola, porque nós não somos inimigos de ninguém. A partir daí acho que a conduta do nosso Estado não evidencia, ou não cria inimigos por aí, ou não dá motivo para que haja terroristas que se revoltem contra nós.

13. Quem deve atuar em caso de ataque terrorista em solo Angolano? A polícia nacional, as forças armadas ou ambas?

Agente: Todos os órgãos de defesa e segurança. Se o caso ocorrer ao longo da fronteira a polícia nacional está vocacionada para a segurança das fronteiras tem a missão de contrapor ou neutralizar esses atos e comunicar imediatamente as forças armadas e os outros órgãos de defesa e segurança sobre a ocorrência para que essas também estejam em prontidão combativa que permite atuar no caso de necessidade. Nas cidades idem, temos as forças policiais, outras forças de segurança e a própria defesa, que poderão estar prontas para repelir qualquer ato dessa natureza.

14. Sobre a frase “não se negoceia com terroristas”, qual a sua opinião?

Agente: Depende das circunstâncias. Porque vamos supor que os terroristas detenham consigo reféns. A partir daí já se pode violar esse princípio.

15. Os níveis de pobreza em Angola, agravados pela atual crise económica, podem ser um fator que contribua para o recrutamento de cidadãos Angolanos para grupos terroristas?

Agente: Não creio. Porque o povo Angolano é um povo patriota, apesar do índice de pobreza mas sabe o que quer. Não acredito que de uma forma organizada haveria alguém ou grupos que colocariam em causa a segurança desse povo ou das suas instituições em troca de uma provável remuneração. Bem, tudo é possível, mas não acredito.

16. Então não concorda que toda a gente tem um preço?

Agente: Não.

17. O fenómeno terrorista tem um fim à vista?

Agente: É semear o terror, criar instabilidade no seio das populações, esse é o principal fim desses grupos terroristas.

18. E será que um dia vai deixar de existir terrorismo?

Agente: Não é possível porque o mundo é feito de diferenças. Partindo do princípio, ou se analisarmos as motivações que levam esses grupos a praticar os atos terroristas acredito que não.

19. Nas nossas fronteiras (pegando no exemplo da Europa com a vaga de refugiados que não foram bem filtrados os supostos terroristas) poderia acontecer um caso semelhante? Não digo com refugiados, mas com os migrantes que costumam entrar em Angola. Poderia acontecer um caso semelhante: entrarem terroristas infiltrados no meio das pessoas ditas normais?

Agente: Isso é possível. Como sabe nós temos uma vasta fronteira e se eventualmente haver a pretensão desses grupos de realizar ações no interior do nosso país essa poderá ser uma das formas para a sua penetração dentro do nosso território. Aproveitando-se dos fluxos migratórios, sobretudo aqueles fluxos irregulares de pessoas que entram e não passam nos principais pontos habilitados para a entrada de pessoas e bens, poderão eventualmente procurar

áreas onde não se faz sentir a presença das nossas forças para poderem materializar os seus intentos: entrar para atingir os principais centros urbanos do nosso país. Por isso é que nós temos vindo a dizer que a estabilidade nos países vizinhos preocupa Angola. É necessário que os países vizinhos sejam estáveis para que se reduza o nível de ameaça de entrada do terrorismo. Vamos supor que a situação no Congo atinja proporções alarmantes, como sabe o Congo é um país muito populoso e com uma vasta fronteira com Angola, isso de antemão provocaria o fluxo elevado de refugiados para Angola, e quem sabe nesses grupos haver infiltração de elementos ligados a esses grupos que vêm semeando terror quase no mundo inteiro.

20. Existe alguma estratégia da própria polícia fronteiriça para ocasiões de ações terroristas?

Agente: Uma estratégia do Estado Angolano. Por isso é que a Polícia de Fronteira está num processo de potenciação, está a receber meios tecnológicos, modernos, pra poder melhorar a segurança das fronteiras nacionais, refiro-me as fronteiras marítimas, terrestre e fluvial, para reduzirmos o nível de ameaças.

**Entrevista 8: Documento fornecido pela Unidade em resposta ao
guião de entrevista**

1 - A leitura sobre o terrorismo em Angola remonta-nos ao período da guerra colonial. Quer isto dizer que após a independência o terrorismo deixou de existir em Angola?

Partindo do pressuposto que as acções terroristas implicam o uso da violência sistemática, com objectivos políticos, contra civis ou militares que não estão em operação de guerra. Deduzimos que, antes da independência nacional, falava-se do terrorismo em Angola, devido as acções empreendidas pelos movimentos de libertação nacional, mas movidos por um ideal patriótico que visou a conquista da independência para o direito de auto determinação. Consolidada que foi a independência, terminou o cenário de terrorismo em Angola.

2-O terrorismo é deve ser uma verdadeira preocupação para os Africanos? E para os Angolano sem particular?

Naturalmente é e deve ser uma verdadeira preocupação, não só para os Africanos e em particular para Angolanos, mas sim de todo mundo. Na sua génese foi um fenómeno essencialmente local motivado por razões políticas ou religiosas mas sempre nos limites regionais. Nos últimos trinta anos ganhou dimensão internacional e de forma inteligente, na área de interesses económicos e do crime organizado. Também a Nova Doutrina de Contenção Bush, sublinhou que a luta contra o terrorismo é um problema de todos países do mundo.

3-Que tipo de terrorismo é hoje uma ameaça para Angola? (single Issue, matriz islâmica, separatista. etc).

Falando da tipologia das redes terroristas num mundo actualmente globalizado, com o uso frequente das TIC, qualquer rede directa ou indirectamente constitui uma ameaça.

Entre nós, não temos não temos registos de grandes indícios de ameaças sobre as diferentes redes terroristas; pese embora a proliferação das sitas religiosas de caris Islâmica não autorizadas no

país, que na nossa visão podem ser consideradas como Células Adormecidas.

É do conhecimento que o terrorismo Islâmica utiliza de forma eficiente as novas Tecnologias de Informação e Comunicação, porque permita de forma instantânea a difusão da propaganda político, obtenção de patrocínios e recrutamento de voluntários para idealizaram as suas acções e atingir os objectivos.

4-Angola tem condições de dar uma resposta efectiva na luta contra o terrorismo?

Todo e qualquer poder por mais pequeno que seja, na sua política, e sobretudo os órgãos de inteligência do Estado, traça estratégias de combate a criminalidade violenta incluindo o terrorismo.

5-Existe alguma estratégia contra -terrorista em Angola, para além das medidas previstas na legislação sobre o financiamento ao terrorismo?

Sim existe. Independentemente das medidas previstas na legislação sobre o financiamento ao terrorismo, no que tange a manutenção da ordem e tranquilidade públicas e o asseguramento do Centro Politico Administrativo, certas estratégias foram traçadas para contra por qualquer acção subversiva / terrorista no país.

Se termos em conta a nível da PN, existe uma valência policial (UAT) afecto ao CPIR, vocacionada para dar respostas as questões de género. Outrossim, um caso suigener nas corporações policiais do continente que ça do mundo, Angola criou um órgão policial (CPPOE) vocacionado para a protecção e asseguramento dos Objectivos Estratégicos, instituições que numa primeira instancia podem ser alvos de um atentado terroristas.

6-Na sua opinião quais infra-estruturas que poderiam ser alvo de um ataque terrorista?

Novo Aeroporto internacional;
Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro;

Refinarias;
Caminhos de Ferro de Angola;
Rádio Nacional de Angola;
Televisão Pública de Angola;
Centro de Produção da TPA;
Barragens Hidroeléctrica;
Centros de Captação e Tratamento de Água;

7- Quem deve actuar em caso de ataque terrorista em solo Angolano? A Polícia Nacional as Forças Armadas ou ambas?

Geralmente em todos Estados, a manutenção da ordem pública é um papel tradicional da Polícia. Qualquer acção que atenta a ordem, a primeira intervenção é da Polícia Nacional. Importa sublinhar que, os Estados preparam forças especiais para as operações de combate ao terrorismo, mas que não fazem parte das Forças Armadas ou Unidades Militares. Ver Artigo 209 CRA.

8 - Sobre a frase não se negocia com terroristas qual a sua opinião?

A negociação de facto constitui um dos mecanismos de resolução de conflitos. Na minha opinião, não se pode negociar com terroristas.

Negociar com terroristas é propiciar a continuidade das suas acções.

9 - Os níveis de pobreza em Angola agravados pela actual crise económica, podem ser um factor para o recrutamento de cidadãos angolanos para grupos terroristas?

Não tão impossível. Na história da humanidade, as fontes de conflitos foram sempre marcadas pelas diferenças civilizacionais e culturais. Não nos resta dúvidas que muitos países e sobretudo o Ocidente, promove a divisão e a deserção no seio de civilizações rivais, tendo como suporte as acções Diplomáticas, Políticas, Económicas e Clandestinas, para desestabilizar outros Estados e atingir os seus objectivos.

10 - O fenómeno terrorista tem um fim à vista?

Não. A violência é a característica que identifica o comportamento do homem como sendo animal embora racional. Os conflitos estão sempre presentes no meio social derivados das assimetrias civilizacionais, culturas, étnicas, políticas, religiosas etc. Esta tendência vai evoluindo até chegar a um patamar de acções de carácter terrorista.

Entrevista 9

Local: Luanda

Data: 28 de Dezembro 2016

Agente 1: esta unidade surge num período de conflito. Nas eleições de 92, em função o [impercetível] da UNITA ter rejeitado os resultados eleitorais despoletou uma guerra. O país, uma boa parte do seu território estava ocupado pelas forças militares da UNITA. E a uma dada altura as FAA não estava totalmente organizada, começou-se a organizar e começamos a ganhar espaço, começamos a ganhar terreno. No entanto quando as forças da UNITA começaram a se sentir aflitas vendo que estavam a perder terreno houve uma palavra de ordem de Jonas Savimbi para “bater onde dói mais” e onde dói mais são nos objetivos estratégicos, nós tratamos de objetivos estratégicos. E o que eu puder ler e ver aqui neste documento que nos fez presente do projeto denominam de infraestruturas críticas. Pensamos que estamos a falar a mesma coisa. Porque o conceito que tivemos contacto a partir deste documento não foge muito ao nosso, vai de encontro. E também dizer que nós, o comando de proteção de objetivos estratégicos chamamos objetivos estratégicos as FAA chamam de “pontos sensíveis”. No entanto nessa altura quando houve essa ordem “bater onde dói mais”, isso para fazer com que as nossas forças recuassem para vir defender os objetivos estratégicos então o governo decidiu criar uma unidade especializada para defender este objetivos estratégicos. É assim que surge o comando de unidade de proteção de objetivos estratégicos que no âmbito do programa de desenvolvimento [impercetível] de polícia Nacional evoluiu para CPPOE, que é comando de polícia de proteção de objetivos estratégicos. Objetivos estratégicos são todos aqueles que pela sua dimensão, carácter e importância constituem o pilar para o desenvolvimento de uma sociedade, de um Estado. E nós dividimos em três partes, três grupos. Temos os objetivos estratégicos de carácter institucional, que são: o palácio da república, os tribunais, os governos provinciais, enfim, esses que têm a ver com as instituições do Estado, que garantem o funcionamento do Estado. E temos

também os objetivos estratégicos económicos, onde vamos ver esses geradores de economia, finanças... estamos a falar da refinaria, dos aeroportos, portos, das pontes, pontes de grande porte, dos órgãos da comunicação social [impercetível] (televisão, rádio, jornais), e também os próprios caminhos de ferro, tudo isso que contribui para o desenvolvimento socioeconómico do país. E temos um terceiro grupo que são os objetivos estratégicos militares. Objetivos estratégico militar no nosso país apenas temos um, são aqueles que produzem bens militares: armamento, fardamento, enfim. E atualmente nós temos um, pese embora tem carácter civil mas produz explosivos, estamos a falar da fábrica de pólvora, a “pólvora de Angola”, que fica muito próximo daqui no Kicolo. Então esses são os três grupos de objetivos estratégicos que nós temos. E a visão sempre foi para enfrentar as ações terroristas, prevenindo, combatendo e cortar, cortar mesmo, para que não ocorram eventos desses terroristas nos objetivos sob nosso controlo, por forma a garantir um bom desenvolvimento socioeconómico deste país.

1. Então existe um plano geral para a proteção das infraestruturas ou existe um plano para cada infraestrutura?

Agente 1: Bem, no nível estratégico tem um plano para assegurar todos os objetivos estratégicos, mas no nível tático de acordo com a realidade de cada objetivo tem o seu plano. Porque eles alteram, a partir do ponto geográfico, o clima, as pessoas que frequentam esses objetivos. Enfim, uma série de fatores que influem na situação operativa que variam de objetivo para objetivo.

2. E a direção de cada infraestrutura trabalha convosco para traçar essa estratégia?

Agente 1: Sim. Os protegidos que são os responsáveis pelos objetivos têm o maior interesse para garantir a manutenção da segurança do seu próprio objetivo. Eles participam e têm participado no esforço de segurança contribuindo com informações valiosas, contribuindo também participando com algum apoio.

3. As embaixadas fazem parte da vossa estratégia de proteção?

Agente 1: Cá no país na nossa estrutura orgânica da Polícia Nacional, as embaixadas não é responsabilidade do CPPOE, essa é uma responsabilidade da unidade denominada de comando de polícia de proteção de diplomática. E as individualidades está no CPPIP no comando de polícia de proteção de individualidades, porque o Homem também é um objetivo estratégico, estamos a falar dos dirigentes e enfim. Nós aqui só vamos falar de infraestruturas críticas que geram economia, desenvolvimentos socioeconómico.

4. Eu perguntei sobre as embaixadas porque colegas dos senhores, aos quais eu fiz as entrevistas, falaram sempre das embaixadas e dos shoppings como alvo preferenciais de ações terroristas.

Agente 1: Se fizermos uma analogia ao palco onde tem decorrido ações terroristas vamos ver que eles têm como áreas preferenciais aquelas de maior concentração populacional, logo temos que ter em conta os shoppings, temos que ter em conta as praças [impercetível], e as embaixadas, embaixadas com o último acontecimentos que tivemos.

O conceito que eu aprendi de terrorismo quando entrei nessa vida de militar [impercetível], o terrorismo é uma guerra que não tem frente e não tem retaguarda. E nós estamos a ver isso. Porque essa guerra do estado islâmico parece que o campo de batalha era lá na Síria, mas eles estão a provar o contrário. Hoje não existe paz em França, não existe paz na Europa, porque eles estão a atacar lá. Ali onde supostamente nós podíamos ter uma retaguarda hoje também é uma frente. Então o terrorismo é muito complexo, tanto mais que vimos há dias que passou nas redes sociais, vimos no órgãos de comunicação social, televisão e ouvimos na rádio a falar do abate do embaixador da Rússia, ele foi abatido enquanto ele falava a público num sitio de fácil controlo, e apareceu um indivíduo que supostamente faz parte da segurança. É para ver a complexidade do terrorismo, o terrorismo não tem cor, não tem língua, é mesmo o nosso próximo. É uma guerra muito complicada que não tem frente e não tem retaguarda. Então os alvos preferenciais aqui para além das embaixadas, temos a refinaria, o aeroporto (tem muita concentração) as estações de comboio, estações e subestações estão sujeitas a ser alvo de um ataque terrorista.

5. E devemos preocupar-nos com que tipo de terrorismo? O terrorismo de matriz islâmica, o separatista como o caso de Cabinda, o de causa única? Com que tipo de terrorismo Angola deve preocupar-se?

Agente 1: Na minha opinião numa primeira fase temos que nos preocupar com o de matriz islamita. Separatista... quer dizer há uns focos mas não assim com muita evidência, falou de Cabinda quem diz também aqui no Leste, mas... eu acho que devemos ter atenção a todos esses aspetos mas dando maior foco ao de matriz islâmica.

6. Esta unidade trabalha em conjunto com a polícia da guarda fronteiriça?

Agente 1: Há objetivos nossos que para além das nossas forças da polícia também tem da polícia de fronteira. Por exemplo no porto. No porto nós sabemos que a polícia de fronteira tem responsabilidade de garantir a defesa e segurança das fronteiras do país. Nós cooperamos com todas as forças, todas as forças que envolve os órgãos de defesa e segurança. Se eles estiverem dentro do objetivo a cooperação é muito mais estreita, se estiver nos arredores idem, temos sempre essa cooperação, não só com a fronteira, vamos falar das FAA, dos órgãos de segurança... enfim.

7. Há uma pergunta que faz parte do guião e eu queria ouvir a opinião dos 3 que eu aposto que será diferente. A atual crise em Angola pode ser um fator que alicie o recrutamento de Angolanos para grupos terroristas?

Agente 2: Dr.^a Whitney. Bem eu gostaria ainda de dizer que não é tão impossível. Vimos que na história da humanidade os conflitos sempre estão presentes para algum dos lados sociais, quando se fala das assimetrias civilizacionais, culturais, ético-linguísticas. Atualmente muitos países, ou o resto do mundo, sobretudo o ocidente têm promovido situações que vão desembocar numa divisão [impercetível] no seio de civilizações rivais. O que é que ele pretende? Dali vai usando ações diplomáticas, políticas, económicas, e da clandestinidade, se calhar para tentar desestabilizar o desenvolvimento de um

país. Quando se fala de recrutamento, ou então um terrorista, o cidadão de hoje um patriota hoje, pode em menos de uma hora transformar-se num terrorista, devido à garantia que ele vai receber imaginemos que estamos a falar da crise, ele está num meio que não lhe permite satisfazer as suas necessidades, sobretudo as primárias, e ele se calhar não tem a noção de trocar a liberdade ou então trocar o seu próprio sítio que é o seu país, com uma promessa do exterior sobretudo. Ele se não estiver preparado pode facilmente cair neste âmbito mas o pouco que nós temos, o nosso registo entre nós, até ao momento não temos sinais de Angolanos atraídos nesta corrente, por isso é que eu comecei por dizer: não é tão impossível. Mas dizem que o comportamento humano altera diante de qualquer constrangimento exterior, hoje é patriota, amanhã é terrorista. Se falarmos do filósofo que se alistou como mercenário para combater contra o seu próprio povo. Foi patriota antes, mas depois virou mercenário. Pode-se dar o caso, mas ele não é tão fácil aqui em Angola, mas não é tão impossível também.

8. Quem me vais responder?

Agente 1: A resposta está dada não?

9. Mas eu queria ouvir a opinião. Não sei se partilham a mesma opinião ou não?

Agente 3: Nós temos um guião.

10. Ainda não li.

Agente 3: A crise de facto pode influenciar de uma forma indireta. Em que sentido? Veja que os países do ocidente sempre utilizaram políticas de recrutar pessoas, então de facto a crise pode ser um instrumento que se pode utilizar para recrutar os nossos concidadãos. Se bem que ainda não há fortes indícios que nos evidenciam haver essas situações.

Agente 4: Conforme diz o colega que não há terrorismo, mas que há fortes indícios como ele diz. Aqui podemos concluir que nós temos essas ceitas, que há por qui, portanto podemos concluir que nós temos aqui aquilo que se chama algumas células adormecidas do terrorismo, e que nós temos que estar

muito atentos, acompanhar, porque se estas células acordam poderemos ter este tipo de situação.

11. Eu queria fazer-lhes uma pergunta que também está no guião, mas também sei que as opiniões divergem. Não se negoceia com terroristas?

Agente 2: A negociação de facto é um instrumento na mediação dos conflitos, mas quando se coloca a questão do terrorismo, no meu ponto de vista, não aceito ou não estaria a favor da negociação com o terrorista. Porque quando a gente vai negociar com o terrorista estamos a propiciar a continuidade das suas ações, e eu gosto muito do modelo russo que não há negócios com terroristas. Mantive reféns é procurar neutralizar. Porque até mesmo os media devem ter o cuidado de promover debates de negociações com terroristas, porque isso depois vai alastrando porque a media de vez em quando expande, cria, dá aso às intenções do terrorista. Eu vou negociar recebo uma certa recompensa, o outro que está na minha condição, que precisa também de um determinado valor e prestígio, vai também desencadear atividade género, para quê? Porque na negociação ele sai sempre com algo. Por mim não se deve negociar com terroristas, pra não propiciar as ações.

12. Partilham todos da mesma opinião?

Agente 1: De facto partindo do pressuposto da ideia aqui avançada pelo colega. Negociar com os terroristas é complexo. Sobretudo a maneira como eles estão a agir, do pouco que eu oiço, que eu leio, dá-me a entender que eles não têm uma direção única, são vários grupos. Dá-me a entender que às vezes há um indivíduo que se identifica com o islão; na vertente fundamentalista porque não podemos ver de uma forma que todos islamitas são fundamentalistas/radicais. Então não havendo alguém que tenha um controle total dele vai-se negociar com quem? Esse grupo pode aceitar e o outro não aceitar. Vejamos o Boko Haram aqui na Nigéria, surgiu do nada, depois pediu para ser aceite no Estado Islâmico, e no Estado Islâmico quem é que o aceitou lá? Quer dizer, eles talvez se baseiem nalguma ideia com base no alcorão, não sei, eu não entendo bem, nunca li o alcorão. Então concordo com o que disse o

colega relativamente à media tem que ter cuidado às vezes de falar do Estado islâmico, porque promove mesmo, ajuda a divulgar ou a incutir o terror nos demais cidadãos. A media ajuda, tem que ter cuidado como passar, esses debates como passar à população porque esses indivíduos devem ser mesmo combatidos, é difícil mas temos que ser mesmo implacáveis com eles.

13.E o que é que poderia atrair um terrorista para Angola? Fazer um ataque em Angola? Porquê Angola?

Agente 1: Várias situações, vários fatores que podem atrair os terroristas para aqui para Angola. Eles poderão vir aqui atrás dos indivíduos que estão envolvidos diretamente na guerra na Síria, vir aqui nas embaixadas e nós estamos aqui para garantir a ordem, não vamos permitir. Essa dificuldade que eles vão encontrar poderão nos retaliar. Porque as embaixadas para além da sua segurança, mas está dentro do nosso território também beneficia da nossa segurança, das forças de segurança e ordem interna do país. Poderia ser um obstáculo que podemos criar e ele retaliar também noutro sítio onde ele achar que está mais vulnerável. Poderá também ser por razões religiosas. A nossa população é maioritariamente cristã. E eles também virem aqui quererem fazer uma ação contra os cristãos. Quer dizer, há N fatores que podem fazer com que eles sejam atraídos aqui pra Angola, e não só, a tendência dele é expandir para todo o mundo. Numa primeira fase o objetivo deles é combater aqueles que eles consideram talvez como adversários diretos, diretos numa primeira fase que são esses do ocidente, América e por aí fora, mas amanhã poderão estender. Olha nós vimos em tempos o crescimento aqui de algumas mesquitas de forma não autorizada, algumas estavam a ser destruídas por ali fora, assistimos nas redes sociais eles a queimarem a nossa bandeira e a pisar, a declararem guerra. Isso pode ser também um dos fatores para atrair aqui o Estado Islâmico.

Agente 2: Em relações entre o Estados, dizia ali o nosso ídolo Raymond Aron que ele repousa na sombra de paz e guerra. Muitos países também não ficaram tão felizes quando tempos atrás se falava do crescimento económico do país, também pode recrutar elementos para vir realizar ações terroristas para impedir o progresso económico que o país tinha. Muitos admiraram, Angola do

pé pra nada começou a subir na escala mundial em termos de desenvolvimento económico. Isto não alegrou todos os países do mundo, também pode ser um dos [impercetível] recrutamento do pessoal para desestabilizar o país, e nós vimos que começou ali a soprar muito vento quando vamos falar da primavera árabe que ocorreu por ali, registou ali tentativas de grupos revolucionários por ali, situação contra [impercetível] ... são fatores, são indícios que nos dá a entender que o desenvolvimento também, a posição hegemónica que o país estava a se afirmar na arena internacional pode ser também um dos [impercetível] de aparecimento de terroristas aqui em Angola.

14. A última pergunta que eu queria fazer era: o terrorismo tem um fim à vista?

Agente 1: Antes de responder eu queria saber se esse “fim à vista é do ponto de vista de finalidade ou de termo das ações terroristas?

15. De termo das ações terroristas. Se algum o dia o terrorismo vai acabar...

Agente 4: Eu diria o seguinte em função da pergunta, é muito pertinente. Eu diria que o terrorismo só sairá da face da terra quando os homens cumprirem com os 10 mandamentos da lei de Deus. “Amarás ao teu próximo como a ti mesmo”, aí sim.

Agente 2: No ponto de vista religioso já temos lá uma resposta, mas no ponto de vista político não tem 10 mandamentos da política, não tem. Vimos que nas sociedades humanas eu gostaria de dizer a ele que a violência é a característica que identificou o comportamento do homem como sendo animal, a nossa característica, embora no afirmamos como animais racionais há momentos que quando agimos sobretudo em grupo as nossas paixões se impõem à nossa racionalidade. Os conflitos estão sempre presentes no nosso meio. Derivados por assimetrias culturais, étnicos, políticos e religiosos. Isto sempre vai tender a evoluir até chegar ao patamar de ações de carácter terrorista. Por isso ter um fim à vista ao terrorismo, enquanto houver a humanidade não.

Agente 1: Os colegas já disseram. Do ponto de vista religioso, do ponto de vista político, vamos falar do ponto de vista psicológico. A vida e a morte está incorporada dentro do próprio homem. O comportamento do homem é *borderline*, anda entre a anormalidade e a normalidade... vai sempre ali, ora está na normalidade, hora está na anormalidade. De acordo com Merkel, Merkel diz que cada sociedade tem os seus criminosos que a formam. Porque ele veja que a forma para atingir os bens valorosos não são as mesmas, as oportunidades não são iguais. Então há uns que conseguem atingir esses bens valorosos por via legal e os outros encontram barreira, são recursos escassos. Então se ele não conseguir por via legal vai ter que adotar o outro comportamento para conseguir de forma ilegal. Dalí pra dizer que esses conflitos poderão não ser de natureza religiosa mas por uma outra causa. Vamos ter sempre esses conflitos. Pese embora que o terrorismo passaram a lhe considerar como tal, ou começaram a ter consideração desde 90 ou isso, alguns estudos que fazem, porque senão não consideravam. Desde que atingiu lá na América, pronto, passou já a ser terrorismo, mas esses conflitos vão continuar. Eu vi o teu trabalho, de facto abordou ali muitos aspetos, falou da construção social, não foge muito o pensamento de Merkel. Do meu ponto de vista fim como tal não, poderá reduzir consideravelmente, e mudar os motivos que levam as pessoas a praticar esses atos terroristas é que poderá mudar, poderá ter menos casos mas estará sempre presente nas sociedades.

[o gravador foi desligado porque a entrevista havia chegado ao fim, quando o tema de conversa remete-nos para a classificação de grupos terroristas dos movimentos que *aposteriori* foram considerados movimentos independentistas]

Agente 4: (...) mas depois da independência nacional nós perdemos esse estatuto que nos deram de terroristas, porque afinal nós estávamos a lutar pela nossa terra, não éramos terroristas.

16. Mas daí eu perguntar, porque da minha pesquisa a única coisa que eu encontrei que relacione Terrorismo e Angola era durante a guerra

colonial. Porque depois da guerra colonial parece que o terrorismo deixou de existir em Angola. A minha questão era mesmo essa.

Agente 2: Porque é que encontrou registo do terrorismo durante a guerra colonial? Deduziu- se as ações violentas que os grupos terroristas levam a cabo é semelhante ou igual também ao que foi empreendido nos movimentos de libertação. Se termos em conta em 1945 após o final da segunda guerra mundial as Nações Unidas decreta a auto determinação dos povos, e se formos a ver o nosso colonizador não queria entregar a independência a Angola. Poderia dar até, segundo os relatos do [impercetível] poderia dar à Guiné, Moçambique, Cabo-Verde, São Tomé, menos a Angola, que é tida como a joia do império. Logo, os Angolanos movidos pelo espírito patriótico empreenderam ações que visassem a independência para a autodeterminação do país, mas consolidado que foi a independência terminou o cenário de terroristas em Angola, não se falou mais. Conquistámos a independência que queríamos deixámos de ser terroristas. Não o fizemos porque éramos terroristas de formação, não.

Agente 4: Porque nós estávamos a fazer uma guerra de libertação nacional, pela conquista da nossa liberdade.

Agente 2: Era legítimo.

Agente1: Era legítimos a olhos de quem? Cada um faz a sua construção. Naquela altura quem estava aqui a mandar era o terrorista, ganhou a causa, pronto não é terrorista, estávamos a reivindicar os nosso direitos.

17. Pois, mas a questão coloca-se mesmo por isso, porque na literatura só se fala do terrorismo nessa época.

Agente 2: É só mesmo lá.

18. Parece que depois do fim da guerra deixou de existir terrorismo. Depois de 2002 já ninguém fala de terrorismo em Angola.

Agente 3: Em 61, ou depois de 61 os três movimentos de libertação que aparecem eles tinham um diálogo, eles defendiam que Angola necessariamente tinha que se libertar do jugo colonial, daí consideravam os Angolanos como

sendo terroristas, mas era um terrorismo de ação política que se exigia nós resgatarmos a independência na mão do colono na altura. Agora, depois de termos alcançado a independência aquilo já não se chamou terrorismo, mas sim guerra civil, que não tinha a ver com o terrorismo, isso é a diferença. Os três movimentos de libertação nacional na altura eram considerados como terroristas mas defendendo um interesse. Agora, depois da independência o que se gerou aqui não tem nada a ver com terrorismo, mas sim era a guerra civil. Essa é a diferença.

Agente 2: Há certos acontecimentos registados durante a guerra fria que muitos poderiam interpretar como ações terroristas, tivemos uma situação de ataque à refinaria, a refinaria queimou, na subestação de Viana a SONEF. Nós também poderíamos pensar que foram ações terroristas, mas certas abordagens políticas e sobretudo com os irmãos que estiveram do outro lado numa guerra que de facto não era nossa, era a continuidade das duas potências porque a guerra civil que nós respondemos não era nossa, era guerra alheia, era dos dois blocos só que foi transferida para a periferia. Nós fomos escolhidos como palco, não era nossa. O Zenza do Itombe os próprios Estados Unidos após o ataque do 11 de Setembro reconheceram que a ação o Zenza do Itombe foi uma ação terrorista, mas nós internamente no teatro das operações militares o que se deu ali falou-se de uma resistência da parte que opunha o sistema instituído, não se classificou como uma ação terrorista, pese embora que os Estados Unidos reconheceu porque devido a população alvo indefesa, sobretudo crianças ali que foram mortas; senão situações ligadas mesmo ao terrorismo desde a independência Angola nunca constou na lista como sendo terroristas.

**Entrevista 10: Documento fornecido pela Unidade em resposta ao
guião de entrevista**

Visando responder as questões ora colocadas sobre o tema **“terrorismo e medidas de contraterrorismo em Luanda-Angola”**, sugerido pela estudante **Whitey Alexandre Leite Falcão**, no âmbito do Projecto de investigação para dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, somos de contribuir com o seguinte:

Antes de respondermos as questões, importa afirmarmos a nossa percepção sobre o conceito. Assim, intendemos que o terrorismo é o uso sistemático do terror ou da violência imprevisível contra regimes políticos, povos ou pessoas para alcançar um fim político, ideológico ou religioso. No passado as acções terroristas eram realizadas por organizações políticas com ideologias de direita ou de esquerda, grupos étnicos, nacionalistas ou revolucionários e pelos exércitos e polícias secretas de certos governos. Mais tarde, a esses grupos somaram-se os partidários de seitas religiosas fundamentalistas.

1 - No entanto, em Angola, algumas literaturas consideram o 15 de Março de 1961 o começo do terrorismo em Angola, onde um bando de facinoras (grupo de nacionalistas) da UPRA (mais tarde FNLA) a saldo dos norte americanos e com o entusiasmo e bênção do então presidente John Kennedy, perpetraram uma acção condenável em vista do estado português. Por outro lado, alguns autores, dizem não se tratar de terrorismo mas de uma guerra declarada que se visava o alcance da independência nacional.

2 - O terrorismo deve sim ser uma preocupação em África e em Angola em particular, uma vez que continua a ser uma das maiores ou a maior ameaça enfrentada pelo hemisfério ocidental, bem como por toda comunidade global, uma vez que tem provocado consequências como, a devastação de infra-estruturas, o abate de vidas, o semear do terror e o medo, a experiencia da insegurança pelo mundo, o que de certa forma, retarda significativamente o desenvolvimento da humanidade.

3 – Pensamos que a ameaça terrorista em Angola, é reflexa da ameaça terrorista africana, observada nos países vizinhos e não só, nesse caso de matriz islâmica. Embora admitamos que Angola não regista casos concretos de ameaça devido a baixa confluência dessa religião no País e o trabalho dos Órgãos de segurança que têm levado acabo.

4 – Afirmativo. Angola tem condições de dar resposta efectiva na luta contra o Terrorismo, uma vez que, existem órgãos vocacionados e preparados continuamente para situações de género. Angola possui Forças militarizadas e policiais que trabalham com eficácia no combate contra o terrorismo através de acções secretas e operacionais em todo território nacional.

5 – Como é referido acima, a estratégia de combate a esse fenómeno tem passado pela preparação constante das forças de segurança interna e externa dos Órgãos de segurança especial, da polícia de ordem pública, de outros Órgãos, da

consciencialização das pessoas sobre a cultura de denúncia, e como faz alusão na pergunta, por meio da legislação que regula o comportamento daqueles que financiam directa ou indirectamente o terrorismo.

6 – Podem ser alvos de ataques terroristas, os Aeroportos, os Portos, as Estações de Comboio, Refinarias de petróleo, Centros Comerciais de grande dimensão, mercados informais nas periferias, Estádios de futebol, pavilhões, cujo impacto da acção desacredita a organização de qualquer Estado.

7 – Nestes casos, todas as forças existentes devem actuar de forma coordenada contra o fenómeno.

8 – “Não se negoceia com o terrorista”, concordamos com a frase, associada a ideia de que “poupar o inimigo é prolongar com a guerra”. No entanto, sendo o terrorismo a maior ameaça da actualidade, com acções extremamente radicais, as possíveis vantagens de uma negociação serão muito baixas.

9 – Angola sendo um país, com um nível de pobreza como qualquer um outro, e ciente das suas consequências na relação com o fenómeno em voga, através de programas sociais e políticos, está a trabalhar no combate a pobreza visando colmatar possíveis tendências terroristas.

Lunda, 4 de Janeiro de 2017.

